

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO
SUSTENTÁVEL

João Luiz van Ham Mello

**IDENTIFICAÇÃO PRELIMINAR E ESTADO DE PRESERVAÇÃO ATUAL DE
BENS CULTURAIS EDIFICADOS DA COLONIZAÇÃO HOLANDESA EM
HOLAMBRA/SP**

Belo Horizonte
2020

João Luiz van Ham Mello

**IDENTIFICAÇÃO PRELIMINAR E ESTADO DE PRESERVAÇÃO ATUAL DE BENS
CULTURAIS EDIFICADOS DA COLONIZAÇÃO HOLANDESA EM HOLAMBRA/SP**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, do Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais.

Linha de Pesquisa: Memória e Patrimônio Cultural

Orientador: Profa. Dra. Alessandra Rosado

Belo Horizonte

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

M527i

Mello, João Luiz van Ham.

Identificação preliminar e estado de preservação atual de bens culturais edificados da colonização holandesa em Holambra/SP [manuscrito] / João Luiz van Ham Mello. - 2021.

202f. : il.

Orientadora: Alessandra Rosado.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Patrimônio cultural – Conservação e restauração - Teses. 2. Edifícios históricos – Holambra (SP) - Teses. 3. Colonização - Teses. I. Rosado, Alessandra. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 350.85

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO ALUNO JOÃO LUIZ VAN HAM MELLO nº de matrícula 2018710863 DO CURSO DE MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL DA ESCOLA DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Ao décimo sétimo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, às 14 horas, por videoconferência, em Belo Horizonte Minas Gerais, reuniu-se a Comissão Examinadora de Dissertação para julgar o trabalho "Identificação preliminar e estado de preservação atual de bens culturais edificados da colonização holandesa em Holambra/SP" requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre, na área de concentração "Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável". Abrindo a sessão, a orientadora professora doutora Alessandra Rosado após expor as Normas Regulamentares do Trabalho Final pediu para o aluno iniciar a apresentação do seu trabalho. Seguiu-se arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do candidato. Logo após a comissão reuniu-se, sem a presença do mestrando e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado:

Aprovação

Aprovação com solicitação das revisões constantes nesta ata

Reprovação

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pelo Presidente da Comissão.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ata, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Comissão Examinadora:



Profa. Dra. Alessandra Rosado – Orientadora (UFMG)



Prof. Dr. Leandro Benediti Brusadin (UFOP)



Prof. Dr. Adilson Avansi de Abreu (USP)

Atesto que as alterações exigidas serão cumpridas no prazo determinado pela banca de.....dias.

Ciente:



João Luiz van Ham Mello

Belo Horizonte, 17 de dezembro de 2020.

Homologado pelo Colegiado do Programa dos cursos de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável:

Coordenador(a):



Profa. Dra. Renata Maria Abrantes Baracho Porto
Coordenadora - Programa de Pós-Graduação em
Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável
Escola de Arquitetura/UFMG

Prof(a). Dr(a). Renata Maria Abrantes Baracho Porto “ad referendum”

JOÃO LUIZ VAN HAM MELLO

" Identificação preliminar e estado de preservação atual de
bens culturais edificados da colonização holandesa em
Holambra/SP"

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio
Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais.

Comissão Examinadora:



Prof. Dr. Adilson Avansi de Abreu - Universidade de São Paulo (USP)



Prof. Dr. Leandro Benedini Brusadin - Universidade Federal de
Minas Gerais (UFMG)



Profa. Dra. Alessandra Rosado – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Belo Horizonte, 17 de dezembro de 2020

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à companheira de trabalho Profa. Dra. Alessandra Rosado, que esteve presente em todos os momentos que precisei de sua orientação e valiosa percepção. Obrigado pelo carinho e por compartilhar comigo deste esforço tão caro.

Agradeço à minha família, em especial meus pais, Cristiane Maria e Alcir, que sempre me apoiaram em perseguir a carreira acadêmica, muitas vezes, mesmo sem compreender minhas intenções inteiramente. Agradeço a minha irmã, Ana Luiza, por sempre me apoiar e sentir saudades, ao pedir que um dia eu volte para Holambra. Agradeço a minha avó materna, Maria José (*in memoriam*), por haver sido o maior exemplo de amor, vida e luta que pude ter até aqui.

Agradeço ao meu melhor amigo e companheiro de vida, Mateus Lustosa, por nunca haver desistido em me incentivar e me oferecer colo nos momentos de dificuldade. Obrigado pelo carinho, pela paciência, ao ouvir, repetidamente, milhares de coisas sobre Holambra e ainda assim trocar ideias. Obrigado pelo amor de sempre.

Agradeço também aos amigos que fiz no mestrado, em especial, Gabriela, João Pedro, Marília, Bárbara, Marina, Mariana, Henrique e Diogo, pelo diálogo sempre agradável e pelos incentivos mútuos. Obrigado por compartilharem das angústias e alegrias dessa jornada comigo.

Agradeço, de forma especial, também, os professores do Programa, que sempre atenciosos aos discentes, proporcionaram o espaço necessário para a discussão e produção do conhecimento interdisciplinar, crítico e democrático.

Agradeço, por fim, a todos que me auxiliaram, de diferentes formas, durante este trabalho de dissertação.

Então vi o Aleph. (...) começa aqui meu desespero de escritor. Toda linguagem é um alfabeto de símbolos cujo exercício pressupõe um passado que os interlocutores compartilham; como transmitir aos outros o infinito Aleph, que minha tímida memória mal e mal abarca? (...) Mesmo porque o problema central é insolúvel: a enumeração, sequer parcial, de um conjunto infinito. Nesse instante gigantesco, vi milhões de atos agradáveis ou atroz; nenhum me assombrou mais que o fato de todos ocuparem o mesmo ponto, sem superposição e sem transparência. O que os meus olhos viram foi simultâneo; o que transcreverei será sucessivo, pois a linguagem o é. Algo, entretanto, registrarei.

(Jorge Luís Borges, O Aleph, 1973)

RESUMO

O presente trabalho de dissertação de mestrado realiza uma análise sobre o patrimônio cultural edificado referente à colonização holandesa, no atual município de Holambra, interior paulista. Holambra é um município pertencente à Região Metropolitana de Campinas, conhecido nacionalmente pela produção de flores e plantas ornamentais, sendo reconhecido como a “Capital das Flores”, também devido ao seu maior evento anual, a Expoflora. A colonização holandesa local teve início em 1948, perdurando até o ano de 1991, quando de sua emancipação. O turismo é uma atividade em expansão desde a emancipação. O caráter assumidamente holandês da atual cidade contribui para uma tematização progressiva do ambiente urbano e assim, ao esquecimento da paisagem de colonização. Neste cenário, identificou-se a necessidade em contribuir para os estudos patrimoniais ao investigar o conjunto arquitetônico, resultante da colonização holandesa, que hoje, apresenta-se de forma fragmentada devido à inexistência ou ineficácia de políticas para o patrimônio cultural no âmbito municipal. O estudo realiza uma pesquisa inédita a partir de arquivos históricos, bibliografias específicas e uma pesquisa com moradores locais, que culmina em uma defesa do patrimônio cultural edificado, identificado como em estado crítico de preservação.

Palavras-chave: Holambra. Patrimônio cultural. Bens culturais edificados. Colonização holandesa no Brasil.

ABSTRACT

The present work of master's thesis carries out an analysis of the built cultural heritage related to Dutch colonization, in the current municipality of Holambra, in the countryside of the state of São Paulo, Brazil. Holambra is a municipality of the Metropolitan Region of Campinas, it is known nationally by its flowers and ornamental plants production, being recognized as the “Capital of Flowers” in Brazil, also due to its largest annual event, Expoflora. The local Dutch colonization began in 1948, lasting until 1991, when it was emancipated. Tourism has been a booming activity since this period. The assumedly Dutch character of the current city environment contributes to a progressive thematization of the urban environment and thus to the forgetfulness of the original colonization landscape. In this scenario, the need to contribute to heritage studies was identified by investigating the architectural ensemble, resulting from Dutch colonization, which today is fragmented due to the lack or ineffectiveness of policies for cultural heritage at the municipal level. The study conducts an unprecedented research based on historical archives, specific bibliographies and a survey with local residents, which culminates in a defense of the built cultural heritage, identified as being in a critical state of preservation.

Keywords: Holambra. Cultural heritage. Built cultural goods. Dutch colonization in Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Vista da cidade de Roterdã após o bombardeio alemão durante a "Campanha Ocidental" em maio de 1940.	27
Figura 2 - Soldados e tanque de remoção de minas em frente às casas de agricultores bombardeadas em Overloon, Países Baixos, 1944.	29
Figura 3 - Retrato de Geert Heijmeijer.	33
Figura 4 - Fazenda Ribeirão e Monte D'Este no vetor norte de Campinas, SP.	38
Figura 5 - Família numerosa de imigrantes holandeses que partiu da Holanda em direção a Holambra em 1950.	46
Figura 6 - Trecho ferroviário Campinas - Jaguari.	50
Figura 7- Fileira de casas de pau-a-pique na Fazenda Ribeirão 1948-1950.	51
Figura 8 - Representação cartográfica e detalhe da Fazenda "Jaguary" de 1920.	52
Figura 9 - Detalhe do entorno imediato e núcleo rural da Fazenda Ribeirão. Planta de 1934.	52
Figura 10 - Casa Sede da Fazenda Ribeirão (aprox. 1980).	53
Figura 11 - Casa de pau-a-pique da Fazenda Ribeirão, aprox. 1948.	54
Figura 12 - Momento da oração e fincada da pá na terra, dando início aos trabalhos em Ribeirão em junho de 1948.	57
Figura 13 - Brasão do município de Holambra.	57
Figura 14 - Grupo de futuros emigrantes em direção a Fazenda Ribeirão em De Steeg, Holanda.	61
Figura 16 - Charles Hogenboom em campo de algodão na colônia Holambra (1951).	66
Figura 17: Atividades culturais e sociais da comunidade anos 1960-1970.	72
Figura 18: Socializações entre brasileiros e holandeses na Fazenda Ribeirão.	73
Figura 19 - Agência do Banco do Brasil e Correios na colônia Holambra (década de 1980).	75
Figura 20 - Imagens dos processos logísticos de venda das flores e plantas de Holambra na década de 1980.	76
Figura 21 - Seção de flores da CAPH, década de 1970.	77

Figura 22 - Instalações do primeiro Veiling no centro de Holambra, década de 1990.	78
Figura 23 - Instalações do Veiling Holambra, final da década de 1990.	79
Figura 24 - Instalações atuais do Veiling Holambra no município de Santo Antônio de Posse/SP.	80
Figura 25 - Placa de boas-vindas da CAPH na SP-107, década de 1980.	81
Figura 26 - Momento da Chuva de Pétalas na Expoflora 2011.	82
Figura 27 - Vista do recinto da Expoflora em 1999.	82
Figura 28 - Padrões construtivos contidos no documento de orientação para construção de fachadas holandesas em Holambra.	83
Figura 29 - Diferenças nos resultados das fachadas holandesas em Holambra.	84
Figura 30 - Estacionamento de supermercado no centro de Holambra. Ao fundo, as fachadas holandesas.	85
Figura 31 - Moinho Povos Unidos construído em 2008 com verba da Secretaria Estadual de Turismo do Estado de São Paulo (2015).	86
Figura 32 - Comércio de presentes e souvenirs holandeses no “Boulevard Holandês”, centro de Holambra (2015).	87
Figura 33 - Fachada holandesa plotada, sobreposta à reprodução de mesma referência arquitetônica, construída na década de 1990. Recinto da Expoflora, 2020.	88
Figura 34 - À esquerda, Celso Capato e à extrema direita, Pedro Weel.	92
Figura 35 - Condomínio residencial fechado em Holambra/Jaguariúna à esquerda e bairro Groot à direita.	95
Figura 36 - Periodização da urbanização em Holambra/SP.	96
Figura 37 - Localização da propriedade da família Lietjens no centro de Holambra.	97
Figura 38 - Casa da Família Lietjens na Avenida Maurício de Nassau, nº 1116.	98
Figura 39 - Reprodução da “Igreja Velha” com torre sineira, na entrada do <i>Photo Hall</i> do Museu Histórico de Holambra.	106
Figura 40 - Esboço de Adilson de Abreu do núcleo no “início” da colônia.	111
Figura 41 - Esboço de Adilson de Abreu do núcleo da colônia em 1969.	112

Figura 42 - Esboços do núcleo da Holambra em 1950 e 1969.	112
Figura 43 - Casal jovem recém-casado dentro de uma das casas do Bairro da Cegonha.	114
Figura 44 - Casas do Bairro da Cegonha (década de 1950).	115
Figura 45 - Esboço do núcleo da colônia em 1950, com destaque para o conjunto do Bairro da Cegonha.	115
Figura 46 - Imagens aéreas da área do Bairro da Cegonha (à esquerda 1999; à direita 2003).	116
Figura 47 - Conjunto do Bairro do Córrego (1950).	117
Figura 48 - Esboço do núcleo da colônia em 1950, com destaque para o conjunto do Bairro do Córrego.	117
Figura 49 - Casas construídas para funcionários da CAPH nos anos 1970.	118
Figura 50 - Casa de imigrantes em sítio autônomo (Década de 1950).	119
Figura 51 - Estábulo e casas de famílias holandesas nos sítios em Holambra entre 1950-1960.	120
Figura 52 - Plano arquitetônico para sítio autônomo da família Thijssen.	121
Figura 53 - “Plan Heijmeijer” (esquerda) e imagens da casa atual (direita).	123
Figura 54 - “Plan Hermans” de setembro de 1950 (à esquerda), possível casa correspondente em 1950-1960 (à direita acima) e detalhamento da construção em holandês (à direita abaixo).	124
Figura 55 - Estradas rurais principais de implantação dos sítios autônomos de famílias holandesas.	124
Figura 56 - Comparação de uma casa de imigrantes no bairro Fundão, respectivamente, em 1950 e em 2020.	125
Figura 57 - Casa de imigrantes no bairro Fundão, parcialmente preservada (2020).	126
Figura 58 - Agricultor holandês na atividade agrícola em frente à sua casa, área rural de Holambra (s.d.).	126
Figura 59 - Estábulo e armazém em sítio de família holandesa em Holambra, década de 1950.	127

Figura 60 - Sítio de família holandesa em Holambra com moradia e curral, década de 1950.	128
Figura 61 - Sítio de família holandesa em sítio de Holambra, década de 1950.	128
Figura 62 - Sítio de família holandesa com casa e armazém, na década de 1950.	129
Figura 63 - Crianças pequenas alimentam galinhas em terreiro em frente ao galinheiro e estábulo/armazém conjugados em sítio de imigrantes holandeses em Holambra, década de 1950.	129
Figura 64 - Esboço da “dispersão organizada” que caracteriza a ocupação dos sítios rurais em Holambra (imagem à esquerda) e a diferença na ocupação e povoamento rural entre Holambra (à direita) e Arthur Nogueira (à esquerda) em um dos trechos do limite municipal (imagem à direita).	130
Figura 65 - Localização da implantação de casas de funcionários holandeses da CAPH no centro da colônia em 1950.	132
Figura 66 - Localização das principais vias urbanas de ocupação das famílias holandesas no centro da colônia entre 1950 e 1970.	133
Figura 67 - Casa de imigrantes do período 1960-1970, no centro de Holambra (2018).	133
Figura 68 - Casa de imigrantes do período 1960-1970, no centro de Holambra (2018).	134
Figura 69 – Detalhes da Casa da família Lietjens (2019).	135
Figura 70 - Casa de imigrantes do final dos anos 1950, no centro de Holambra (2020).	136
Figura 71 - Casa de imigrantes do final dos anos 1950, no centro de Holambra (2014).	137
Figura 72 - Ruas no centro de Holambra, com presença de casas de imigrantes, construídas no período 1950-1970.	137
Figura 73 - Armazéns em construção na formação da rua principal da colônia.	139
Figura 74 - Armazéns da CAPH na década de 1950.	139
Figura 75 - Antigos armazéns na Avenida Rota dos Imigrantes, centro de Holambra, em 2020.	140
Figura 76 - Localização dos armazéns na Avenida Rota dos Imigrantes, centro de Holambra.	141

Figura 77 - Localização dos principais elementos do complexo agroindustrial da atual Cooperativa Pecuária Holambra.	142
Figura 78 - Comparação de fotografias da fábrica de ração da antiga CAPH nos anos 1960 e em 2020.	143
Figura 79 - Comparação de fotografias do escritório central da antiga CAPH nos anos 1960 e em 2020.	143
Figura 80 - Comparação de fotografias do <i>packing-house</i> da antiga CAPH, nos anos 1960 e em 2020.	144
Figura 81 - Abatedouro de aves da CAPH, construído em 1967.	144
Figura 82 - Localização da antiga sede da Fazenda Ribeirão dentro da atual área industrial da Cooperativa Pecuária Holambra.	145
Figura 83: Comparativo da área industrial da Cooperativa Pecuária Holambra em 2003 e 2020, respectivamente.	146
Figura 84 - Construção da represa da Mini-praia em 1970.	147
Figura 85 - Local da Mini-praia em 1971.	148
Figura 86 - Aula de natação na Minipraia, década de 1970.	149
Figura 87 - Sede social da colônia Holambra, na década de 1960, atual Alameda Maurício de Nassau.	150
Figura 88 - Festa da Colheita realizada na sede social, década de 1960.	151
Figura 89 - Localização do Clube Fazenda Ribeirão no atual centro urbano de Holambra.	151
Figura 90 - Antigo edifício da sede social da colônia Holambra, em 1998, já como “Restaurante do Clube Fazenda Ribeirão”.	152
Figura 91 - Edifício da sede social da colônia Holambra, atual “Restaurante do Clube Fazenda Ribeirão”, 2020.	153
Figura 92 - Construção da “Igreja Velha” anexa à casa sede da Fazenda Ribeirão.	154
Figura 93 - Irmã Gemma pinta os afrescos do altar da “Igreja Velha” da colônia de Holambra, 1950.	155

Figura 94 - Interior da “Igreja Velha”, seus afrescos e mobiliário, década de 1950. Observa-se também na imagem os caixotes de madeira como bancos.	156
Figura 95 - Pessoas em frente à “Igreja Velha”.	156
Figura 96 - Remanescentes da “Igreja Velha”, na área industrial da Cooperativa Pecuária Holambra, em janeiro de 2020.	157
Figura 97 - Localização da Paróquia do Divino Espírito Santo na Alameda Maurício de Nassau.	158
Figura 98 - Paróquia do Divino Espírito Santo, na década de 1970 e na atualidade.	158
Figura 99 - Crianças brincam no interior da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo, quando da finalização de sua construção (1965-1966).	160
Figura 100 - Localização do Cemitério de Holambra, na atual Alameda Maurício de Nassau.	161
Figura 101 - Cemitério de Holambra, década de 1970.	162
Figura 102 - Cemitério de Holambra, década de 1970.	162
Figura 103 - Cemitério de Holambra, década de 1970.	163
Figura 104 - Cemitério de Holambra em 2020.	164
Figura 105 - Cemitério de Holambra em 2020.	164
Figura 106 - Localização do Convento da Ordem Franciscana de Oirschot, atual Prefeitura Municipal de Holambra, na Alameda Maurício de Nassau.	165
Figura 107 - Edifício do Convento da Ordem Franciscana de Oirschot, em Holambra, respectivamente, década de 1960 e ano de 2020.	166
Figura 108 - Membros do legislativo e executivo municipal, em 1998, em frente ao edifício ocupado pela Prefeitura Municipal de Holambra.	166
Figura 109 - Crianças com professora na Escola São Paulo, década de 1970.	167
Figura 110 - Localização do primeiro edifício da Escola São Paulo em Holambra.	168
Figura 111 - Edifício da Escola São Paulo em ruínas, com acúmulo de resíduos e descarte de lixo, em janeiro de 2019.	169

Figura 112 - Nova entrada de caminhões da Cooperativa Pecuária Holambra, local da antiga Escola São Paulo (2020).	171
Figura 113 - Edifício da Escola de Economia Doméstica Príncipe Bernardo, visto a partir do jardim do convento, final da década de 1960.	172
Figura 114 - Aula de culinária e objetos feitos nas aulas de corte e costura da Escola Doméstica, anos 1960.	173
Figura 115 - Escola de Economia Doméstica Príncipe Bernardo na Alameda Maurício de Nassau (2020).	173
Figura 116 - Nuvem de palavras: Aspectos positivos da colonização holandesa (Q8).	184
Figura 117 - Nuvem de palavras: Aspectos negativos da colonização holandesa (Q9).	185
Figura 118 - Nuvem de palavras: percepção da atividade turística.	189

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Período e porcentagem de crescimento do setor de flores de Holambra (1974-1978).	76
Tabela 2 - Tabela da identificação dos planos arquitetônicos.	122
Tabela 3: Escala de cores do panorama do estado de preservação atual.	174
Tabela 4: Tabela do estado de preservação atual de bens culturais edificados em Holambra.	175

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Crescimento da população de Holambra (1993-2020).	94
Gráfico 2 - Resultado da Q1.	180
Gráfico 3 - Resultado da Q2.	180
Gráfico 4 - Resultado da Q3.	181
Gráfico 5 - Resultado da Q4.	181
Gráfico 6 - Resultado da Q5 .	182
Gráfico 7 - Resultado da Q6.	183
Gráfico 8 - Resultado da Q7.	183
Gráfico 9 - Resposta da Q10.	186
Gráfico 10 - Resposta da Q11.	186
Gráfico 11 - Resposta da Q12.	187
Gráfico 12 - Resposta da Q13.	187
Gráfico 13 - Resposta da Q14.	188
Gráfico 14 - Resposta da Q15.	188
Gráfico 15 - Resposta da Q17.	190
Gráfico 16 - Resposta da Q18.	191

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANUAR	Administração das Nações Unidas para Auxílio e Restabelecimento
BANESPA	Banco do Estado de São Paulo
CAPH	Cooperativa Agropecuária Holambra
CIC	Conselho de Imigração e Colonização
CMDU	Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano
FBC	Fundação Brasil Central
IAC	Instituto Agronômico de Campinas
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
KNBTB	<i>Katholic Nederlandse Boeren en Tuinders Bond</i> [Associação dos Agricultores e Horticultores Católicos Neerlandeses]
NBB	Nederlandsche Boerenbond [União dos Agricultores Neerlandeses]
NLC	<i>Nederlandsch Landbouwwcomité</i> [Comitê Agrícola Neerlandês]
OIR	Organização Internacional dos Refugiados
ONU	<i>Organization of the United Nations</i> [Organização das Nações Unidas]
RKNBTB	<i>Romansch-Katholieke Nederlandsche Boeren en Tuindersbond</i> [Associação dos Agricultores e Horticultores Católico-romano Neerlandeses]
SLN	<i>Stichting Landverhuizing Nederland</i> [Fundação de Emigração dos Países Baixos]
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
USHMM	<i>United States Holocaust Memorial Museum</i> [Museu Memorial do Holocausto dos Estados Unidos]
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	21
1. ANTECEDENTES À HOLAMBRA.....	26
1.1. Os Países Baixos após a Segunda Guerra Mundial.....	26
1.2. A KNBTB e os planos de emigração ao Brasil.....	30
1.3. O imigrante ideal para o Brasil.....	39
1.4. A Fazenda Ribeirão.....	47
2. DA COLÔNIA AGRÍCOLA À CIDADE TURÍSTICA.....	55
2.1. Primeiros anos: cooperativismo integral e crise.....	56
2.2. A socialização entre brasileiros e holandeses.....	67
2.3. As flores, a Expoflora e a atividade turística.....	74
2.4. Processo emancipatório e crescimento populacional e urbano.....	90
3. LEGISLAÇÕES E AÇÕES LOCAIS NO ÂMBITO DO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	100
3.1. A legislação municipal no âmbito do patrimônio cultural.....	101
3.2. A musealização de bens culturais móveis e imóveis.....	103
4. O CONJUNTO ARQUITETÔNICO DE BENS CULTURAIS IMÓVEIS DA COLONIZAÇÃO HOLANDESA E SEU ATUAL ESTADO DE PRESERVAÇÃO.....	107
4.1. Aspectos da paisagem cultural da colonização holandesa.....	108
4.2. Levantamento preliminar do conjunto arquitetônico.....	113
4.2.1. Edificações residenciais de imigrantes holandeses.....	114
4.2.1.1. Conjunto do Bairro da Cegonha.....	114
4.2.1.2. Conjunto do Bairro do Córrego.....	116
4.2.1.3. Sítios autônomos de famílias imigrantes.....	118
4.2.1.4. Casas de famílias imigrantes no centro da colônia.....	131
4.2.2. Edificações laborais da CAPH.....	138
4.2.2.1. Edificações do complexo industrial da CAPH.....	139
4.2.2.2. Conjunto de Armazéns da CAPH.....	142
4.2.3. Edificações de lazer.....	147
4.2.3.1. Conjunto da Mini-praia.....	147
4.2.3.2. Conjunto do Clube Fazenda Ribeirão.....	150
4.2.4. Edificações religiosas.....	153
4.2.4.1. Igreja Velha.....	153
4.2.4.2. Matriz do Divino Espírito Santo.....	157
4.2.4.3. Cemitério de Holambra.....	160
4.2.4.4. Convento da Ordem Franciscana.....	165
4.2.5. Edificações educacionais.....	167
4.2.5.1. Primeira edificação da “Escola São Paulo”.....	167
4.2.5.2. Escola de Economia Doméstica “Príncipe Bernardo”.....	171
4.3. Panorama do estado de preservação atual.....	174

5. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL DA COLONIZAÇÃO HOLANDESA.....	176
5.1. Metodologia de aplicação do questionário.....	177
5.2. Resultados.....	179
5.2.1. Perfil social do respondente.....	180
5.2.2. Percepção da preservação de bens culturais da colonização holandesa.....	183
5.2.3. Percepção da atividade turística.....	189
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	191
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS.....	195

INTRODUÇÃO

Em primeiro lugar, gostaria de lhe agradecer pelo interesse neste estudo. Aqui, procuro trazer à tona questões que têm incomodado meu espírito científico, principalmente, em relação aos estudos interdisciplinares, no que diz respeito, às diferentes questões contemporâneas, interligadas pelos campos do conhecimento do turismo, da arquitetura, da história, da geografia, das ciências ambientais e da antropologia social e cultural, ou seja, do próprio campo da cultura humana. Este esforço é resultado de, não somente dois anos de mestrado, mas de, aproximadamente, seis anos de pesquisa ampla e diversa, mas com foco no contexto geral deste estudo, a cidade de Holambra, interior do estado de São Paulo.

Antes de começar a leitura, gostaria de me apresentar um pouco, sobre minha origem e relação com o estudo. Este estudo se mostrou inteiramente complexo para mim, uma vez que ele me diz respeito diretamente. O desafio em separar ou não o conhecimento científico do conhecimento pessoal mostrou-se presente em todos os momentos, desde a escolha do título, às considerações finais. Estar particularmente relacionado ao objeto de estudo é um grande desafio e preocupação. Por isso, atentei para buscar uma interpretação bastante aprofundada sobre o contexto da cidade de Holambra. São informações da impressão pessoal que puderam ser apresentadas de acordo com a leitura científica. Porém, um dos pontos mais positivos de haver crescido em Holambra para mim, foi a oportunidade de viver durante seu crescimento enquanto município, afinal compartilhamos da mesma idade (29 anos).

Nasci em uma família com pelo menos duas culturas, claramente, em coexistência. Minha avó materna, Maria José, mineira de Comercinho do Bruno, norte de Minas Gerais, tornou-se professora magistrada pelo Colégio Nazareth da cidade de Araçuaí, ainda jovem. Meu avô, um holandês, filho de agricultores do vilarejo de Vessem, *Noord-Brabant*, emigrou para o Brasil no ano de 1949, com 18 anos de idade, sendo acompanhado de seu irmão Petrus Gerardus. Meu avô, Johannes Lambertus, decidiu ir à Araçuaí encontrar, naquele mesmo Colégio, um bispo holandês conhecido de sua família, Dom José de Haas, que a muitos anos vivia no Brasil. O bispo, o havia convidado para trabalhar no Colégio Nazareth como apoio aos serviços elétricos e mecânicos no local e meu avô aceitou a oferta.

Ao chegar lá, Johannes começou a trabalhar e Maria era aluna do Colégio. Em pouco tempo, passaram a se encontrar escondidos e começaram a namorar. Aos poucos, foram trocando o idioma, o conhecimento, as linguagens e a cultura entre si, na construção da trama necessária para a conversa do dia a dia e para a criação dos filhos, em menos de 10 anos, formaram uma família com seis filhos. Petrus Gerardus, irmão mais velho do meu avô (de uma

família de 14 irmãos), havia chegado no Brasil, também em 1949, mas diferente dele, Pedro havia se dirigido à colônia holandesa recém estabelecida na Fazenda Ribeirão, interior do estado de São Paulo. Em 1967, Pedro convidou Johannes e sua família para se mudarem para aquela colônia que havia se formado e apresentava êxito econômico para a grande maioria das famílias. No convite, Petrus havia informado que minha avó, Maria, poderia trabalhar como professora de português na escola das crianças de origem holandesa, a Escola São Paulo, e o meu avô, poderia trabalhar com os serviços de manutenção elétrica e mecânica junto aos associados ou à própria Cooperativa Agropecuária Holambra, o núcleo operacional da colonização.

Em 1968, Maria José, Johannes Lambertus e seus seis filhos se mudam para a colônia Holambra onde foram recebidos por Petrus Gerardus e sua esposa Hendrika Maria e seus filhos. Durante anos, minha família materna morou em diversas casas que pertenciam à cooperativa da colônia, até conseguirem comprar um pedaço de terra, nos anos de 1980. Minha avó Maria exerceu sua profissão como professora primária não somente na Escola São Paulo durante anos a fio, mas também nas escolas municipais. Meu avô, que adoeceu gravemente com os anos, havia desenvolvido alcoolismo, retirando-se do trabalho, ainda com meia idade. Em Holambra, nasceram os dois últimos filhos do casal, totalizando oito filhos.

A família se estabeleceu em Holambra como uma família mista, vista mais como mineira, do que holandesa, uma combinação que, em 1968, ainda era rara de ser vista ali, ainda mais com tantos filhos. As dificuldades foram grandes, mas a capacidade de cooperação entre as pessoas falou mais alto independente de sua origem. Tenho a impressão de que para as demais famílias brasileiras, éramos mais vistos como holandeses e para os holandeses, mais vistos como brasileiros, isso gerou em nós, um sentimento misto.

Segundo filho, da filha mais nova de Maria e Johannes, nasci em 1991, em Belo Horizonte, época em que meus pais abriam na cidade uma empresa para distribuição de flores e plantas ornamentais, que vinham de Holambra diariamente, a atual Holambelo, localizada no bairro Santo André. Em 1992, meus pais se mudam para Mogi-Mirim, cidade próxima a Holambra, de onde é a família do meu pai, por cerca de um ano. Em 1993, meus pais se mudam para Holambra, comigo e minha irmã. Em 1999, nos mudamos para Lauro de Freitas, região metropolitana de Salvador, na Bahia, para que meus pais gerenciassem uma outra unidade da Holambelo, desta vez na cidade de Salvador. Um ano e meio depois, voltamos a morar em Holambra, de onde meus pais nunca mais se mudaram. Minha infância e juventude foram, portanto, vividas em Holambra.

Por dentre os costumes e hábitos da minha família, criou-se uma identidade própria, misturada entre as coisas da Holanda e as coisas das Minas Gerais, entremeada pelo imaginário

híbrido, através das histórias e tradições trazidas do além-mar e do além-monte. Em Holambra, enquanto criança, pude ter contato com diversas manifestações religiosas, sociais e culturais da comunidade holambrense. Crescer em Holambra foi uma dádiva da qual eu desfrutei com muita liberdade, mas também um potencial risco. Esse convívio no recente município, me ofereceu uma visão sobre o coletivo e o mundo, que hoje, vejo que é bastante diferente da realidade brasileira, que passei realmente a conhecer somente com o início da idade adulta, principalmente, devido ao ingresso na universidade pública.

Em 2009, em uma visita à uma tia que morava em Belo Horizonte, meu primo, que havia estudado matemática na UFMG, me levou para conhecer o *campus* da Pampulha. Na mesma hora, lembro de me apaixonar pela ideia de estudar ali, em um *campus* como aquele, em uma cidade como Belo Horizonte, cidade que eu havia nascido. Assim, em 2010, ingressei na UFMG, no curso de graduação em Turismo, no Instituto de Geociências, local que viraria meu segundo ou terceiro lar por alguns anos. Mais uma vez, Minas Gerais aparecia na minha vida de forma definitiva.

Como trabalho de monografia do curso de Turismo, comecei a questionar a atividade turística em Holambra, em relação ao seu desenvolvimento, uma vez que, na época, 2014, a cidade apresentava grandes investimentos no setor e rápido crescimento populacional e urbano, tornando-se, cada vez mais conhecida nacionalmente. Desse interesse, a monografia buscou evidenciar como as “políticas urbanísticas” locais influenciavam na formação da “paisagem turística”. Meu interesse pelo tema da paisagem, aflorado pelo caráter geográfico do curso de Turismo da UFMG, me levou até a Escola de Arquitetura, onde encontrei conhecimento e inspiração nas discussões de políticas urbanas, direto à cidade e gentrificação, por exemplo.

Nesse percurso, sabia que havia mais coisas para serem esclarecidas sobre Holambra, coisas que passaram a me inquietar desde então. Ao final da monografia, havia entendido também que, importantes lugares e edificações, que fizeram parte do episódio histórico da colonização holandesa apresentavam, não somente, um eminente risco de serem totalmente varridos pelo crescimento urbano e turístico que se observava, mas seu próprio esquecimento. Dessa questão, não respondida na monografia, surgiu a presente pesquisa.

Foi então, no Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, da Escola de Arquitetura da UFMG que, pude desenvolver, a partir da linha de pesquisa “Memória e Patrimônio Cultural”, um esforço para compreensão do que ainda havia de ser esclarecido sobre Holambra, o tema do patrimônio cultural da colonização holandesa.

Tal objeto de pesquisa logo mostrou-se inédito desde o princípio no projeto de mestrado. Havia encontrado uma lacuna no conhecimento que poderia ser preenchida, mesmo que de

forma parcial e inicial. Desta forma, acredito que, tanto minha proximidade com o objeto de estudo, quando meu distanciamento, me possibilitaram enxergar, com certa clareza, as potencialidades que este estudo poderia trazer à tona.

Diante disso, algumas perguntas foram formuladas a fim de orientar a investigação: O que pode ser considerado como patrimônio cultural material da colonização holandesa em Holambra na atualidade? Qual a importância de preservar esses bens culturais? De que forma o poder público municipal trata a questão do patrimônio cultural local? Existem políticas para essa agenda local? Como a população enxerga e lida com esse patrimônio na atualidade? Qual o estado de preservação desses bens culturais?

A hipótese de pesquisa se dá, neste sentido, pela afirmação de que Holambra apresenta um conjunto arquitetônico da colonização holandesa de características únicas, sendo este, a expressão material direta da colonização europeia orientada, que se deu no pós-guerra, diferenciando-se, de certa forma, dos demais tipos de colonização europeia já reconhecidos no Brasil. A fim de confirmar ou refutar tal hipótese e responder às perguntas supracitadas, foram elaborados um objetivo geral e seis objetivos específicos.

O objetivo geral se pauta em realizar uma análise ampliada sobre o patrimônio cultural edificado da colonização holandesa, seus principais motivos, características, políticas e relações sociais e culturais.

A fim de atingir tal objetivo geral, os seis objetivos específicos são: (1) compreender as motivações e estruturas sociais, culturais e políticas da colonização holandesa que culminaram no surgimento da colônia de Holambra; (2) realizar uma caracterização de seu desenvolvimento e crescimento, ao longo do tempo histórico, enquanto colônia agrícola e, posteriormente, ao afirmar-se como cidade turística; (3) analisar as políticas municipais relacionadas ao patrimônio cultural; (4) realizar uma identificação preliminar do conjunto arquitetônico da colonização holandesa; (5) apontar para o estado de preservação atual das edificações identificadas, e por fim, (6) compreender a opinião pública atual da população holambrense, a respeito deste patrimônio cultural.

Para isso, o primeiro capítulo “Antecedentes à Holambra” realiza uma contextualização histórica, a partir da historiografia específica, que busca evidenciar as particularidades do período anterior da colonização holandesa no Brasil, como a ocorrida em Holambra. A historiografia específica conta, principalmente, com as preciosas contribuições de Adilson Avansi de Abreu (1971), geógrafo brasileiro, Mari Smits (2016), historiador holandês e Kees Wijnen (2012), também um historiador holandês.

O segundo capítulo, “Da colônia agrícola à cidade turística”, discorre sobre as principais características que a colônia de Holambra desenvolveu ao longo do tempo enquanto colônia agrícola cooperativista formada majoritariamente por associados holandeses e trabalhadores brasileiros. Desta cisão social que Holambra, apresentava, compreende-se, em parte, o jogo das relações sociais entre holandeses e brasileiros que deve início desde a chegada do grupo de holandeses imigrantes ao território brasileiro. O capítulo contempla também, os acontecimentos nos anos posteriores à sua emancipação, a partir de 1991. Nesta parte, discorre-se a respeito do crescimento urbano e populacional, assim como da atividade turística e as origens da transformação do ambiente urbano na contemporaneidade.

O terceiro capítulo “Legislação e ação local no âmbito do patrimônio cultural” apresenta uma leitura crítica sobre as atuais e estabelecidas políticas municipais de patrimônio cultural, assim como descreve as ações realizadas pelas associações no município, em relação a salvaguarda de bens culturais móveis e imóveis, principalmente pelo Museu local.

Em seguida, o quarto capítulo “O conjunto arquitetônico da colonização holandesa e seu atual estado de preservação” evidencia os diferentes aspectos da formação da paisagem da colonização e busca identificar, de forma preliminar, as edificações em conjunto ou isoladas, de importância material e histórica, de acordo com sua historiografia pré-existente, análise de documentação arquivística, principalmente digitalizada e registros fotográficos atuais, por meio de comparação entre imagens, textos e documentos.

O quinto capítulo intitulado “Pesquisa de opinião pública sobre o patrimônio cultural da colonização holandesa” apresenta a metodologia e os resultados de uma pesquisa de opinião pública com a população de Holambra, que contou com 296 respondentes. O sexto e último capítulo oferece ao leitor as considerações finais do trabalho.

1. ANTECEDENTES À HOLAMBRA

Neste primeiro capítulo convido o(a) leitor(a) à compreensão das condições as quais se encontravam os agricultores católicos na Holanda em decorrência da Segunda Guerra Mundial. Veremos que as associações nacionais e provinciais, que representavam estes agricultores, desempenharam papel fundamental no processo de emigração e na condução social, cultural mesmos.

Além disso, explora-se algumas questões referentes às políticas imigratórias no Brasil que contemplaram a imigração deste grupo e as condições para o assentamento no Brasil, diferenciando-os de outras populações, a partir de seu caráter étnico, como veremos. As questões que são suscitadas neste sentido, oferecem possibilidades de novas perspectivas nesse campo de estudos. Após isso, o último subcapítulo apresenta uma descrição do local de assentamento da colônia de Holambra, em uma tentativa de compreensão dos aspectos territoriais, anteriormente à chegada dos holandeses na então, Fazenda Ribeirão.

1.1. Os Países Baixos após a Segunda Guerra Mundial

Os Países Baixos tiveram grande parte de seu território ocupado e gravemente atingido pelos ataques terrestres e aéreos do exército nazista durante a Segunda Guerra Mundial. Naquela época, a Holanda era um país de economia eminentemente agrária com grande população rural, baseada no cultivo de trigo, batatas, aveia, centeio, beterraba, flores e gado leiteiro, além da pesca. Seus terrenos planos e alagadiços e clima temperado favorecem a agricultura destes suprimentos alimentares. Além disso, a pequena propriedade fundiária era um aspecto comum nos Países Baixos onde, em geral, o camponês era dono das terras onde trabalhava (PETRONE, 1971).

Figura 1 - Vista da cidade de Roterdã após o bombardeio alemão durante a "Campanha Ocidental" em maio de 1940.



Fonte: Unites States Holocaust Memorial Museum¹.

As propriedades rurais foram massivamente devastadas pelos ataques e inundações causadas pela destruição de muitos diques². Muitos camponeses tiveram que deixar suas casas em busca de abrigo. Segundo o jornalista Jules Dewez, havia aproximadamente, 40 mil jovens, filhos de camponeses sem perspectivas de trabalho (SMITS, 2016). Alguns deles temiam ser enviados à Indonésia, para servirem ao Império Colonial Neerlandês durante a Guerra de Independência da Indonésia (1945-1949), pois muitos tinham idade suficiente para o serviço militar e poderiam ser convocados pelo governo. Segundo o historiador holandês Mari Smits,

Os anos subsequentes de ocupação alemã causaram grandes danos à economia holandesa. Grande parte da infraestrutura foi destruída, muita terra agrícola tornou-se inútil e muitas fazendas nas regiões fronteiriças foram destruídas. Além disso, os alemães tinham saqueado diversos produtos e instalações industriais, e muitos alimentos ainda eram racionados. Após a libertação, a vida parecia pouco promissora. Ainda havia grande escassez de alimentos, moradia e capital. Em 1947, **75% da população holandesa acreditava que a vida era pior do que antes da guerra.** (...) As pessoas também estavam convencidas de que a Holanda estava **superlotada**. Os agricultores, principalmente, sentiam isso na pele. **Para seus filhos, criados e educados na agricultura, tornou-se praticamente impossível estabelecer seus próprios empreendimentos.** O cultivo de novas terras, que antes ainda viabilizava uma expansão significativa das terras agrícolas, agora ficou praticamente paralisado. **Além disso, os agricultores eram sujeitos a restrições de produção herdadas dos anos trinta.** As condições políticas também eram incertas. Uma guerra inútil era travada nas Índias Orientais Holandesas para manter a colônia, e havia ainda o temor de uma nova guerra com uma possível ocupação russa (SMITS, 2016, p. 8. Grifo nosso).

¹ Disponível em: http://www.ushmm.org/wlc/ptbr/media_ph.php?ModuleId=10005181&MediaId=1224. Acesso em: 20 set. 2019.

² Os diques são estruturas para contenção de água.

Estimativas apontam que os conflitos gerados pela Segunda Guerra Mundial tenham provocado o deslocamento do lugar de origem de 40 a 60 milhões de pessoas. O número de emigrações transcontinentais após a guerra deu um grande salto. Segundo o jornalista Jan Rempt, a emigração nesta época era vista como “a palavra mágica da vez”³. Se em 1945, a palavra de ordem era *libertação*, em 1946 era *construção*. Em 1947, as pessoas falavam da *emigração* como a salvação da Holanda (Idem, *ibidem*). Smits (2016) usa o termo “psicose migratória” para se referir a este período.

Dado o episódio da guerra, diferentes estruturas nacionais e internacionais, a partir do posicionamento político e religioso e suas instituições, tiveram que pensar em soluções para o reestabelecimento da vida, e o reassentamento de famílias e indivíduos, muitos deles flagelados, estremecidos físico e mentalmente pelos ataques e afastados de suas terras. A recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU) buscou soluções, a partir de relações bilaterais entre 26 países signatários da Declaração das Nações Unidas de 01 de janeiro de 1942. Na ocasião, coube à Administração das Nações Unidas para Auxílio e Restabelecimento (ANUAR) assumir esta responsabilidade.

Estima-se que até o fim de 1945, a ANUAR procedeu à repatriação compulsória da maior parte dos indivíduos. Em 1946, a necessidade de solução de casos “irrepatriáveis” provenientes do bloco comunista: iugoslavos, soviéticos, poloneses, bálticos e judeus, fez com que se criasse em Londres, a Organização Internacional de Refugiados (OIR), pela ONU. Porém, a mais estimada adesão - do Bloco Soviético – não se concretizou, o que provocou uma situação orçamentária mais complexa, limitante. A organização funcionou somente durante quatro anos (1946-1952) com dezoito países signatários, entre eles o Brasil, que recebeu nesta época 28.000 refugiados (ANDRADE, 2005). Apesar disso, mais de um milhão de pessoas puderam reconstruir suas vidas em outros países, graças às ações da OIR (BRAVO, 2017).

Na mesma época, os Países Baixos registraram um grande contingente de emigrantes que se dirigiram para o Canadá. Segundo Smits (2016), entre 1947 e 1963, um total de 409.000 holandeses deixou seu país, atingindo o auge em 1952, com a saída de 49.000 pessoas, tendo aquele país como principal destino. Além do Canadá, estes povos se dirigiram para países como Austrália, França, Nova Zelândia, Argentina e Brasil. Abreu (1971) afirma que os holandeses se destinaram basicamente à países do *Commonwealth*, mas de forma isolada, sendo o Brasil e Argentina exceções, porque aceitavam o estabelecimento de colônias em suas terras.

³ Jan Rempt *apud* SMITS, 2016, p. 7

Inicialmente, o governo holandês demonstrou um posicionamento reservado em relação à emigração. Os jovens agricultores apresentavam forte resistência à transição industrial que o país viria a encarar com a execução do Plano Marshall. “Naquela época, era muito comum que filhos de fazendeiros e agricultores seguissem uma formação agrícola com a intenção de se tornarem fazendeiros ou agricultores” (SMITS, 2016, p. 9).

Figura 2 - Soldados e tanque de remoção de minas em frente às casas de agricultores bombardeadas em Overloon, Países Baixos, 1944.



Fonte: *Imperial War Museum*⁴.

A resistência dos jovens em se manter em suas estruturas sociais pode ser entendida em parte, a partir de um aspecto político comum na Holanda e Bélgica na época - atualmente fragmentado - denominado “pilarização”, do holandês: *verzuiling* (empilhamento). Segundo Dekker & Ester (2016), a “*Pillarization*”⁵ se refere a um sistema de organização intencional e segmentação vertical ideológica gerado por conexões estruturais entre visões de mundo religiosas, políticas e secularistas. Desde o final do século XIX, a quase totalidade da Holanda tornou-se segmentada em “*pillars*” (pilares), perdurando até a década de 1960. Os autores afirmam que “cada pilar configura uma série de organizações em praticamente toda esfera da

⁴ Disponível em: <https://www.iwm.org.uk>. Acesso em: 25 de set. 2019.

⁵ A Vrije Universiteit van Amsterdam (Universidade Livre de Amsterdã) de 1880 foi criada como um subpilar, sob coordenação do ortodoxo protestante Abraham Kuyper, que deu início a *pillarization* (VAN ZANDEN, 1998).

vida social como nas relações primárias, de trabalho, educação, política, saúde, lazer e a mídia”⁶.

Este tipo de organização social era conduzido por meio de instituições e associações. Os Países Baixos apresentavam, pelo menos, quatro pilares principais na base de sua conformação social: o protestante, o católico, o liberal e o socialista (DEKKER & ESTER, 1996). O pilar *protestante* consistia principalmente de trabalhadores *industriais*, de maioria urbana, diferente dos *católicos*, com maioria de trabalhadores *agrícolas*. Na Holanda, liberais e protestantes apresentavam maior congruência de ideias, por isso, se uniram aos poucos. Já o pilar católico se organizou de maneira mais isolada. Outros exemplos desta organização são partidos políticos, redes de radiodifusão e televisão, associações comunitárias, supermercados, clubes esportivos, lojas, entre outros. A *pillarization* na Holanda começou a se dissolver a partir da década de 1960, mas seus reflexos ainda são visíveis na contemporaneidade

A devastação causada pela guerra, como vimos, causou neste país um intenso movimento de reorganização social. Protestantes e católicos tomaram iniciativas distintas para lidar com os problemas causados pelos conflitos. No contexto católico, a emigração era vista como uma maneira de reconstruir a vida em outros países, uma vez que, as condições para a reestruturação das áreas aráveis eram difíceis, onerosas e pouco promissoras, e os protestantes, por sua vez, organizavam a industrialização no âmbito urbano apoiada pelo governo. No próximo subcapítulo, veremos de que forma o pilar católico holandês se organizou, ao longo do século XX, dando origem a uma organização própria para a emigração, no pós-guerra, de agricultores católicos com destino ao Brasil.

1.2. A KNBTB e o plano de emigração ao Brasil

Segundo uma publicação da universidade holandesa Radboud, no final do século XIX, houve uma grande crise no campesinato holandês causada, entre outras coisas, por importações de grãos mais baratos dos Estados Unidos. Com isso, a agricultura arável e a pecuária enfrentaram fortes quedas de preço, o que suscitou necessidade de criação de uma instituição central, que visasse oferecer melhores condições de trabalho e direitos ao campesinato. Em 1896, tem origem a União dos Agricultores Neerlandeses (*Nederlandsche Boerenbond* - NBB), uma instituição não governamental, de caráter católico. O campesinato era dependente de si

Trecho original: *Each pillar set up a whole array of organizations encompassing practically every sphere of social life such as primary relations, work, education, politics, health care, leisure, and the media*” (p. 325).

mesmo, pois não havia apoio do governo devido à *pillarization* da sociedade. As “Sociedades Provinciais de Agricultura”, unidas ao Comitê Agrícola Holandês (*Nederlandsch Landbouwcomité* - NLC) apoiavam amplamente a posição da NBB. Alguns objetivos importantes do NBB eram: maior envolvimento do Estado na agricultura, melhor legislação agrícola, melhoria do sistema de crédito agrícola (criação de bancos de empréstimos para agricultores), fundação de associações no interesse da agricultura (associações de compra e venda, seguros, etc.), promoção de interesses sociais e a disseminação do conhecimento. Em 1899, a NBB tornou-se um órgão federativo de representação dos sindicatos de agricultores provinciais. Em 1918, um secretariado permanente foi estabelecido em Haia (RADBOD UNIVERSITEIT, 2019).

Em 1920, a identidade católica da NBB foi amplamente estabelecida. Esta caracterização foi possível, em parte, porque os agricultores e horticultores protestantes haviam organizado sua própria associação em 1918, sendo, em número de membros, menos expressiva. A consequência disso foi a mudança de nome, de União dos Agricultores Neerlandeses (NBB) para Associação dos Agricultores e Horticultores católico romanos holandeses (*Romansch-Katholieke Nederlandsche Boeren en Tuindersbond* - RKNBTB) em 1924 e, finalmente, para KNBTB (Associação de Agricultores e Horticultores Católicos Holandeses) em 1929 (RADBOD UNIVERSITEIT, 2019).

Em um momento anterior à Segunda Guerra, a KNBTB realizou reuniões para discutir processos de emigração e demais cenários que pudessem acometer os agricultores associados durante e depois da guerra. Anteriormente, em 1922, representantes da antiga NBB haviam conduzido reuniões na França, sobre a possível emigração de agricultores holandeses para aquele país. Na ocasião, já havia sido determinado, que a emigração de tipo generalizada estava fora de questão, devido a possíveis objeções religiosas causadas por relatos de emigrados que, com muitas dificuldades, tentavam sobreviver nos países em que viviam (SMITS, 2016).

Desta forma, era esperado que aqueles agricultores que compartilhavam da mesma religião pudessem,

[...] se concentrar em um lugar só, no exterior, para que pudessem representar os interesses espirituais dos emigrantes de maneira responsável. A colonização também era vista como um meio de preservar a cultura holandesa dos emigrantes (SMITS, 2016, p. 10).

Imediatamente, no pós-segunda guerra, em 1945, a KNBTB começou a explorar possibilidades de emigração com o foco de criar colônias agrícolas. Os principais países

abordados eram a França, o Brasil e a Argentina, uma vez que, ofereciam condições favoráveis para o estabelecimento das mesmas (SMITS, 2016). O Brasil oferecia também a vantagem de ser um país de maioria católica e era lembrado como um país de grandes proporções com abundantes terras aráveis (WIJNEN, 2012).

Se os jovens agricultores e horticultores puderem se reunir em grupos de pelo menos 20-30 e ter a certeza de boa orientação espiritual e técnica, eles emigrarão, não tenho dúvida. Uma vez que considerarmos que esta é a solução mais efetiva e desejada, resta apenas a tarefa de encontrar o país (ou países) mais adequados nos quais poderíamos assentar estas pessoas e prosseguir com apoio do governo (Jules Dewez *apud* SMITS, 2016, p. 12).

Em 1947, a KNBTB ao compreender a necessidade e desejo dos agricultores católicos em emigrar, estabelece a Fundação de Emigração da KNBTB. Segundo Mari Smits,

O objetivo da Fundação era tratar de assuntos migratórios e representar os interesses religiosos, morais, sociais e culturais de agricultores ou horticultores neerlandeses católicos que desejem emigrar ou que já emigraram do país. A Fundação trabalhava em conjunto com as associações regionais das comissões de emigração fundadas pela KNBTB. Enquanto no nível nacional a Fundação cuidava principalmente de pesquisar oportunidades de emigração em vários países e realizar consultas com agências governamentais holandesas e organizações relacionadas, as comissões regionais informavam os futuros emigrantes em potencial e os preparavam para a emigração através de cursos especiais (SMITS, 2016, p. 9).

Até a década de 1940, os holandeses católicos não haviam se assentado de forma coletiva no Brasil. Ao contrário dos protestantes, que já haviam se estabelecido em grupo, como é o caso da origem de Carambeí (PR), os católicos que se dirigiram ao Brasil, anterior a este momento, eram, principalmente, missionários. “Uma série de ordens monásticas holandesas havia se estabelecido no Brasil desde o final do Século XIX, a fim de contribuir para a construção da igreja brasileira” (SMITS, 2016, p. 24). O projeto de emigração ao Brasil, no pós-guerra, configuraria, portanto, como a primeira iniciativa de colonização de um grupo de católicos que os Países Baixos realizariam no Brasil.

Logo após a guerra, a Fundação de Emigração dos Países Baixos (*Stichting Landverhuizing Nederland* - SLN), sendo a principal entidade governamental para assuntos de emigração, concordou que o Brasil seria bom país para tal. Na época, o então ministro holandês, Charles Welter, havia realizado uma viagem exploratória ao Brasil, a cargo da SLN, para promover estudos para assentamentos. Ao retornar à Holanda, Welter é nomeado presidente daquela fundação. Um conhecido de Welter, o engenheiro agrônomo Pieter van Scherpenberg é nomeado, nesta ocasião, como adido de imigração no Rio de Janeiro, com interesse em fortalecer as relações diplomáticas entre o Brasil e a Holanda (WIJNEN, 2012; SMITS, 2016).

Van Scherpenberg havia participado ainda em 1941, de uma comissão criada para ajudar o governo com a reconstrução do país no final da guerra. Ele participava das discussões sobre emigração já naquela época. Nos relatórios desta comissão, existia uma preocupação evidente de acompanhar e estruturar todo o processo de emigração e assentamento no país de destino, como forma de preservar o povo holandês, que poderia ter de emigrar no pós-guerra (SMITS, 2016).

Era imprescindível ter uma organização eficaz tanto na Holanda quanto nos países de destino. A preparação e implementação rigorosa de planos de emigração eram elementos essenciais para que fosse possível alcançar resultados benéficos no longo prazo. **A atenção do Estado pós-emigração também era importante. Era do interesse da Holanda manter contato com o emigrante de forma a preservar o interesse pela pátria pelo maior tempo possível.** A recomendação era formar uma agência central para o assunto no pós-guerra, com liderança especializada e um representante em cada país de destino. As incumbências desta agência deveriam incluir estudos sobre a questão da emigração, o fornecimento de informações à população holandesa, aconselhamento de órgãos do governo, e consultas aos representantes diplomáticos holandeses, agências de colonização e autoridades dos países de destino (SMITS, 2016, p. 13. Grifo nosso).

Com o estabelecimento de van Scherpenberg no Rio de Janeiro em 1946, um antigo secretário da KNBTB, o engenheiro agrônomo Geert Heijmeijer⁷ - que na época era vice-presidente da SLN, tinha planos de viajar à região Sul do Brasil, juntamente com um geólogo, Wim van Beers e Chris van Steen, que era membro da direção da instância governamental de *Wieringermeer* que se ocupava com o assentamento de agricultores no *Noordoostpolder*, com o intuito de estudar as possibilidades de fixar um núcleo para imigrantes holandeses. Este plano estava vinculado à KBNTB (WIJNEN, 2012).

Figura 3 - Retrato de Geert Heijmeijer.



Fonte: Historiek.net⁸

⁷ Nasceu em Amsterdã em 1901, estudou Agronomia e em 1939, foi nomeado secretário da KNBTB até quando iniciou-se a grande guerra e teve seus trabalhos paralisados. De 1945 a 1947 foi vice-presidente da fundação que cuidava de assuntos de emigração chamada SLN a qual, o governo e as organizações de cunho social trabalhavam em conjunto (WIJNEN, 2012).

⁸ Disponível em: <https://historiek.net/geert-heijmeijer-de-founding-father-van-holambra/59627/>. Acesso em: 02 out. 2019.

No Brasil, na mesma época, o presidente brasileiro recém-eleito Eurico Gaspar Dutra⁹ (1946-1951) apresentava interesse em trazer “mão de obra qualificada” ao Brasil, com fim ao desenvolvimento da agricultura e da pecuária brasileira. Então, em 1946, o Ministro de Imigração João Alberto Lins de Barros (1897-1955), que também era presidente do Conselho de Imigração e Colonização (CIC), declarou que uma comissão brasileira viajaria à Europa para seleção de imigrantes. Na ocasião, o ministro plenipotenciário holandês no Rio de Janeiro, Bernard Kleijn Molekamp¹⁰, havia sido informado que, o governo brasileiro estava interessado na imigração de agricultores holandeses (WIJNEN, 2012; SMITS, 2016). A SLN foi contactada por Molekamp do interesse brasileiro em receber os holandeses. Porém, a notícia da viagem à Europa, do Ministério de Migração foi logo mal vista pela SLN, principalmente, a partir de seu diretor, na época, Johan Hartland, que havia dito que: **“A visita à Holanda da Comissão de Imigração Brasileira resultaria em que o Brasil tomará iniciativas para iniciar a imigração antes de organizar adequadamente a recepção de imigrantes no Brasil”** (Johan Hartland *apud* SMITS, 2016, p. 27. Grifo nosso). Segundo Smits,

João Alberto disse que o governo brasileiro estava interessado apenas na imigração de grupos em grande escala. A ideia era de receber grupos de cem famílias. Alberto vislumbrou a possibilidade de oferecer adiantamentos para a compra de terras e equipamentos para a construção de casas. "Apresente-me um plano específico (...) e eu farei o meu melhor para lhes garantir uma vida digna." Alberto havia identificado fazendas no estado de São Paulo que se encontravam à venda, com boas conexões de transporte, onde as pessoas teriam **uma boa chance de serem bem-sucedidas** (SMITS, 2016, p. 27. Grifo nosso).

O governo holandês, por sua vez, se sentiu muito incerto a respeito das obrigações financeiras que o Brasil oferecia e receio em ter que bancar uma importância muito maior do que estava sendo prevista.

As negociações em torno disso, se alongaram meses, mas, em novembro de 1946, a comissão da KNBTB, liderada pelo engenheiro agrônomo Geert Heijmeijer, embarcou em direção ao Brasil, como forma de explorar as possibilidades. No Rio de Janeiro, após um mês, a “Comissão Heijmeijer” se reuniu com Scherpenberg e Molekamp, para que eles pudessem

⁹ Foi um militar brasileiro, décimo sexto presidente do Brasil, eleito pelo Partido Social Democrático (PSD). Suas intenções de governo estavam centradas em quatro áreas: Saúde, alimentação, transporte e energia, que ganhou a sigla SALTE. Também foi responsável pela ampliação das relações econômicas entre o Brasil e os Estados Unidos, permitindo a entrada de capitais norte-americanos ao país (CAES; FILHO, 2017).

¹⁰ Fez parte do Conselho de Comércio de Washington, DC entre 1942 e 1944; Foi vice-presidente da comissão holandesa de assuntos econômicos, financeiros e de transporte marítimo do reino para o hemisfério ocidental em Washington, DC. (DEPARTMENT OF STATE, 1963, p. 43) e chefe do departamento comercial na Embaixada em Washington, DC. (JORNAL DO BRASIL, 1945, p. 6) Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_06/31318. Acesso em 02 out. 2019.

chegar a uma resolução. A Comissão Heijmeijer realiza nessa ocasião viagens aos estados de Minas Gerais, Santa Catarina, São Paulo e Paraná em busca de terras, mas não chega a escolher um lugar para a realização de um assentamento de agricultores holandeses. Em 19 de março de 1947, Heijmeijer e van Steen voltaram à Holanda. Van Beers permaneceu no Brasil para fazer mais pesquisas de campo (SMITS, 2016). Naquela ocasião, Heijmeijer reafirma a necessidade de emigração em grupo:

Em termos práticos, nossos agricultores só terão sucesso no Brasil se a emigração for feita em grupos, com uma boa liderança e uma equipe de pessoas que podem ajudar a resolver as dificuldades nas áreas de agricultura, transporte e venda e processamento dos produtos (Geert Heijmeijer *apud* SMITS, 2016, p. 31).

Com a volta de Heijmeijer à Holanda, este realiza importantes palestras às associações de agricultores para aqueles que tinham o interesse em emigrar. Nesta época, o Brasil era um país muito falado entre os agricultores e as reuniões da KNBTB reuniam mais de mil pessoas interessadas neste tema. Para as palestras de Heijmeijer, era necessário até um ingresso (WIJNEN, 2012; SMITS, 2016). Mesmo ainda, sem uma resolução em relação às terras no Brasil, Heijmeijer inicia uma seleção de emigrantes em junho de 1947. Ele queria dar início à imigração de solteiros e noivos, no início de 1948, com 50 pioneiros, seguidos de 100 pessoas, até o final daquele ano, ou no início de 1949, e por fim, um grande grupo de 400-500 famílias. Os emigrantes em potencial receberam uma carta com um questionário. Na carta, Heijmeijer coloca:

Durante as diversas reuniões durante as quais falamos sobre o Brasil, vocês tiveram a oportunidade de conhecer mais sobre as oportunidades naquele país. Também foram informados de que na próxima primavera esperamos enviar um pequeno grupo e que, em seguida, nos esforçaremos para que este pequeno grupo seja seguido por um grupo maior o mais rápido possível. Infelizmente, não é possível acomodar todos aqueles que desejam sair neste primeiro momento, por mais que gostaríamos de poder fazê-lo. **A emigração para o Brasil requer preparação cuidadosa. Sem preparação, é grande o risco de fracasso, o que obviamente queremos evitar** (Geert Heijmeijer *apud* SMITS, 2016, p. 32. Grifo nosso).

No Brasil, van Beers e van Scherpenberg continuam o trabalho na procura pela terra ideal, para onde se pudesse concretizar o assentamento dos agricultores. Van Beers atuava principalmente na região sudoeste de Minas Gerais, onde havia encontrado uma área potencialmente adequada. Porém, o Governo de Minas Gerais havia demonstrado pouco interesse, já que a região estava muito distante de Belo Horizonte. Apesar disso, em abril de 1947, Scherpenberg reúne-se com o recém-eleito governador do Estado de São Paulo, Adhemar

Pereira de Barros (1947–1951), que se mostrava bastante interessado no estabelecimento de imigrantes holandeses e que estaria disposto a contribuir com apoio financeiro (SMITS, 2016).

A ideia era acomodar os agricultores em três zonas ao redor da cidade de São Paulo. O governo de São Paulo se ofereceu para comprar os terrenos necessários e vendê-los aos imigrantes holandeses através de financiamento com 10 anos de prazo, além de disponibilizar fundos para a construção de casas e instalações e para o sustento das famílias no primeiro ano. **A ideia de criar um "cinturão verde" ao redor da cidade de São Paulo** veio de Doria de Vasconcelos, diretor do Serviço de Imigração do Estado (SMITS, 2016, p. 32-33).

Molekamp, ministro holandês no Rio de Janeiro, se entusiasmou imediatamente pela ideia, uma vez que os agricultores holandeses não podiam esperar muito mais. Van Scherpenberg se dedica, a partir disto, a levantar o capital necessário junto ao Banco do Estado de São Paulo (BANESPA) – cujo presidente era irmão do governador – e van Beers imaginava que, em poucas semanas, poderia concluir a aquisição de terras.

Porém, desentendimentos entre van Scherpenberg, van Beers, a KNBTB e o governo holandês fizeram com que planos concretos fossem adiados ainda mais. Segundo Smits (2016), a SLN apresentava certo medo da América do Sul, no que diz respeito às capacidades de adaptação dos holandeses aos costumes, à língua e às condições climáticas brasileiras, diante das informações apresentadas pelos relatórios da Comissão Heijmeijer. Existia uma dúvida enquanto à responsabilização pela emigração dos agricultores. Seria a KNBTB, por meio de seus agricultores ou o governo e a SLN, os responsáveis por este processo?

A KNBTB decide então, que o senhor Heijmeijer seria o líder responsável pelo plano de emigração e assentamento, já que apresentava entusiasmo para fazê-lo. Em julho de 1947, van Scherpenberg vai à Holanda e anuncia que o governo do Estado de São Paulo havia se disposto a oferecer a cada imigrante 80.000 cruzeiros de crédito para a compra de 36 hectares de terras. Como contrapartida, o diretor-geral de Agricultura dos Países Baixos, Kees Staf, ofereceu 20 animais de produção, suprimentos, móveis e a quantia de 500 florins por emigrante adulto e metade para cada criança. Na Holanda, van Scherpenberg consegue contratar um assistente: Joachim von Schwartzenau, que já residia no Brasil, desde 1940, possuía terras e falava o português. Além disso, era membro adjunto da representação diplomática holandesa no Rio de Janeiro. Von Schwartzenau ficou responsável pelas intermediações em torno do projeto. Ao voltarem ao Brasil, ambos se reuniram com o governador do Estado, Adhemar Pereira de Barros, que lhes assegurou a quantia proposta anteriormente, e discutiram com o presidente do BANESPA o estabelecimento de uma empresa de colonização (SMITS, 2016).

A sociedade que seria denominada “Holanbra Sociedade Civil e Colonizadora Ltda.” teria os seguintes objetivos: adquirir as terras, acomodar os agricultores e fornecer empréstimos. “A sociedade seria concebida como instituição temporária, que desapareceria após a criação de uma cooperativa” (SMITS, 2016, p. 35). O nome do projeto: “Holanbra” era utilizado antes mesmo da escolha do lugar de assentamento em terras brasileiras e representava a junção das palavras Holanda (HOLAN) e Brasil (BRA). Pouco mais tarde, de acordo com a ortografia brasileira, a letra “n” foi substituída pela letra “m”, consolidando “Holambra”. É comum o uso do mito de origem de que o “AM”, senão corrigido pela ortografia, viria da palavra “América”.

A próxima tentativa da Comissão Heijmeijer, em assentar imigrantes no Estado de São Paulo, se daria no âmbito da Fazenda Monte D’Este, próxima à cidade de Campinas, que havia recebido, há alguns anos, imigrantes japoneses em uma pequena colônia. Em setembro de 1947, uma reunião entre Molekamp e o diplomata e ministro Jorge Latour, também presidente do CIC, demonstrou-se bastante interesse pela “fundação de uma empresa modelo holandesa” (SMITS, 2016, p. 38).

Para isso, o governo federal brasileiro garantiria uma contribuição financeira para a compra de terras e o estado de São Paulo custearia a imigração de, inicialmente, 100 famílias, os custos de transporte e dos despachos aduaneiros de animais, assim como disponibilizaria um veterinário e um agrônomo que pudessem auxiliar os colonos (WIJNEN, 2012). Mas este acordo não se efetivou.

Apesar da oportunidade que oferecia a Fazenda Monte d’Este no quesito de terras e proximidade ao centro urbano, havia problemas relacionados à posse das terras entre os imigrantes japoneses e o governo estadual. Ao final da empreitada da comissão para escolha das terras a serem compradas e os acordos a serem realizados e cumpridos, Heijmeijer decide por uma fazenda naquela imediação, que também figurava como uma possibilidade para ele, já havendo visitado anteriormente. A Fazenda Ribeirão ficava pouco mais distante de Campinas, em uma região conhecida como “Deserto de Mogi”, localizada nesta época, no município de Mogi Mirim (SP). Após quase três anos de negociações e visitas exploratórias, ficou decidido que Ribeirão seria a melhor opção para o assentamento, uma vez que a empresa proprietária da terra, o frigorífico Armour, de origem estadunidense, facilitaria o pagamento das terras para o projeto de imigração holandesa, uma vez que, as terras estavam à venda. Segundo a historiografia, Ribeirão significava para a KNBTB, a última possibilidade. Nas palavras de Heijmeijer, “Ribeirão tem que dar certo, senão vamos ter que desistir dos planos de emigração para o Brasil” (WIJNEN, 2012, p. 32).

Figura 4 - Fazenda Ribeirão e Monte D'Este no vetor norte de Campinas, SP.



Fonte: Modificado de Wijnen (2012, p. 25).

Este capítulo disse respeito sobre alguns personagens e processos que engendraram a colonização em Holambra, apresentando alguns pontos de reflexão para o caso. Vimos que católicos e protestantes conformavam grupos e associações segregados para assuntos distintos, de cooperação interna nos Países Baixos. Os problemas da superlotação populacional e o desemprego, assim como a destruição das áreas rurais, fonte de sustento das famílias numerosas, configurou o motivo pela emigração de agricultores católicos. Um movimento emigrantista de agricultores tornou-se necessário no país, após a guerra, dando-se, por intermédio do governo brasileiro, holandês, e de grupos sociais organizados, de caráter associativo e fortemente religioso.

Neste contexto, uma vez compreendidos os movimentos dos holandeses para a formação de Holambra, é necessário ainda compreender as políticas imigratórias estabelecidas no Brasil naquela época, que contribuíram para as intenções do governo federal no estabelecimento da colônia holandesa. Por sua vez, essas contêm grande importância para a compreensão do aspecto ético da política brasileira, no que diz respeito à imigração e à colonização na época. Veremos no subcapítulo abaixo, como a etnia holandesa figurava como “ideal” nas políticas

imigratórias no Brasil, o que configurou um processo político complexo de necessário entendimento por nossa parte.

1.3. Os holandeses como imigrantes ideais para o Brasil

O processo de imigração de povos não-ibéricos e não escravizados ao Brasil se intensificou efetivamente após a abolição da escravatura (1888) quando, ao final do Período Imperial (1822-1889), procurou-se através das “Políticas Imperiais”, colocar em prática uma ideologia de “branqueamento” (HOFBAUER, 2003) ou “branquização” (RIBEIRO, 2015) da população brasileira. As políticas tinham como objetivos a substituição da mão de obra escravizada pela mão de obra livre e a ocupação das terras do interior do Brasil, principalmente, as áreas que compreendem a região Sul, tendo como princípio para seu desenvolvimento pelo Império brasileiro, a presença europeia (RIBEIRO, 2015).

O movimento em sentido ao branqueamento da população tem início precisamente com a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, que foi seguida da abertura dos portos às nações amigas de Portugal, em 1808. Nesse período, D. João VI incentiva à vinda de povos germânicos (suíço-alemães e alemães) para o povoamento de áreas serranas do Estado do Rio de Janeiro (SYFERTH, 1997). Segundo Oliveira (2011), o processo imigratório brasileiro pode ser compreendido em quatro fases principais.

A primeira, denominada “grande imigração”, tem início em 1870, caracterizando-se pela imigração subsidiada para o trabalho nas lavouras de café em São Paulo e pela colonização na forma de pequenas propriedades, sendo formadas, principalmente, por imigrantes italianos e alemães que se estende até 1902 e ocupa grande parte dos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

A segunda fase compreende-se entre 1906 e 1914, período anterior à Primeira Guerra, que contempla uma maioria de espanhóis, portugueses e japoneses, que se dirigem majoritariamente a São Paulo – época de expansão da indústria e da agricultura paulista, seguida do aumento populacional, marcadamente da cidade de São Paulo. A terceira fase é marcada pelo final da primeira guerra, com início em 1918 e término em 1945, que se definiu pela retomada da imigração portuguesa, pelo aumento do número de japoneses e por demais grupos como poloneses, russos e romenos. A quarta fase se daria entre 1945 e os dias atuais (OLIVEIRA, 2006).

Alexandre Bueno (2011), em sua tese “Representações discursivas do imigrante no Brasil a partir de 1945”, pela USP, defende que apesar da quarta fase do processo de imigração ser a mais longa entre as demais, pois, se prolonga até os dias atuais, essa se caracteriza pelo período menos estudado por parte da historiografia brasileira. Em seu estudo, Bueno apresenta hipóteses de dois historiadores e um antropólogo, que apontam as razões pelas quais há poucos estudos sobre o processo imigratório brasileiro depois de 1945. Em suma, os três acadêmicos apresentam um ponto de vista, que o próprio autor constrói a partir de suas leituras:

[...] a história da imigração no Brasil pós-1945 ainda está por ser feita. Isso, contudo, não significa que os estudos sobre a imigração pós-1945 não existam. Trabalhos espalhados em artigos, teses ou dissertações sobre determinados grupos foram e continuam sendo realizados [...]. O problema é que não há ainda um trabalho de referência que sintetize as grandes características da imigração desse momento histórico, associadas aos traços mais importantes da história brasileira e mundial (BUENO, 2011, p. 16-17).

Parte da historiografia da imigração pós-1945 existente aponta, na atualidade, para os efeitos das políticas imigratórias iniciadas na década de 1930, durante o primeiro governo Getúlio Vargas (1930-1945). Como vimos, a ideologia de branqueamento da população brasileira, em forma de políticas imigratórias, tem início no século XIX. Desde então, a ideia do desenvolvimento civilizatório esteve fortemente associada à presença positiva da população branca de origem europeia. Porém, durante o Estado Novo (1937-1945), a chamada “Campanha de Nacionalização” buscou o caldeamento de núcleos de imigrantes e descendentes, considerados “não assimilados” aos princípios de brasilidade que se visava construir; passando a serem vistos como “quistos” no corpo da nação (SYFERTH, 1997).

Segundo Syferth (1997), muitos estrangeiros foram tratados como “alienígenas” durante este período, o que transformou os grupos étnicos em elementos patológicos àquela ideologia. A partir de 1939, a intervenção direta pelo exército tornou-se mais evidente em relação às organizações comunitárias de diversos grupos étnicos. “A participação do Brasil na guerra, a partir de 1942, acirrou as animosidades, pois a ação nacionalizadora se intensificou junto aos imigrantes (e descendentes) de alemães, italianos e japoneses – transformados, também, em potenciais ‘inimigos da pátria’” (SEYFERTH, 1997, p. 97).

Interessante notar que, em 1937, instituiu-se o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) que, também estava relacionado à construção do nacionalismo, através de um processo seletivo de bens culturais que buscava evidenciar a brasilidade nas

formas artísticas, também através de elementos arquitetônicos¹¹. Segundo Rodrigues, somente a partir da Constituição de 1988, especificamente, com a promulgação do art. 216, “segmentos sociais e étnicos começaram a ter reconhecimentos dos seus papéis de construtores da sociedade da história e culturas brasileiras” (RODRIGUES, 2001, p. 17).

Da mesma época (1938), é o CIC (Conselho de Imigração e Colonização), que na época, foi presidido por João Alberto Lins de Barros, político que participou do movimento político para Holambra, como vimos no subcapítulo anterior. A onda nacionalista do governo Vargas concretizou em políticas oficiais, uma tendência que já se observava desde a década de 1920: o controle de imigrantes. Durante este governo, a imigração livre e espontânea era vista como um grande risco à saúde, devido às ideologias sanitaristas em voga na época no Brasil, inspiradas pelos modelos raciais europeus como o evolucionismo social, o positivismo e o social-darwinismo que defendiam uma supremacia étnica europeia (SCHWARCZ, 1993).

Com a criação do CIC, instituiu-se uma comissão para reformulação da legislação imigratória existente no país. Destes esforços, foram gerados decretos-leis, como a Lei de Nacionalidade (Lei nº 389 de 25 de abril de 1938); a Lei de Extradicação (Lei nº 394, de 28 de abril de 1938); a Lei de Expulsão (Lei nº 497, de 8 de junho de 1938) e a Lei de Entrada de Estrangeiros (Lei nº 639, de 20 de agosto de 1938)¹². À última, interessava somente aqueles imigrantes que pudessem contribuir para o desenvolvimento da indústria e para a colonização das grandes áreas despovoadas, sendo acolhidos, somente, aqueles que “melhorassem a raça”, sendo os descolados de guerra, por seu deslocamento forçado, considerados inadequados aos requisitos de imigrante ideal.

O discurso racista frequentemente atribuía o atraso e muitos dos problemas brasileiros à ‘má-formação étnica’ da população. A vinda de novos imigrantes, de preferência de origem europeia, que não fossem negros, era vista como solução (KOIFMAN, 2012, p. 27).

Este imigrante ideal se assentava na ideia de compor o “brasileiro perfeito”, segundo Bravo (2017): “branco, sadio e moralmente íntegro” (p.11). Fábio Koifman (2012) em sua obra, “Imigrante Ideal”, nos oferece uma visão das políticas realizadas pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores no que concerne à entrada de estrangeiros no Brasil entre 1941 e 1945. O autor afirma que diversos grupos de estrangeiros eram, genericamente, associados a problemas relativos à ameaça da “desfiguração” e “desnaturalização” do povo brasileiro e que tal ameaça

¹¹ Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CASTRIOTA, 2009).

¹² BRAVO, 2011.

haveria sido gerada em decorrência da política livre de imigração nas fases anteriores. À estas minorias étnicas, eram atribuídos maiores ou menores padrões de “fusibilidade” colocados a partir de valores étnicos e culturais.

Durante o Estado Novo, a prática estabelecida em relação à política imigratória efetivamente selecionou e restringiu a entrada de estrangeiros no Brasil tendo como parâmetros critérios eugênicos que abrangiam valorações, inclusões e exclusões baseadas em uma presumida diferenciação étnica (KOIFMAN, 2012, p. 39).

Koifman afirma que no Brasil o termo “eugenia” adquiriu uma conotação elástica, na qual comumente foi associado à higiene social, o que permitiu uma ampla utilização do termo de forma complexa para um país miscigenado. O sucesso das campanhas de saneamento e prevenção de doenças levadas a cabo por Oswaldo Cruz, nas primeiras duas décadas do século XX, gerou uma aproximação da classe médica e o Estado, em uma integração que repercutiu na orientação de políticas públicas, tendo a saúde sido integrada aos objetivos políticos, que estabeleceu uma,

[...] valorização genética de qualidade entre diferentes grupamentos humanos [que] concedeu um discurso de aparências supostamente científicas às mais diferentes formas e expressões de preconceito, em um processo de racionalização do ódio que não foi exclusivo ou original dos intelectuais brasileiros (Idem, ibidem, p. 75).

O Decreto-Lei nº 406 (de 4 de maio de 1938), intitulado “Da entrada de estrangeiros” informa em seu primeiro artigo do primeiro capítulo:

- Art. 1º - Não será permitida a entrada de estrangeiros, de um ou outro sexo:
- I. Aleijados ou mutilados, inválidos, cegos, surdos-mudos;
 - II. Indigentes, vagabundos, ciganos e congêneres;
 - III. Que apresentem afecção nervosa ou mental de qualquer natureza, verificada na forma do regulamento, alcoolistas ou toxicômanos;
 - IV. Doentes de moléstias infectocontagiosas graves, especialmente tuberculose, tracoma, infecção venérea, lepra e outras referidas nos regulamentos de saúde pública;
 - V. Que apresentem lesões orgânicas com insuficiência funcional;
 - VI. Menos de 18 anos e maiores de 60 anos, que viajarem sós, salvo as exceções previstas no regulamento; [...] (KOIFMAN, 2012, p. 77).

Apesar do texto apresentar somente restrições ligadas às condições de saúde dos imigrantes que desejavam entrar no país, diversos estudos apontam que as políticas imigratórias do primeiro governo de Vargas estavam dispostas a acolher aqueles elementos que contribuiriam para o branqueamento da raça, uma vez que, a miscigenação passou a ser considerada a causa das mazelas sociais do país. Em 1943, criou-se a Fundação Brasil Central

(FBC) que tinha por objetivo desbravar e colonizar áreas nos altos rios Araguaia, Xingu e no Brasil Central e Ocidental. Seu presidente era João Alberto Lins de Barros e seu secretário-geral era Artur Hehl Neiva¹³ (1880-1943), ambos integravam a também direção do Conselho de Imigração e Colonização. Segundo Bravo (2017), a transição do primeiro mandato de Vargas ao governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) não representou uma ruptura com tal orientação, sendo o alto escalão no campo migratório mantido praticamente intacto.

Muito embora, o branqueamento da população fosse uma prerrogativa para a imigração nesta época, havia muitos receios em relação ao europeu. Não se tratava, portanto, de acolher todo e qualquer europeu. Havia restrições em relação à condição de agricultores e não agricultores. Aqueles desejados, portanto, eram agricultores brancos, sadios, acompanhados de suas famílias. “O esforço classificatório dirigiu-se para a nomeação das virtudes e defeitos de cada nacionalidade europeia, em função do interesse maior: o imigrante agricultor” (SEYFERTH, 2002, p. 5). Em um texto de 1946, de autoria de Artur H. Neiva, publicado na Revista de Imigração e Colonização (1944-1955), as restrições e preferências mediante a comparação entre países ficam claras:

Aparece, também, a questão de se saber qual o melhor imigrante para o nosso meio. No Brasil, os imigrantes europeus revelaram-se úteis e assimiláveis, principalmente os de origem latina. Na Europa, podemos encontrar os elementos que necessitamos, tomados certos cuidados básicos. A imigração deverá ser feita, de preferência, de famílias, que se localizariam melhor no interior. Escolher com cuidado nos países de origem os imigrantes que o Brasil precisa, trazê-los e aqui encaminhá-los à agricultura ou às atividades industriais, de acordo com as qualificações (...). Entre os italianos, por exemplo, há que verificar os que mais convêm ao Brasil. **Os do sul da Itália não são indicados para o nosso meio. Os do norte daquele país são mais convenientes.** Além disso, é preciso apurar se os que pretendem vir ao Brasil, seja qual for a nacionalidade, estejam se dedicando à lavoura, com o que se evitará o ingresso do falso agricultor. **O português é bom elemento. Mas o português dos campos, principalmente, não aquele que só quer permanecer nos grandes centros. O suíço é imigrante de primeira ordem. O holandês também.** A formação de correntes imigratórias para o nosso país de suíços, holandeses e outros estrangeiros assimiláveis, seria de inegável utilidade (REVISTA DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO, 1946, p. 646).

Artur Hehl Neiva foi responsável por viagens de seleção na Europa durante os governos de Vargas e Dutra, em que realizou relatórios distinguindo os grupos étnicos por ordem de preferência para emigração ao Brasil. Koifman (2012), ao analisar os documentos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, diz que os suecos representavam o imigrante ideal na época,

¹³ Neiva era discípulo de Oswaldo Cruz e contribuiu para o controle de doenças contagiosas no país como a sífilis. Além disso, foi interventor federal (1931) e deputado federal pela Bahia (1935-1937) (FGV-CPDOC [online]. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/neiva-artur>. Acesso em: 18 de out. 2019.

uma vez, que em todos os casos analisados por ele, de pedidos de entrada no Brasil por suecos, todos foram aprovados, mesmo naqueles casos em que estes fossem doentes, clandestinos ou tivessem tido o desembarque de forma ilegal. Koifman acredita que o fator primordial para a aceitação ou exclusão de grupos imigrantes no Brasil, na época, esteja relacionado aos aspectos étnicos.

Há de se notar, sem dúvidas, que as políticas imigratórias concebidas entre as décadas de 1930 e 1940 configuram-se de caráter eugênico (SEYFERTH, 1997; BUENO, 2011; KOIFMAN, 2012; BRAVO, 2017), mesmo quando este discurso não era realizado de forma direta. Muito embora tais políticas tenham objetivado a seleção de etnias específicas, privilegiando umas em detrimento de outras, havia o interesse em trazer ao Brasil mão de obra qualificada, o que significava “um grande desafogo na carência nacional de trabalhadores qualificados e técnicos” (SANTOS, 2017, p. 143).

As políticas imigratórias deste período apontam para uma constatação importante neste presente estudo: a imigração de holandeses agricultores, na época em que Holambra se deu (1948), era desejada. Os holandeses apresentavam as condições ideais diante das políticas de imigração vigentes. Eram, portanto, brancos, agricultores em famílias numerosas, católicos e apolíticos.

Os esforços empreendidos na Holanda, por parte da KNBTB, para a fixação do grupo de imigrantes de agricultores no Brasil era muito bem vista e desejada pelos governos brasileiro e paulista. Um trecho de texto retirado da Revista de Imigração e Colonização, datado de 1939, mas publicado em 1947, demonstra o interesse de instalação de agricultores holandeses nas proximidades de São Paulo.

A imigração dessa procedência é viável, entretanto, se for dirigida para as proximidades da cidade de São Paulo, que é um grande centro de consumo, desde que se estabeleça à margem das estradas de rodagem de 1º classe, onde se pode praticar a cultura intensiva da terra, e onde há grandes possibilidades do incremento da indústria leiteira, da horticultura, da avicultura e da fruticultura. Ademais, os agricultores holandeses possuem capitais suficientes para pagar as despesas de transporte e as terras a explorar, ou serão auxiliados pelo seu governo, sobrando-lhe, ainda recursos para as despesas com a sua instalação e a sua manutenção até as colheitas (REVISTA DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO, 1947, 2º ed. p. 107).

Entende-se que no âmbito da imigração de Holambra, houve manifestações de interesses que diziam respeito, de um lado, ao Brasil e de outro, à Holanda. Viu-se que o interesse na emigração de agricultores pela Holanda se deu pela devastação da guerra, pelo inchaço populacional, a fome, a pobreza e a insuficiência de terras produtivas e capital para a recuperação da vida no campo, o que manteve interesse no Brasil, por suas características

geográficas e políticas, pois, este oferecia condições para agricultura e o estabelecimento de colônias agrícolas por europeus.

De outro lado, a historiografia demonstra que o Brasil, em seu processo de imigração seletiva, o fazia por princípios de seletividade étnica, com uso da ciência para tal, a favor dos europeus brancos de origem rural, o que privilegiou àquelas populações imigrantes que viessem a contribuir para o desenvolvimento agrícola, industrial, econômico “de quebra” o melhoramento racial da nação, o que resultou na seleção de populações em detrimento de outras, mas também o impedimento das demais.

Pode-se dizer que se tratava de uma estratégia política e ideológica que negou as identidades étnicas dos rincões do Brasil, ao dismantelar politicamente dezenas deles, obrigando os grupos à, forçadamente, se assimilarem à “brasilidade” de um país uno. O governo, nesta época, agride diversos grupos sociais étnicos de quase todas as naturezas. Holambra pode ser vista como o exemplo da contradição na manutenção da diversidade cultural brasileira na época, porque se assemelhou a um “quisto étnico¹⁴” (SYFERTH, 2002), por um tempo, uma década depois da “Campanha Nacionalista” de repressão nos Estados da Região Sul.

A diferença é que Holambra estava debaixo da asa do Estado, na construção de uma dinâmica econômica na borda de Campinas (SP) e a Holanda mantinha um pacto diplomático com o Brasil que atravessou o aspecto político e se transformou em um compromisso financeiro. Mais do que branquear a população, o interesse maior nas duas partes era a prosperidade econômica da colonização. Para o governo brasileiro, o imigrante holandês que chegaria à fazenda brasileira, representava um tipo de imigrante que tinha, tradicionalmente, a agricultura e o modo de vida rural, organizado em comunidades socialmente estruturadas pelos valores católicos.

¹⁴ Termo considerado na historiografia como referente aos aglomerados de populações imigrantes espalhados pelo país.

Figura 5 - Família numerosa de imigrantes holandeses que partiu da Holanda em direção a Holambra em 1950.



Fonte: Wijnen (2012).

Outro documento importante analisado, que reforça a singularidade no caso da imigração de holandeses, é um acordo firmado entre ambos os países que estabelece a imigração, tanto em grupos, quanto espontânea desses indivíduos ao país. O “Acordo de Imigração e Colonização entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino dos Países Baixos” foi firmado em 15 de dezembro de 1950, tendo sido elaborado desde 1948, mesmo ano da compra da Fazenda Ribeirão pela KNBTB. O texto é da Comissão de Diplomacia da Câmara dos Deputados e inclui uma série de motivos, medidas e objetivos que criariam as condições para tal, entre eles: recrutamento e seleção, embarque, transporte, assistência, recebimento, encaminhamento, estabelecimento, financiamento, colonização e formação de comissão mista. No que diz respeito às cláusulas gerais, o artigo 2º diz: “A imigração neerlandesa no Brasil será nitidamente dirigida e obedecerá às condições e termos previstos neste Acordo o qual abrangerá a imigração colonizadora e a cooperação científica, intelectual e técnica” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1950, p. 3). Outro trecho do documento, intitulado “Parecer da Comissão de Diplomacia” reforça mais uma vez o interesse do Brasil na importação da mão de obra de origem holandesa de interesse econômico, assim como seu carácter de ineditismo na legislação e diferenciação em relação aos demais povos imigrantes, como colocado abaixo:

Conforme acentua a supracitada exposição de motivos, a imigração neerlandesa tem características que a distinguem de todas as outras correntes

imigratórias recebidas no Brasil. Notórias são efetivamente as vantagens que ela oferece, notadamente agora que se faz necessário um esforço dirigido, de intensidade maior, no setor da produção, para o soerguimento econômico de nosso país. No homem, pelas suas reconhecidas qualidades pessoais, experiência e conhecimentos técnicos, bem como no patrimônio econômico que ele deslocará para o país adotivo, residem os evidentes e múltiplos benefícios que o Acordo aponta e salienta.

E se é certo que o agricultor holandês, pelo alto padrão de vida a que se acostumou, não poderá adaptar-se às zonas agrestes do interior brasileiro, é igualmente certo que sua fixação no sul, em zonas desenvolvidas e prósperas, tornará menos premente a necessidade do apelo aos trabalhadores nordestinos, que constantemente se deslocam dos seus campos, atraídos pela promessa de salários melhores.

A imigração colonizadora neerlandesa, além das vantagens positivas que oferecem, contribui assim, indiretamente, para que uma vasta região do Brasil, já tão castigada, não se veja privada dos braços que lutam pela sua economia e que a defendem de todos os flagelos.

O braço estrangeiro, desde que possa ajudar, e para isso venha, deve ser por nós acolhido e amparado, por humanidade e por patriotismo. Somos, pois, pela aprovação do Acordo (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1950, p. 29 e 30).

Abreu (1971) comenta que este Acordo serviria diretamente como uma nova resolução para imigração em grupos no país, no que diz respeito “ao impedimento de ordem legal, consubstanciado na legislação dos anos trinta” (p. 15), que estabeleceu a proibição de núcleos de imigrantes no território nacional (ABREU, 1971). O acordo entre Holanda e Brasil, mostrou-se, portanto, como a única flexibilização na legislação brasileira para imigração na legislação dos anos de 1930, oferecendo aos holandeses condições de acolhimento e suporte, em um acordo que se supõe não haver sido repetido com nenhuma outra nacionalidade na mesma época ou anteriormente.

O próximo subitem trata em apresentar algumas informações a respeito do local de assentamento do grupo destinado à colonização em Holambra, a Fazenda Ribeirão, que apesar de estar localizada próxima à Campinas, tratava-se de uma fazenda com solos desgastados e muito pouca infraestrutura, diferente do ideal colocado pelo acordo binacional.

1.4. A Fazenda Ribeirão

A antiga Fazenda Ribeirão encontra-se historicamente situada nas proximidades do “Caminho dos Goyazes”¹⁵, trajeto que ligava a Vila de Piratininga (São Paulo) até o atual Estado de Goiás, sendo desbravada por bandeiristas paulistas durante primeira metade do século XVIII. Nesta

¹⁵ “O Caminho dos Goyazes, com início nas terras do planalto de Piratininga, após cruzar a ponte sobre o rio Tietê, segue em direção ao sertão; próximo às primeiras elevações da serra da Mantiqueira, evita as regiões mais alagadiças (brejos e pântanos), para em seguida, atravessar, por meio de embarcações improvisadas, os rios Atibaia, Jaguary, Jaguari-mirim e Pardo até alcançar o rio Grande” (JAGUARIÚNA, 2008, p. 35).

época, se espalhou a notícia de que haveria ouro e pedras preciosas no atual território de Goiás. A picada que se abriu em direção ao “sertão desconhecido” registra em 1724, a presença de indígenas Caiapós na região situada entre os rios Camanducaia e Jaguari. A proliferação de tropas e sertanistas, no trajeto até as minas, provoca à coroa portuguesa, a criação de sesmarias por aquele caminho, o que facilitou o controle sobre a exploração aurífera e o estabelecimento de roças e pousios (JAGUARIÚNA, 2008).

Há pouco mais de cem anos essa região era praticamente desabilitada, e os primeiros imigrantes italianos e portugueses ainda estavam chegando no rastro da recém-chegada Estrada de Ferro Mogiana. Há cem anos atrás, as matas virgens recobriam grande parte do território, e o café e a pecuária ainda dominavam totalmente a economia local (ABREU, 1971 p. 51).

Entre a segunda metade do século XVIII até o início do século XIX, “muitos engenhos funcionaram nesse território que ficou conhecido como “polígono do açúcar paulista”, em cujos vértices estavam as cidades de Jundiaí, Itu, Piracicaba e Mogi Mirim” (AMPARO, 2020).

Entre 1816 e 1822, o botânico e viajante francês Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853) percorreu o interior de vários estados brasileiros como Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Goiás, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Uma de suas paradas descritas em suas obras é o “Engenho de Pirapitingui”, localidade entre Mogi Mirim e a Vila de São Carlos (Campinas), que segundo ele, “é muito grande e belo” (SAINT-HILAIRE, 1976, p. 126).

Segundo uma reportagem¹⁶ realizada pelo jornal local “Nogueirense”, a estrada “vicinal que atravessa a SP-107 (Artur Nogueira-Holambra) em direção ao Bairro Palmeirinha fez parte do antigo Caminho dos Goiazes” (HUF, 2017). Estima-se na reportagem, que o bairro “Bairrinho”, pertencente ao município de Arthur Nogueira, seja o antigo local do Engenho de Pirapitingui, que Saint-Hilaire pousou no caminho entre São Paulo e Goiás (HUF, 2017). A SP-107 é a denominação atual da antiga via rural que oferecia o principal acesso à Fazenda Ribeirão, via estadual que atravessa a área urbana de Holambra, na atualidade.

Na primeira metade do século XIX, com a queda da produtividade das fazendas de café no Vale do Paraíba, proprietários de terras no oeste paulista iniciaram experimentações com o grão, obtendo sucesso. Os fazendeiros da Vila de São Carlos foram aqueles que tiveram papel decisivo na expansão do café em direção ao oeste paulista. Em 1860, a safra de grãos de café de produtores de Campinas somou valor superior a 700 mil arrobas (JAGUARIÚNA, 2008). A

região também recebe no final do século XIX, imigrantes italianos, portugueses e japoneses, em sua maioria, que se destinaram às fazendas produtoras de café, em um sistema de colonização do interior, conhecido por “sistema de colonato”, como ocorrido no núcleo colonial “Campo Salles”, origem do atual município de Cosmópolis (à 22 quilômetros de Holambra) Segundo Pillagallo e Diwan (2012),

O sistema de colonato era uma parceria entre o Estado de São Paulo e os trabalhadores estrangeiros que propiciou a expansão da economia cafeeira no final do século XIX. Eles recebiam parte da renda gerada pela venda da produção de café e um salário anual [...] O sistema de colonato possibilitou a transição para o trabalho na agricultura brasileira” (PILAGALLO & DIWAN, 2012, p. 43).

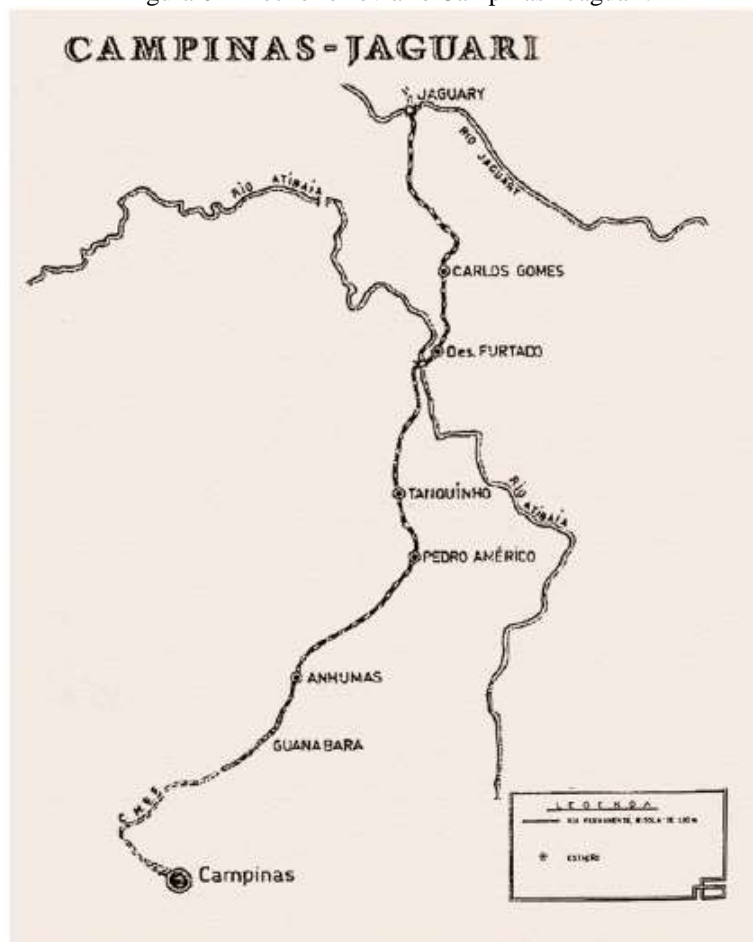
A Fazenda Ibicaba localizada no atual município de Limeira (SP) – à 50 km de distância de Holambra, é a maior representante de um outro arranjo colonial: o *sistema de parcerias*¹⁷, que ocorreu no Estado de São Paulo, entre proprietários de terras e imigrantes europeus a partir de 1840. Este tipo de acordo deu início à imigração financiada pela iniciativa privada no Brasil em 1846, data de fundação da Colônia Vergueiro na Fazenda Ibicaba (HEFLINGER JÚNIOR, 2007). Este sistema foi iniciado por Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, português, proprietário de diversas fazendas da região.

Em resumo, a “Revolta de Ibicaba” foi o evento histórico que encerrou o sistema de parcerias no Estado, com imigrantes em condições de vida precárias. Estes se revoltam contra o fazendeiro e abandonam a fazenda em 1856. O agito da revolta foi iniciado pelas denúncias pelo imigrante suíço no Brasil, Thomaz Davatz (1815-1888), o que provocou muitas ações restritivas em relação à emigração para o Brasil na época (HEFLINGER JÚNIOR, 2007). O ocorrido foi acompanhado e apoiado pelo naturalista francês Johhan Jakob von Tschudi (1818-1889) em sua obra “Viagens pela América do Sul” publicada entre 1866 e 1869 (DREHER, 2012; SUIÇOS DO BRASIL, 2020).

Com o passar do tempo, o interesse pelas terras no vetor norte de Campinas foi redobrado e as sesmarias existentes no Caminho dos Goyazes passaram a ser divididas em diferentes fazendas agrupadas, que continuaram, durante gerações, sob propriedade das mesmas famílias, ficando conhecidas como “Fazendas Jaguarú”. Com o fortalecimento do café em 1875, inaugura-se uma linha férrea entre Mogi Mirim e Campinas, a “Companhia Mogiana de Estradas de Ferro” que transportava o grão até o sistema ferroviário paulista, ligando o sistema ferroviário ao Porto de Santos para exportação do grão. “O café trouxe a ferrovia e com eles

vieram os primeiros imigrantes e desta combinação surgiu o núcleo urbano em torno da “Estação Jaguar” (JAGUARIÚNA, 2008), atual centro urbano de Jaguariúna (SP).

Figura 6 - Trecho ferroviário Campinas - Jaguari.



Fonte: Jaguariúna, 2008.

Estas fazendas que eram voltadas à produção de café, mantiveram esta cultura até o declínio da atividade em São Paulo, na década de 1930. A Fazenda Ribeirão figurava entre demais fazendas deste entorno e foi vendida ao grupo frigorífico estadunidense *Armour* em 1920. Embora a Fazenda estivesse mais próxima de Jaguariúna, ela pertencia ao município de Mogi Mirim, em uma região conhecida como “Deserto de Mogi” (WIJNEN, 2012; ABREU, 1971; SMITS, 2016), localizada próxima da estrada de rodagem principal, que ligava Mogi Mirim a Campinas (atual SP-340 – Rodovia Adhemar de Barros).

Figura 7- Fileira de casas de pau-a-pique na Fazenda Ribeirão 1948-1950.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Holambra.

Os conteúdos de valor historiográfico sobre a Fazenda Ribeirão são raros e aqueles consultados remontam a história da Fazenda, na maioria das vezes, ao assentamento holandês. Sabe-se que Ribeirão surgiu voltada à produção do café, a partir da metade do século XIX e assim se manteve até 1920 (JAGUARIÚNA, 2008). Estima-se com isto, que diversos de seus elementos materiais construídos para tal, tenham perdido parte de suas funções ao longo do tempo e sido readaptados ou destruídos, tornando a investigação com vertente patrimonial da Fazenda mais complexa, quase que arqueológica.

A fazenda teve origem na divisão da sesmaria do coronel Luís Antônio Souza e Bernardo Guedes Barreto. Posteriormente, Luiz de Souza Leite, barão do Socorro recebe parte das terras e seu filho, Dr. Luiz de Souza Leite Júnior continua, por muitos anos, proprietário, até a aquisição pela empresa norte-americana, o grupo frigorífico *Armour*, que passa a ser utilizada para a criação de gado (JAGUARIÚNA, 2008, p. 64).

A representação cartográfica abaixo (figura 8) trata de um mapa de posse da Fazenda Ribeirão com assinatura da *Armour*, sendo a mesma ainda denominada como “Fazenda Jaguar”, de 1920.

Figura 8 - Representação cartográfica e detalhe da Fazenda “Jaguary” de 1920.



Fonte: Museu Histórico e Cultural de Holambra.

Na Fazenda Ribeirão, viviam algumas poucas famílias de trabalhadores rurais, brasileiros, de características que contemplam o termo caipira¹⁸, que eram empregados pela empresa estadunidense pelo trabalho livre, se dedicando à lida com o gado, na fazenda que pastoreavam. Em um contexto isolado, em torno de uma casa sede de fazenda, havia estruturas para beneficiamento da produção de café, assim como estábulos, chiqueiros, armazéns, poços de água, pastos e plantações.

Além disso, existiam algumas casas de pau-a-pique, onde aquelas famílias moravam. O núcleo também tinha uma escola rural primária mantida pelo Estado, cuja professora, comutava todos os dias do núcleo urbano de Jaguariúna para lecionar ali (WIJNEN, 2012; SMITS, 2016). A figura a seguir apresenta um detalhe de um mapa da Fazenda de 1934, que demonstra o entorno imediato à sede.

Figura 9 - Detalhe do entorno imediato e núcleo rural da Fazenda Ribeirão. Planta de 1934.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Holambra.

¹⁸ O termo caipira é designado por Ribeiro (2015) como um “modo de vida que se difunde paulatinamente a partir das antigas áreas de mineração e dos núcleos ancilares de produção artesanal e de mantimentos [sendo caracterizada por uma] “população dispersa e desarticulada” (p. 281).

Embora estejamos tratando da compra de Ribeirão como um todo, somente uma parte dela foi comprada e colonizada pelos holandeses. Em junho de 1948, estavam envolvidos diretamente à compra da Fazenda Ribeirão, a “Comissão Heijmeijer”, James Tucker (Frigorífico Armour do Brasil), Jorge Latour (Ministro para Assuntos de Imigração) e Doria de Vasconcelos (diretor do Serviço de Imigração do Estado). Dos sete mil hectares (70 Km²) de propriedade do frigorífico, cinco mil hectares (50 Km²) foram vendidos ao assentamento holandês. Os dois mil hectares (20 Km²) restantes foram comprados pelo governo federal, na figura de Jorge Latour, para prevista instalação de colonos brasileiros, como previa a legislação de colonização brasileira vigente à época, possivelmente, a fim de evitar os temidos quistos étnicos. Segundo Smits (2016), apesar disso, os dois mil hectares de terras restantes foram mantidos por Latour a fim de driblar as leis de imigração brasileiras. Mas para qual fim? Os holandeses não precisariam desta forma destinar parte das terras aos brasileiros?

Figura 10 - Casa Sede da Fazenda Ribeirão (aprox. 1980).



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Holambra.

A fazenda foi vendida de “portei ras fechadas”, podendo os trabalhadores rurais escolher se gostariam de ficar e trabalhar com os holandeses, ou irem trabalhar em uma fazenda também da *Armour* em Barretos, no oeste paulista (KLEIN GUNNEWIEK, 1991). A maioria decidiu permanecer, talvez porque a colonização holandesa poderia ser vista como uma oportunidade de desenvolvimento para aquele lugar e aquelas pessoas, o que ofereceria condições para

mudanças significativas da dinâmica local da Fazenda, o qual dependeria, dali por diante, do trabalho a ser realizado na Cooperativa, a nova proprietária das terras.

Figura 11 - Casa de pau-a-pique da Fazenda Ribeirão, aprox. 1948.



Fonte: *Geheugen van Nederland*¹⁹

A fazenda foi vendida pelo valor de 34 milhões de cruzeiros. Segundo Wijnen, “A *Armour* concedeu um empréstimo de dois terços do valor da venda das terras e o governo federal emprestou o restante, adiantando a entrada” (p. 32). O governo holandês, por sua vez, abriu exceções aos emigrantes de Holambra, ao permitir que trouxessem algum maquinário, vestimentas, objetos pessoais e mobiliários, além de ficar responsável pelo transporte do gado leiteiro até Ribeirão (SMITS, 2016).

Diante do exposto, pode-se reconhecer que o assentamento dos holandeses, no período pós-1945, na região de Campinas, caracteriza-se por uma certa continuidade histórica em relação ao povoamento da região, e não um caso isolado, uma vez que se observa a criação de núcleos coloniais no entorno, principalmente, ligados à cultura cafeeira. O que Holambra promove como diferencial regional é o caráter organizado e dirigido da colonização em grupo, que se dá após a 2ª Guerra Mundial, em um cenário global em transição para o capitalismo pós-moderno.

Como resumo deste capítulo, pode-se apreender alguns pontos chave para caracterização desse tipo de colonização europeia no Brasil. Para além dos motivos colocados,

¹⁹ Disponível em: <https://www.geheugenvannederland.nl/>. Acesso em: 28 nov. 2020.

que causaram a emigração dos agricultores holandeses, a organização social para a religiosidade católica, o trabalho agrícola, a sociabilidade e o consumo são fortemente marcados pelo pilar católico da sociedade holandesa do século XX.

Apesar de haverem partido das diferentes províncias dos Países Baixos, os grupos de emigrantes tinham no cooperativismo a base para a vida, as relações sociais e, principalmente, o trabalho. A agricultura era a base de sustentação da própria cultura social. Emigrar significava, principalmente, continuar a serem agricultores, mesmo que em outro país ou continente. O governo brasileiro, nesse cenário, visava a atração de imigrantes agricultores com um perfil de agricultores brancos, que apresentassem conhecimento técnico e experiência. Assim, os holandeses aparecem como uma das principais etnias consideradas pelas políticas de imigração, muito devido à sua característica católica e cooperativista.

Ao se deparar com a demanda holandesa, os governos brasileiro e paulista realizam todo tipo de investimentos e oferecem as condições financeiras e técnicas visando o sucesso do empreendimento. Os esforços diplomáticos entre os Países Baixos e o Brasil se deram com a intensa participação política, resultando em um acordo de imigração específico ao Brasil, entre ambos. A colônia agrícola de Holambra inaugura, portanto, um modelo de colonização inédito no Brasil, fortemente marcado pelo idealismo católico-cooperativista e pela especialização técnica, inaugurando, um novo movimento imigratório ao país, de agricultores holandeses, que se destinam, principalmente, aos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, como veremos em seguida.

2. DA COLÔNIA AGRÍCOLA À CIDADE TURÍSTICA

Este capítulo tem como objetivo a compreensão das principais etapas e dinâmicas da colonização holandesa desde 1948 até sua emancipação na década de 1990. No primeiro subcapítulo: “Primeiros anos: cooperativismo integral e crise” entenderemos algumas características deste modelo de desenvolvimento, suas origens e ideais. Também se aborda nesse item os motivos que levaram a colônia a entrar em crise logo nos primeiros anos, motivo de mudanças estruturais drásticas e o abandono da colônia por algumas famílias, seguido de uma nova direção bastante menos idealista e mais prática e administrativa.

No segundo subcapítulo “O jogo de relações entre brasileiros e holandeses” compreenderemos alguns aspectos relevantes dos processos de adaptação e socialização entre esses dois povos culturalmente distintos. Nesse item, destaca-se a organização social informal

fomentada pela comunidade de imigrantes, assim como a inserção dos brasileiros na mesma, ao longo do tempo.

Em seguida, o terceiro subcapítulo “As flores, a Expoflora e a atividade turística” oferece ao leitor uma perspectiva da estabilidade econômica e o crescimento substancial da colônia, possibilitados pela produção e venda de flores e plantas, assim como o início e crescimento do turismo, motivado por essa produção, principalmente, com o advento da Expoflora, na década de 1980. Ainda nesse item, veremos como a cidade, nas décadas subsequentes, incorporou nos mais diversos suportes para o consumo, os aspectos da cultura holandesa, com incentivos da legislação municipal a uma tematização do ambiente urbano.

O quarto subcapítulo “Emancipação e crescimento populacional e urbano” apresenta os processos de emancipação da colônia, seguido das características e dados do crescimento da população e os problemas urbanos trazidos pelo crescimento.

2.1. Primeiros anos: cooperativismo integral e crise

Alguns meses antes da compra da Fazenda, que se efetivou em julho de 1948, Heijmeijer convicto dos planos ao Brasil, envia para a cidade de São Paulo três freiras da ordem dos Cônegos do Santo Sepulcro do convento de Keppel, na Holanda, que estudariam a língua portuguesa e se familiarizariam com a Igreja brasileira, preparando-as para a colonização que se seguiria em Holambra. Em maio daquele ano, Heijmeijer enviou também para São Paulo, dois pioneiros colonos, Wim Miltenburg e Toon Cruijssen, que trouxeram um *jipe* e 400 cabeças de gado para serem comercializadas no Brasil, a fim de vendê-las para financiar a construção da colônia (WIJNEN, 2012; SMITS, 2016).

Miltenburg e Cruijssen participaram desta forma, juntamente com as irmãs do Cônego do Santo Sepulcro e de demais holandeses que moravam no Brasil, na época, da criação da “Cooperativa Agropecuária do Núcleo Holandês Ribeirão” em 5 de junho de 1948²⁰. Dois meses depois, em 12 de agosto de 1948, o nome da cooperativa foi alterado para “Cooperativa Agropecuária Holambra”, nomeada pela sigla CAPH (SMITS, 2016).

²⁰ Os membros e fundadores foram os primeiros emigrantes (Miltenburg e Cruysen), Van Scherpenberg, Von Schwartzenu (que assumiu a presidência na ausência de Heijmeijer), Henk Ruhe, Antony Johannes, Peter Gerardus Schreurs, George Barcum de Graaf e Peter Prange. Exceto por Miltenburg, Cruysen e Ruhe, os outros fundadores desempenharam apenas papéis formais na criação da cooperativa, e se retiraram dela após a chegada de novos emigrantes (SMITS, 2016).

Com a chegada de Heijmeijer ao Brasil logo depois, em 14 de julho de 1948, a direção da nova cooperativa abriu as atividades de exploração com a realização de uma missa e um ato simbólico: ao fincar a primeira pá na terra, Heijmeijer fez a seguinte oração: “Deus abençoe nosso trabalho”. As irmãs do Santo Sepulcro registraram esse acontecimento num documento. Com a emancipação da colônia, as palavras de Heijmeijer, a figura da pá e o mapa da fazenda estão inscritos no brasão do município de Holambra (WIJNEN, 2012)

Figura 12 - Momento da oração e fincada da pá na terra, dando início aos trabalhos em Ribeirão em junho de 1948.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Holambra.

Figura 13 - Brasão do município de Holambra.



Fonte: Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra.

Entende-se, este momento, como o principal rito inaugural que deu início ao assentamento. Em 18 de dezembro de 1948, o primeiro navio, *Algenib*, contendo as primeiras famílias de emigrantes sai do porto de Rotterdam com destino ao porto de Santos, trazendo 33 imigrantes para Holambra. As primeiras viagens se seguiram até 1950. As famílias passavam pelos processos imigratórios e seguiam de ônibus até a Fazenda Ribeirão. As primeiras chegaram em janeiro de 1949 (SMITS, 2016; WIJNEN, 2012).

Em um primeiro momento, assim da chegada dos primeiros imigrantes, a ideia de Heijmeijer era que a colônia se sustentasse com a venda do gado leiteiro de origem holandesa, e a produção de leite e derivados pelos agricultores imigrantes.

Heijmeijer manteve-se como presidente da CAPH entre 1948 e 1951, quando a colônia sofreu uma grande crise econômica e social, e uma reorganização estrutural. Responsável pela implantação do projeto de colonização, ele tinha a ambição em tornar aquela ideia em algo grandioso, digno de valorização no futuro. Afinal, o sucesso do empreendimento de colonização, assim como os interesses da Holanda e do Brasil, estava sob sua responsabilidade, como administrador geral da colonização e das atividades relacionadas à CAPH (SMITS, 2016; WIJNEN, 2012).

Segundo Herbers (1989), Heijmeijer tinha como princípio de cooperativismo, uma visão integral, que dependia, em grande parte, da orientação e vontade dos imigrantes para a construção de uma identidade e um sentido de pertencimento que eram necessários para tal sucesso. Segundo Heijmeijer,

Na concepção de tudo o que é novo deve-se lutar ao máximo para fazer com que aquilo que é novo chegue o mais perto possível do almejado, tentando realizar as novas ideias e pensamentos relacionados com a nova situação. [...] O que se deseja realizar neste caso é a formação de uma comunidade nova, pequena, é verdade, mas importante, pois seu destino é crescer e tornar-se grande. [...] Os emigrantes interessados também devem estar possuídos desse ideal. [...] Além de habilidades técnicas e muita perseverança será observado acima de tudo o caráter e a mentalidade de cada imigrante. [...] Os emigrantes devem estar dispostos a trabalhar juntos em espírito de harmonia. No começo o trabalho deverá ser todo desempenhado em forma de cooperação. Além disso, deverão estar preparados para certos sacrifícios. [...] Nos primeiros anos os emigrantes devem estar dispostos a se satisfazer com uma forma de vida bastante sóbria. [...] A fim de dar oportunidade igual a todos os emigrantes, inclusive àqueles com menos recursos de começar uma propriedade, é necessário que todos, em princípio, sejam igualmente pobres quando chegarem à nova terra. [...] Reconhecer e respeitar uma direção eficaz na colônia e a forma de atuação da liderança na nova comunidade, baseada nos princípios saudáveis da democracia, é uma das condições necessárias para o êxito da colonização (Geert Heijmeijer *apud* WIJNEN, 2012, p. 39-40).

Os trechos acima resumem de forma clara as convicções do líder da CAPH em relação à atuação da mesma e do que era esperado pelos futuros cooperados. O “cooperativismo

integral” (HERBERS, 1989) pregado por Heijmeijer, era visto por alguns cooperados como de cunho socialista (SOUZA JÚNIOR, 1998). Lauschner (1982 *apud* HERBERS, 1989), por sua vez, tende a ver o cooperativismo como uma “terceira via” de desenvolvimento que estaria entre o capitalismo e o socialismo, mesmo em um ambiente capitalista.

É conhecido que o cooperativismo moderno surge na Inglaterra, em 1844, por razão das condições do trabalho operário em Rochdale, cidade próxima a Manchester. “Os pioneiros de Rochdale” apresentaram os primeiros princípios da atividade cooperativista, sendo estes fixados posteriormente, em 1937, pela Aliança Cooperativa Internacional, em Paris; tendo sido revistos novamente em 1966 (LIBÂNIO, 2015). No Brasil, o cooperativismo é regido atualmente pela “Lei do Cooperativismo”, Lei nº 5.764 de 16 de dez. de 1971.

Schallenberger (2003) diz que o acelerado processo de industrialização na Europa do século XIX, associado à desenfreada concentração de capital, promoveram um clima de instabilidade institucional e um grave quadro de exclusão social, o que levou pensadores do social catolicismo alemão a pensar em alternativas para que os setores excluídos da sociedade não ficassem expostos às ideias socialistas. Para isso, “[...] fomentaram o associativismo e formularam a teoria social cristã, inspirada nos princípios da solidariedade e da cooperação, que se tornaria referência matricial para a doutrina social da Igreja, expressa na encíclica papal *Rerum Novarum*, promulgada por Leão XIII, em 1891” (SCHALLENBERGER, 2003, p. 12).

Segundo Bütttenbender (2009), o cooperativismo é praticado a partir de sete princípios, os quais são: “(1) adesão voluntária e livre; (2) gestão democrática pelos membros; (3) participação econômica dos membros; (4) autonomia e independência; (5) educação, formação e informação; (6) intercooperação e (7) interesse pela comunidade” (BÜTTENBENDER, 2009, p. 5-6). Para Maurer (1966 *apud* LIBÂNIO, 2015), “o que integra uma associação de pessoas no movimento cooperativo é o seu ideal de cooperação e de solidariedade humana sem limites e sem distinções” (p. 8).

Herbers (1989) acredita que o cooperativismo pode ser visto como um potencial transformador da sociedade sem distinções, ao mitigar as relações capitalistas. Segundo ele,

[...] à medida que o cooperativismo se generaliza, ele abole as relações de produção capitalistas, substituindo-as pela autogestão, em grandes e pequenas unidades produtivas [...]. Desta forma, o cooperativismo seria dotado de um potencial transformador da sociedade em todo lugar onde pudesse surgir e se desenvolver (HERBERS, 1989, p. 9).

Para Leo Rietjens, autor de “Holambra: a arte de cooperar” (2008), cooperação não significa socializar a atividade econômica, o emprego e os meios de produção, mas “promover

ajuda mútua no sentido de unir as atividades quando isto leva vantagem econômica” (p. 17). Para ele, a cooperação é o...

[...] centro da geração de riqueza e de justiça social, da fraternidade e da honradez da sociedade [...] e tende a ser mais eficiente que o Estado, pois é orientada pelos próprios cidadãos e não por políticos e opera local ou regional, onde o Estado não tem capilaridade necessária para solucionar questões fundamentais (RIETJENS, 2008, p. 55).

Leo Rietjens, agrônomo holandês, nascido em 1955, filho de agricultores, reside em Holambra com a família desde 1980. Nesta época assumiu cargo na colônia como contador. Em 1990, ingressou na Cooperativa, assumindo a diretoria financeira em 1997 e a presidência em 2000 e 2004. Entusiasta do cooperativismo, Rietjens (2008) em sua obra “Holambra: A arte de cooperar” questiona por que o nível de cooperação na sociedade brasileira contemporânea é tão baixo. Para ele, o egoísmo, o individualismo e a falta de solidariedade relacionadas ao uso de internet, televisão e ao consumismo são algumas das causas.

A nossa sociedade está desintegrando-se. O abismo entre ricos e pobres aumenta ano após ano. A expulsão da população do campo para a cidade está quase consumada. Ricos moram em condomínios, pobres em favelas e o que restou da classe média vive como cego em tiroteio entre ambos. Aí está o grau de criminalidade e anarquia a que chegamos (RIETJENS, 2008, p. 19).

Nos Países Baixos, segundo Haifa Feng (1998), o cooperativismo no setor agrícola teve início na década de 1880, especificamente em 1886, com uma cooperativa de laticínios, seguida de cooperativas em diferentes setores da produção. Até 1949, existiam 3.150 cooperativas no país²¹ (p. 45). Segundo ela, as cooperativas serviram como instrumentos de autoajuda para os agricultores, uma vez que é pela cooperativa que cooperados puderam obter contato com fertilizantes, sementes, insumos e maquinários, também, no que diz respeito à venda e manufatura, e à provisão de crédito. As cooperativas permitiram aos agricultores lucrarem a partir da economia de escala tanto na venda como na compra de insumos diversos, como maquinários que podiam ser utilizados por todos os cooperados, sem que cada um precisasse adquirir um para si. Para ela, este fator institucional – cooperativismo – foi decisivo para a primeira fase de modernização agrícola do país que ocorreu entre 1880 a 1950 (FENG, 1998).

Como vimos no capítulo anterior, tem início em 1900, a forma da organização social, a “*Pillarization*” nos Países Baixos, que dividia os grupos sociais em pilares ideológicos. Neste

²¹ Em 2018, existiam no Brasil 6.828 cooperativas (SISTEMA OCB). Disponível em: <https://www.ocb.org.br/numeros>. Acesso em 20 nov. 2020.

sentido, vemos a fusão do cooperativismo entre os agricultores com a religiosidade católica e a formação de comissões e uniões entre trabalhadores do campo, uma vez que, o cooperativismo utiliza de certos preceitos católicos, como vimos a pouco em Büttendender (2009).

Em um cenário de reformas religiosas e políticas, em que a agricultura fora colocada de lado pelo Estado, a mesma precisava se unir de forma diferenciada. Desta forma, encontra-se nos Países Baixos, naquela época, uma forte unidade produtiva, social e cultural entre os agricultores, fortalecidos pelo cooperativismo, embebidos pela religiosidade católica, traço principal dos imigrantes de Holambra.

Figura 14 - Grupo de futuros emigrantes em direção a Fazenda Ribeirão em De Steeg, Países Baixos.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Holambra.

Compreende-se a intenção de Heijmeijer na consolidação de um projeto de colonização católico com princípios cooperativistas. No caso de Holambra, todos aqueles agricultores que quisessem emigrar ao Brasil deveriam, obrigatoriamente, se associar à CAPH. Desta forma, ela poderia criar as condições iniciais para a construção de casas, estábulos, compra de sementes, materiais e demais itens necessários ao início aos trabalhos de exploração no Brasil.

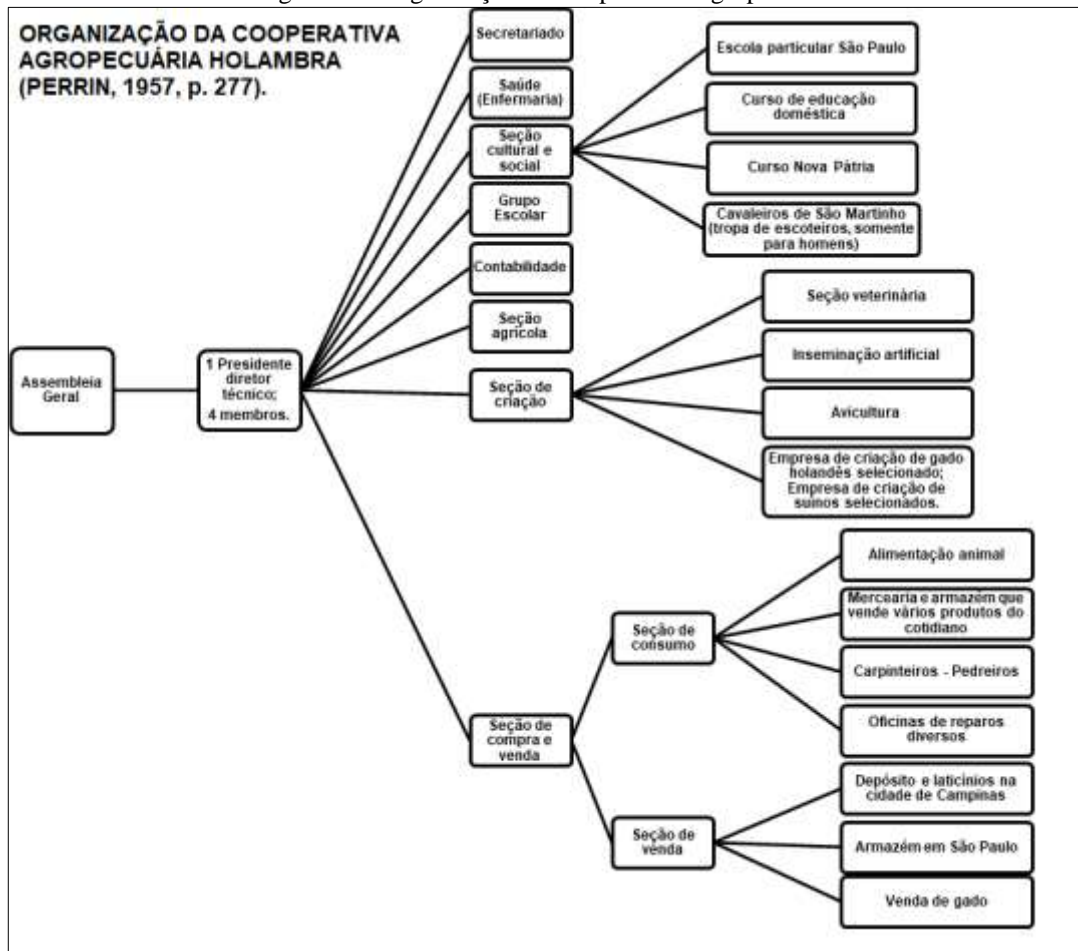
Heijmeijer tinha um plano ideológico em que pretendia criar um sentimento comunitário baseado na igualdade dos membros da cooperativa, um objetivo que lhe custou em pouco tempo a presidência da CAPH e a frente da colonização. Como vimos nas palavras de Heijmeijer, em alguns trechos supracitados, as dificuldades que os imigrantes encontrariam no Brasil, na Fazenda Ribeirão, poderiam ser amenizadas e dependeriam para ser contornadas a partir da

união entre os imigrantes, de uma centralidade espiritual e ao mesmo tempo técnica. Abreu (1971) em sua dissertação afirma que,

A Cooperativa, integrada à Igreja em sua ação social, surge na colônia como cerne da comunidade, e não se pode, sem ela, ter uma ideia correta desde os fatos ligados às técnicas agrárias, até as horas de lazer do grupo, passando pelo beneficiamento e comercialização da produção, bem como à assistência médico-hospitalar e educacional (ABREU, 1971, p. 65-66).

Perrin (1957) teve acesso a estrutura organizacional da CAPH, datado de 1957. Na figura abaixo, vê-se o diagrama hierárquico da Cooperativa, que apresenta horizontalidade nas relações, sendo a “Assembleia Geral” o primeiro nível de poder da organização, seguida da figura do presidente e outros quatro membros. À esquerda desses, a distribuição dos setores laborais como a “seção agrícola”, a “seção de criação” e a “sessão de compra e venda”, assim como os setores que se ocupavam da “saúde”, “seção cultural e social” e “grupo escolar”.

Figura 15 - Organização da Cooperativa Agropecuária Holambra



Fonte: traduzido e adaptado pelo autor de Perrin, 1957, p. 277.

No início, o sucesso da Cooperativa dependia de todos os cooperados e disto dependia o sucesso da colonização, que estava, institucionalmente, nas mãos de Heijmeijer, mas ainda mais no esforço no âmbito coletivo. Existia nesse sentido, segundo Souza Júnior (1998), entre a Cooperativa e os cooperados uma noção de fusibilidade, de mutualidade intrínseca.

Wijnen (2012) afirma que Heijmeijer era muito bom na teoria, mas menos capaz na prática e isto levou em pouco tempo a alguns imigrantes questionarem suas atitudes. Os imigrantes solteiros estavam num patamar diferenciado dos casados, havia necessidade de uma reforma, pois, alguns alegavam que “os desejos e possibilidades dos imigrantes autônomos não eram levados em consideração. Tudo ainda era feito em grande escala, de forma que a autonomia dos imigrantes camponeses não era promovida” (WIJNEN, 2012, p. 58). Em Souza Júnior (1998), o relato de um antigo cooperado, deixa a questão mais clara: “O presidente não sabia falar direito conosco. Ele pensava que nós éramos totalmente ignorantes, e que precisávamos ser levados pela mão como criancinhas de colo. Por isso, ele criou muitos inimigos aqui” (p. 15).

A autonomia e liberdade das próprias famílias e indivíduos ficou em jogo com o tamanho esforço que eram necessários de cada um, para que o mínimo grau de trabalho e conforto pudesse se estabelecer naquele núcleo diante do cooperativismo-coletivista (SOUZA JÚNIOR, 1998) pregado por Heijmeijer.

O senhor Frans Bongers lembra-se de seu primeiro trabalho: arrumar os armazéns. Depois disso, ele ainda teve que consertar caixotes de batatas por dias a fio. Mais tarde ele trabalhou no escritório. O senhor Harrie van Schaik achou que o primeiro ano foi bom. Quando ele chegou em novembro de 1949, à primeira vista a fazenda não lhe pareceu nada mal. ‘Todos os holandeses que moravam lá eram educados e bem-dispostos. Os tratoristas davam duro para desbravar a terra. Semeava-se e plantava-se sem parar. No entanto, logo surgiram alguns desentendimentos, e algumas pessoas perderam o gosto pelo trabalho por não confiarem mais na Cooperativa em vista dos boatos de que o dinheiro havia acabado’ [Harrie van Schaik] (WIJNEN, 2012, p. 57).

Em meados do ano de 1950, as desconfianças de que Heijmeijer não estava administrando tão bem o dinheiro da CAPH logo começaram a vir à tona entre os cooperados. As vendas do gado leiteiro, do leite e dos derivados não iam bem, já que grande parte do gado havia sido contaminado por febre aftosa e os períodos de chuva no final de 1950 ainda destruíram plantações e prejudicaram as colheitas coletivas (WIJNEN, 2012; ABREU, 1971).

O clima de instabilidade financeira abalou a confiança em Heijmeijer ao longo do tempo, mas tanto o governo holandês como o brasileiro também apresentavam uma parcela de culpa, pois houve atraso substancial no repasse de parte dos empréstimos acordados e a CAPH já havia gastado muito dinheiro com a necessária vacinação dos gados, veterinários e com a

construção de estruturas básicas para os primeiros imigrantes (WIJNEN, 2012; SMITS, 2016). Por proximidade e sorte, o grupo contava, muitas vezes, com o auxílio técnico e com o fornecimento de insumos provenientes do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), parceria perdurada por vários anos na colônia (PERRIN, 1957; ABREU, 1971).

Em janeiro de 1950, um empréstimo adicional ao contrato no valor de 2,8 milhões de Florins (WIJNEN, 2012), ou 18 milhões de cruzeiros (PERRIN, 1957) foi solicitado por Heijmeijer, ao governo holandês, para que pudesse dar continuidade ao projeto de colonização, já que mais famílias haviam chegado à colônia e o dinheiro se tornara cada vez mais escasso. O governo holandês, então, questiona a KNBTB sobre o motivo do empréstimo e decide enviar ao Brasil uma comissão para estudar a situação econômica da fazenda e oferecer um parecer técnico.

A comissão era formada pelo engenheiro agrônomo Sr. van Roggen e pelo administrador Sr. van Vaveren que, segundo Perrin (1957), voltaram à Holanda com uma impressão positiva da colônia. Wijnen, ao contrário de Perrin, sobre a constatação da comissão, afirma que a mesma encontrou muita insatisfação entre os imigrantes no desenvolvimento da colônia, mas que, de maneira geral, a mesma poderia ter uma rentabilidade moderada sob algumas condições estabelecidas por eles. Desta forma, em agosto de 1950, fizeram com que o fluxo migratório cessasse por um período, além disso, que o trabalho passasse a ser realizado em propriedades familiares de uso misto e que Heijmeijer fosse substituído por outro presidente para a CAPH (SMITS, 2016; WIJNEN, 2012).

Comunicado da decisão do governo holandês sobre as condições para o empréstimo, Heijmeijer decide aceitar a deposição de seu cargo, no final de 1950, em favorecimento da colônia (WIJNEN, 2012). Heijmeijer recebe, em janeiro de 1951, o engenheiro agrônomo holandês Sr. Charles Hogenboom²², que foi “conselheiro político e social junto à Sociedade Senembah²³, na Ilha de Sumatra, na Indonésia, tendo adquirido experiência na área de reorganização de propriedades de produção em empresas agrícolas antes da guerra” (WIJNEN, 2012, p. 66). Na ocasião da chegada de Hogenboom à Holambra, o governo holandês decide pela sua permanência como novo presidente da CAPH. Hogenboom aceita o cargo, sendo ainda orientado por Heijmeijer por alguns meses subsequentes.

²² Durante a ocupação japonesa em 1942, Hogenboom foi líder do acampamento, e sua qualidade de liderar lhe rendeu a Cruz da Resistência de 1940-1945. Depois do final da guerra, assumiu o cargo de presidente da Associação de Plantadores e ocupou a vice-presidência no Conselho Administrativo de Sumatra (WIJNEN, 2012).

²³ Foi uma empresa agrícola de produção, beneficiamento e comércio de tabaco, que operou entre 1899 e 1939 na Ilha de Sumatra, atual Indonésia, quando esta pertencia às Índias Orientais Holandesas: território de dominação holandesa entre 1800 e 1945 (JANSSEN; BOOL, 1939).

A saída de Heijmeijer da presidência da Cooperativa e a consequente entrada de Hogenboom, fez com que a colônia saísse do modelo de cooperativismo integral, como supracitado – de grande dependência dos esforços individuais em prol do coletivo – e entrasse em um modelo mais individualista e administrativo. Heijmeijer era um idealista de intenções católicas que viu no cooperativismo os princípios necessários para um plano de emigração que em teoria funcionaria bem.

Porém, os gastos realizados por ele ultrapassaram as expectativas de crescimento da colônia, sendo a crise que assolou o gado, o que fez com que a situação fosse avaliada pelas instituições ligadas ao projeto. Heijmeijer não tinha um plano claro para os próximos anos da colônia, além disso, vimos que os imigrantes não obtinham quaisquer reconhecimentos e liberdades individuais entre 1949 e 1951, o que gerou bastante descontentamento entre eles, fazendo com que algumas famílias acabassem partindo da Holambra e se direcionado à outras regiões brasileiras. A experiência comercial e administrativa que Hogenboom traria das Índias Orientais Holandesas daria o golpe de ar necessário, segundo Smits (2016), à sobrevivência da colônia brasileira.

Enquanto de um lado a estrutura de administração da fazenda era inchada e dispendiosa, em contrapartida a capacidade das pessoas muitas vezes deixava a desejar. Hogenboom queria começar a acomodar os colonos em seu próprio negócio o mais cedo possível, o que ajudaria a cultivar um senso de responsabilidade. Em termos de modelo de negócio, pensou em reduzir a produção de leite e mudar para a agricultura, assim como promover a avicultura e suinocultura. Segundo ele, eram poucas as famílias que sabiam trabalhar com gado de alta qualidade (SMITS, 2016, p. 91).

C. Hogenboom muda-se para o Brasil com sua família, definitivamente, em junho de 1951, em posse de um contrato com o governo holandês que o encarregava do cargo de “Comissário da Colônia Ribeirão” (SMITS, 2016, p. 92). Junto ao contrato e o comissário, estava a aprovação do empréstimo de 350.000 florins em favor da colônia. Hogenboom então, assume a presidência da CAPH oficialmente em 1952.

Figura 16 - Charles Hogenboom em campo de algodão na colônia Holambra (1951).



Fonte: *Geheugen van Nederland* (website).

Segundo Herbers (1989), Hogenboom se tornou a autoridade máxima na colônia, controlando a aplicação do empréstimo totalmente. Em cerca de dois meses ele pôde realizar muitas mudanças. A distribuição dos lotes de sítios nas áreas já destocadas foi acelerada e praticamente concluída ainda em 1951. O tamanho dos lotes distribuídos aos imigrantes na gestão Heijmeijer variava entre 15 a 25 hectares, independentemente, da quantia de capital que cada um houvesse colocado na Cooperativa. Na gestão de Hogenboom, o tamanho do lote passa a corresponder com o montante injetado na Cooperativa por cada cooperado e extingue-se uma área máxima por lote, o que fez com que alguns sítios fossem sendo distribuídos com 100 a 150 hectares, ainda que fosse a grande minoria (HERBERS, 1989).

Com as mudanças estruturais, muitas famílias passam a não concordar com a divisão dos lotes e acabaram deixando a colônia. Segundo Wijnen (2012), em 1951, 75 pessoas foram embora; em 1952, o número subiu para 83 e, em 1953, partiram mais 165 indivíduos. Ao todo, 41 famílias e 25 solteiros deixaram a comunidade nessa época. Os grupos se mudaram para os estados do Rio Grande do Sul e Paraná principalmente²⁴.

²⁴ É o caso da formação das cooperativas de Castrolanda no município de Castro (1952) e Arapoti (1958) no estado do Paraná. Em Não-Me-Toque (1951 e 1953), no Rio Grande do Sul, em Tronco (1953) e Tijuquinhas (1959), em Santa Catarina, os holandeses oriundos de Holambra se assentaram em centros urbanos e rurais já existentes, com brasileiros, em sua maioria, de descendentes de imigrantes, como portugueses, alemães e italianos (Wijnen, 2012, Smits, 2016).

Apesar de algumas famílias e indivíduos terem deixado a colônia naquela época, o “Acordo de Imigração e Colonização entre os Países Baixos e o Brasil”, pela Comissão de Diplomacia da Câmara dos Deputados, foi importante para a fixação de holandeses no Brasil, após 1950, uma vez que, previa as condições para tal. Um trecho do documento que versa sobre a destinação destes imigrantes, cita Ribeirão como local de assentamento aconselhado:

[...] aconselham a sua localização em fazendas situadas em regiões que já atingiram relativo desenvolvimento e próxima à centros de consumo, a exemplo do que é feito com o núcleo da Cooperativa Ribeirão, situada a pouca distância de Campinas, em São Paulo, e cuja produção agropecuária está contribuindo para o abastecimento da referida cidade (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1950, p. 2).

Deste movimento, efetivamente, entre 1952 e 1960, fixaram-se mais 42 famílias e mais 26 jovens camponeses solteiros, que puderam se estabelecer nas propriedades na Fazenda Ribeirão (WIJNEN, 2012, p. 114).

Segundo Wijnen, em 1960, toda a área de Holambra havia sido loteada, e não havia mais a possibilidade da formação de novos sítios (p. 116). A mudança na direção da CAPH e a consequente divisão dos lotes representou uma mudança brutal na organização social da colônia. As mudanças foram acompanhadas do fortalecimento do poder informal entre os imigrantes que, diante da face comercial que a CAPH passou a ter, iniciaram movimentos organizados para o estabelecimento de comissões que tinham por objetivo contemplar as demandas culturais, sociais, médicas e escolares da comunidade. No próximo subcapítulo veremos como se deu o jogo de relações entre brasileiros e holandeses em meio à política informal organizada no núcleo e as inserções mediadas pelos interesses e necessidades dos grupos sociais.

2.2. O jogo de relações entre brasileiros e holandeses

Souza Júnior (1998) realizou uma grande contribuição à análise da dinâmica política da colônia holandesa em seu trabalho de mestrado em Antropologia Social pela Unicamp. Segundo ele, a sociedade de Holambra se dividia entre “comunidade” e “cooperativa”. Para ele, a comunidade começou a surgir como uma estrutura informal, em formato de comissões que, com o passar do tempo, “[...] passaram a se encarregar de toda vida social da colônia: igreja, escoteiros, futebol,

tênis, vôlei, escola, grupo das senhoras, saúde, e mais tarde, Expoflora, São Nicolau e Grupo de Dança” (SOUZA JÚNIOR, 1998, p. 8).

Segundo ele, no início, as atividades da Cooperativa e da comunidade se interpenetravam, mas foram se separando ao longo do tempo. Desta forma, a Cooperativa tornou-se cada vez mais administrativa e orçamentária. A comunidade, começou a se orientar de forma a satisfazer as necessidades não econômicas de seus participantes. “Essas comissões se constituíram por muito tempo em um verdadeiro autogoverno informal [...]” (Idem, p. 13) que foi incorporando a população brasileira em suas formações, ao longo do tempo. Muitos destes novos brasileiros eram diferenciados daquela população composta por famílias de peões, que residiam na Fazenda, anteriormente a chegada dos imigrantes, pela nível social.

Estes novos migrantes nacionais procuravam empregos formais na Fazenda, principalmente, através da CAPH nos setores técnico-agrícola e em cargos administrativos. Ainda segundo Souza Jr., estes eram de origem urbana e apresentavam níveis social e cultural mais elevados, o que trouxe para o interior da colônia novos pensamentos acerca da política e da forma de exercício de poder (Idem, ibidem). Estes grupos começaram a chegar à colônia em maior número a partir dos anos 1960. Alguns deles foram, portanto, sendo incorporados ao que Souza Júnior chamou de “comunidade”.

Quase que todas as atividades comunitárias permaneceram vedadas aos empregados brasileiros, no entanto, somente até a chegada dos primeiros funcionários brasileiros de nível mais elevado. Para esses, que eram técnicos agrícolas, agrônomos, veterinários, administradores, facultou-se o acesso a elas. A barreira, portanto, era de classe, e não de nacionalidade, embora continuasse sendo vista como natural (e para alguns desejável) a manutenção de uma certa superficialidade no relacionamento entre os dois grupos sociais (SOUZA JÚNIOR, 1998, p. 90).

O processo de emancipação da colônia foi proposto por um grupo majoritário de brasileiros, com a candidatura de um prefeito brasileiro, como veremos mais afrente no subitem “Processo emancipatório e crescimento urbano”.

Em geral, pode-se afirmar que a relação entre brasileiros e holandeses desde o início da colonização é pacífica. No início, os laços se deram principalmente entre os homens, por conta da dependência da mão-de-obra, mas principalmente, do conhecimento local e das habilidades no trato do solo, que bem conheciam, e que os holandeses necessitavam aprender sempre, uma vez que a historiografia demonstra as várias dificuldades dos holandeses com a adaptação ao clima, ao solo, às espécies de fauna e flora, à língua e à cultura brasileira.

Com o passar dos anos, a oferta de empregos que a CAPH e os produtores passaram a gerar, fez com que houvesse um aumento da necessidade de contratação de mão de obra

brasileira para assumir postos de trabalho em pequenos comércios, nos serviços domésticos das casas dos imigrantes, mas, principalmente, nas plantações e postos de trabalho abertos pela Cooperativa.

Segundo Abreu (1971), na década de 1960, os nacionais já representavam uma grande fatia da população local, e se dividiam entre fixos e flutuantes. O autor cita que a grande concentração de todo trabalho na colônia era realizada pela própria família holandesa, dentro de sua propriedade, a partir de 1951 e 1952, mas quase sempre acompanhada pelos brasileiros, que poderiam viver ou não dentro das propriedades, em pequenas colônias internas; que podem ser constatadas até a atualidade.

Em um levantamento com grande parte das famílias produtoras em Holambra, Abreu (1971) demonstra que, naquela época, 86% das propriedades empregavam até três funcionários fixos, sendo que 50% contratavam apenas um funcionário. A baixa necessidade de contratação de terceiros para trabalhos nas fazendas particulares à época, confirma, portanto, uma importante característica da estrutura fundiária: famílias numerosas²⁵ que realizavam o trabalho agrícola para autossustentação, mas também para venda através da Cooperativa.

A dificuldade de socialização entre brasileiros e holandeses, principalmente, nos primeiros anos, era evidente pelas diferenças linguísticas, como se pode esperar de idiomas tão distintos, o português e o holandês. Mas engana-se ao pensar que o holandês era uma língua difundida entre todos os holandeses. Os autores (SOUZA JÚNIOR, 1998; WIJNEN, 2012; ABREU, 1970; KLEIN GUNNEWIEK, 1991) deixam claro que, entre os próprios imigrantes também enfrentavam-se dificuldades linguísticas, uma vez que, muitos eram oriundos das províncias dos Países Baixos e falavam somente dialetos provinciais. Henk Klein Gunnewiek, imigrante em Holambra, oferece um depoimento interessante em relação às características provinciais dos holandeses em sua obra autoral: “Recordações de um Imigrante: Holambra, Brasil” (*Herinneringen van een emigrant: Holambra, Brazilië*) de 1991. Henk diz:

Emigrantes de Limburg, Brabant, Gelderland, Overijssel, Holanda do Norte e do Sul e outras províncias vieram para Holambra. Apesar da Holanda ser um dos menores países do mundo, possui uma grande variedade de povos, costumes, culturas e dialetos. Essa diversidade veio à tona quando pessoas de diferentes províncias foram reunidas em uma comunidade em Holambra. Logo ficou claro que os costumes e tradições, por exemplo, da Holanda do Norte, não tinham valor algum entre os limburgos, nem mesmo eram respeitados, o que também acontecia ao contrário. Eles não sabiam quando estavam sendo enganados, e isso, porque não entendiam todos os dialetos. Um frisão ocidental roeu seu dialeto. Um Limburgo cantou seu dialeto. Por exemplo, havia dialetos diferentes, de modo que as pessoas não se entendiam, apesar

²⁵ “Aproximadamente 15% dos casais possuíam mais de 8 filhos, 58% possuíam entre 4 e 7 filhos, totalizando 74% das famílias do núcleo, todas com 4 ou mais filhos” (ABREU, 1971, p. 59).

de todas virem da mesma pequena Holanda. Isso gerou suspeitas, porque as crenças das pessoas e os costumes tradicionais foram mais ou menos afetados²⁶ (KLEIN GUNNEWIEK, 1991, P. 52. Tradução própria).

Em depoimento, de uma antiga funcionária de origem holandesa da Cooperativa, colhido por Souza Júnior, demonstra-se esta barreira entre as mulheres holandesas:

Quando cheguei a situação era da mais extrema pobreza. Algumas famílias chegaram a passar muita necessidade, e o nosso trabalho consistia em dar algum tipo de assistência e apoio a elas. Às vezes era difícil a comunicação, já que muitas das mulheres só falavam seus dialetos de origem. Nós não nos cansávamos de recomendar que elas tentassem aprender melhor o holandês, para poder ensiná-los aos filhos. Assim, o dia em que quisessem estudar na Holanda já dominariam o idioma. Mas poucas fizeram isso, pois a vida era só trabalhar, trabalhar, trabalhar (Depoimento colhido por SOUZA JÚNIOR, 1998, p. 52).

No âmbito da educação das crianças de origem holandesa, existia uma preocupação em fazer com que a socialização fosse gradual. Em 1952, as freiras da ordem do Cônego do Santo Sepulcro de Keppel – que estavam em missão na colônia desde os trabalhos de preparação da Fazenda (1948) – fundaram a “Escola São Paulo”. Esta foi a primeira escola privada da colônia, que tinha como finalidade oferecer às crianças de famílias holandesas uma educação que atendesse às suas necessidades de vida no Brasil, com base na educação católica.

A Escola dependia financeiramente da CAPH, para o preparo e manutenção das instalações e compra de materiais, mas independia na forma de educar e nas decisões do ensino, que era realizado através de uma comissão formada pelas mães e pais das crianças, e as irmãs Liduina, Magdalena e Benedictus e uma professora brasileira, D. Lourdes, de Mogi Mirim (WIJNEN, 2012; ESCOLA SÃO PAULO, 2019). As irmãs holandesas juntamente com a D. Lourdes produziram todo o material didático em língua holandesa e portuguesa.

Decidiu-se que as crianças aprenderiam o português na escola, desde o início, e não somente por meio do contato com as crianças brasileiras. Este processo de socialização não era impedido pelos pais e pelas irmãs, mas a comunidade de crianças que falavam algum dos vários dialetos em casa era tão grande, que este processo se tornou lento e a socialização entre holandeses fosse bem mais fácil pelo contexto escolar.

Porém, anteriormente à formação da privada “Escola São Paulo”, em 1952, o estado havia criado o “Grupo Escolar da Fazenda Ribeirão”, com a adaptação da escola primária estadual já existente na Fazenda. Em “O problema da escola brasileira numa comunidade holandesa de São Paulo”, a antropóloga Hermelina Pretto (1953) expõe divergências e impasses

nos contatos da cultura holandesa e da brasileira ao demonstrar que, anteriormente à adequação da Escola São Paulo aos moldes de ensino para as crianças holandesas. Segundo ela, o governo estadual buscava impedir o encravamento étnico, como visto no subcapítulo “os holandeses como imigrantes ideais para o Brasil”, com a criação de tal escola mista.

Pretto discorre que a tentativa em criar uma escola única para brasileiros e holandeses criou uma série de perturbações para as crianças, os pais e as freiras holandesas. Considera que “de um lado, os colonos procuravam preservar os seus valores tradicionais; do outro, a escola, através de reduzido número de elementos nacionais, tentava impor-se como órgão da sociedade politicamente dominante” (PRETTO, 1953, p. 30). Em suma, sobre os brasileiros, Hermelina diz que “[...] não têm consciência exata do papel que lhes cabe no processo de assimilação. Não compreendendo os imigrantes, porque deles quase tudo ignoram, seus propósitos e dificuldades, não realizam a contento a tarefa de que estão incumbidos” (p. 32).

Sobre os holandeses, ela afirma que eles “[...] cuidaram desde logo de estabelecer a separação entre as crianças. Não se conformam com a mistura obrigatória na sala de aula” (p. 32). Pretto conclui seu estudo ao argumentar que a escola brasileira se revelou ineficiente, servindo, ao contrário, para acentuar os conflitos culturais e torná-los conscientes.

Foi então, somente na adolescência e juventude que filhos de holandeses começariam a formar laços com os brasileiros na mesma faixa etária. Embora o casamento entre brasileiros e holandeses não fosse do desejo de grande parte das famílias holandesas, como cita parte dos autores, esta proximidade foi se dando com o tempo (ABREU, 1971; WIJNEN, 2012; SMITS, 2016).

Em relação aos matrimônios na Fazenda, de acordo com Kees Wijnen (2012), entre 1971 e 1987, aproximadamente, a metade dos 159 casamentos que aconteceram em Holambra foram mistos entre brasileiros e holandeses, sendo configurados como de maioria em que o homem holandês se casa com uma mulher brasileira, mas o contrário, anteriormente a 1960, Wijnen afirma que era raro. Neste sentido, diz que,

Durante muito tempo o caráter fechado dessa comunidade era visto como uma garantia para manter uma boa posição social. Desempenhar a sua profissão ou tocar uma propriedade no Brasil afora por conta própria teria consequências para a família e colocaria em risco a garantia de entrada de dinheiro [...] Permanecer unidos na fazenda era o melhor remédio contra a, muitas vezes, dura realidade brasileira (WIJNEN, 2012, p. 124).

Pode-se dizer, portanto, que os processos de socialização entre brasileiros e holandeses ocorreu, ao longo da colonização, de forma gradual. Somente após 20 anos da chegada das

primeiras famílias é que este processo tomou corpo fora do contexto laboral e da moral tradicional. De forma geral, aqueles que conseguiram se inserir na tal “comunidade” eram brasileiros educados ou que mantinham cargos na CAPH há alguns anos. Aos poucos, estes elementos solteiros ou acompanhados de suas famílias passaram a fazer parte de eventos sociais que anteriormente eram quase estritos à comunidade holandesa (WIJNEN, 2012; SOUZA JÚNIOR, 1998; ABREU, 1971).

As diversas atividades sociais realizadas dentro da comunidade, eram por exemplo, reuniões comunitárias, festas, jogos, esportes, danças típicas, teatro, coral dos senhores e senhoras, cavalaria, grupos de escoteiros, entre outros. Para as mulheres jovens atribuíam-se os cursos de economia e saber doméstico, pintura e corte e costura. Aos homens jovens destinavam-se as atividades de montaria e curso técnico agrícola.

Figura 17: Atividades culturais e sociais da comunidade anos 1960-1970.



Fonte: *Geheugen van Nederland* [website].

Entende-se que o grupo social com maioria de holandeses e descendentes criou e manteve, por certo tempo, um caráter de hegemonia social e cultural em relação aos brasileiros, mas que foi se afrouxando, ao longo do tempo, com o convívio social de forma mais intensa entre os grupos. Pode-se notar nas fotografias que os encontros entre brasileiros e holandeses eram frequentes em um ambiente de coexistência dos grupos, apesar das diferenças linguísticas, culturais e, muitas vezes, de classe.

Figura 18: Socializações entre brasileiros e holandeses na Fazenda Ribeirão.



Fonte: *Geheugen van Nederland* [website].

Souza Júnior (1998) oferece mais uma impressão da comunidade, ao dizer sobre a formação de rivalidades:

A formação de grupos rivais, no interior da colônia, é praticamente impensável. É evidente que existem antipatias e rivalidades pessoais, mas nunca se chega ao ponto de que elas sejam transformadas em problemas coletivos. Isso não é tolerado de forma alguma, pois colocaria em perigo toda a estrutura dos grupos, e sua sobrevivência também, e sobre isso todos têm uma consciência bastante clara (SOUZA JÚNIOR, 1998, p. 57).

A solidariedade entre os moradores de Holambra também é vista por Souza Júnior como um fator de notável diferença entre as demais cidades da região. Esse nos oferece um exemplo: se um produtor estivesse passando por dificuldades financeiras, esse poderia,

[...] ver concedida a seus filhos uma bolsa de estudos pela comissão da escola. Discretamente, um vizinho se oferece para levar e buscar as crianças na escola. Outro empresta óleo diesel para que o maquinário agrícola não tenha que parar. A mulher será amparada pelas amigas em seu momento de dificuldade, no mínimo com repetidas visitas de solidariedade (SOUZA JÚNIOR, 1998, p. 63).

Pode-se concluir deste capítulo que, a colônia de Holambra, de forma geral, é constituída mesmo pelas várias interrelações entre brasileiros e holandeses e que estes processos, são temporalmente construídos. Isto evidencia a formação de uma cultura “holambresa” ou “holambrense” própria, entremeada pelos conflitos inerentes às dificuldades e barreiras culturais entre holandeses e brasileiros, holandeses e holandeses, e porque não também, entre brasileiros e brasileiros. Tais conflitos e relações são apaziguados, principalmente, a partir da década de 1970, mas sobretudo entre 1980 e 1990, quando Holambra é elevada à município.

O próximo subcapítulo trata dos principais aspectos ligados à expansão econômica da colônia pelas flores, e conseqüentemente, o início da feira das flores, a Expoflora, como o ponto de partida para a atividade turística na colônia, tendo início em 1982.

2.3. As flores, a Expoflora e a atividade turística

A ideia em desenvolver a agricultura em Holambra sempre foi constante pelos imigrantes, pois, garantiria a subsistência das famílias e poderia servir como fonte de renda para elas e demais moradores da colônia. A década de 1960 foi marcada pelo assentamento das famílias nos sítios privados. Estas propriedades puderam estabilizar a produção agrícola com culturas mistas principalmente intensivas, como a suinocultura, avicultura e citricultura, mas também extensivas (ABREU, 1971).

Entre essas culturas, havia uma pequena produção de gladiólos²⁷, inserida, primeiramente, pelo senhor Guilherme Welle, que obteve sucesso gradativamente. Em 1956, o cultivo desta flor ganhou um impulso quando novos bulbos chegaram da Holanda e começaram a ser vendidos como flor de corte em Campinas. Segundo Anne Marie van der Knaap (2012), com os bons resultados que a produção e venda rendiam a poucos produtores, a ideia se espalhou para alguns demais holandeses, que também viram na produção de flores uma nova fonte econômica não somente para si, mas para a colônia.

Desta forma, os produtores de gladiólos se uniram e começaram a comercializar suas flores em São Paulo e no Rio de Janeiro, com a entrega realizada em caminhões de propriedade do setor de floricultura da Cooperativa, que foi aberto em 1972. Para atender toda a produção que se expandia, foi construído um depósito central de flores. Com a expansão da produção, aumento da capacidade de refrigeração e transporte, os bulbos e flores de Holambra ganharam os mercados brasileiro, argentino e europeu em poucos anos. Com tamanho volume, os holandeses investiram na diversificação das variedades de flores e plantas, na ampliação da capacidade de produção e no conhecimento e técnica que vinham, principalmente, devido às suas relações com os Países Baixos. Na década de 1980, a produção de flores e plantas aumentou significativamente. Em 1986, a estrutura atingiu seu auge na época, atendendo as

²⁷ O gladiólo ou palma-de-Santa-Rita (*Gladiolus x grandiflorus* Hort.), família Iridaceae, é uma importante flor de corte propagada por meio de bulbos sólidos [...] o gladiólo uma das mais importantes flores de corte do mundo. No Brasil, a espécie apresenta grande importância comercial, especialmente em Finados (SCHWAB et al., 2015, p. 4).

sete principais cidades brasileiros, com a disponibilidade de cerca de 100 caminhões e um faturamento anual estimado em 12 milhões de dólares.

O Banco do Brasil instalou uma agência bancária na colônia em 1982, sendo o principal fornecedor de crédito e empréstimos aos produtores na época²⁸. No mesmo edifício, ficava uma agência dos Correios (VAN DER KNAAP, 2012).

Figura 19 - Agência do Banco do Brasil e Correios na colônia Holambra (década de 1980).



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Holambra.

No auge dos anos 1980, segundo van der Knaap (2014), a produção anual de gladiolos chegou a marca de mais de 11 milhões e meio de dúzias produzidas, com demandas que vinham de todas as regiões do Brasil, e também da Argentina, dos Estados Unidos e da Europa.

²⁸ Segundo a Diretoria de Agronegócios do Banco do Brasil, no âmbito rural, o cooperativismo foi, sem dúvidas, um dos pilares do desenvolvimento do agronegócio, principalmente nos anos 1960 e 1970, com seu pioneirismo na organização das cadeias produtivas, difusão de tecnologia e viabilização de infraestrutura (SILVA; BACHA, 2007, p. 205).

Figura 20 - Imagens dos processos logísticos de venda das flores e plantas de Holambra na década de 1980.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Holambra

Em um documento colhido no Museu pelo autor, sem autoria específica, mas de correspondência da Cooperativa, de 1980, (CAPH, 1980), diz: “Em 1974, o comércio de flores de Holambra movimentou um capital de 28 milhões de cruzeiros; 1975, 71 milhões; em 1976, 104 milhões; em 1977, 169 milhões; e em 1978, 279 milhões. Cifras que comprovam a significativa evolução do setor, em regimes cooperativistas”. Nota-se o crescimento vertiginoso do setor em quatro anos seguidos, como apresentado na tabela abaixo:

Tabela 1 - Período e porcentagem de crescimento do setor de flores de Holambra (1974-1978).

PERÍODO	% DE CRESCIMENTO NO PERÍODO
1974-1975	39,4%
1975-1976	68,2%
1976-1977	61,5%
1977-1978	60,5%

Fonte: Dados de CAPH, 1980.

Ainda na década de 1980, as relações com a Holanda se intensificam, devido às necessidades de melhoramento da produção de flores. Alguns produtores de Holambra tiveram contato com empresas de importação e exportação de flores e plantas da Holanda, Alemanha e Estados Unidos. Além disso, muitos jovens, filhos de imigrantes fizeram cursos e estágios na

Holanda, principalmente na *Verenigde Bloemenveilingen Aalsmeer*, a atual *Royal Flora Holland*, tida como a maior cooperativa do mundo²⁹.

Figura 21 - Seção de flores da CAPH, década de 1970.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Holambra.

É da cidade de Aalsmeer, na Holanda, que um sistema de leilão eletrônico descendente, conhecido como *Veiling*³⁰, ou leilão holandês, foi adotado para a Cooperativa Holambra quando, no final da década de 1980, a logística usada para a separação e distribuição das flores havia ficado lenta e ultrapassada para a demanda que o mercado exigia. Foi então que, após a visita da empresa holandesa *Veiling Westland* à Holambra, que se sugeriu a implantação do seu sistema na Cooperativa Holambra; com o intuito em dinamizar a oferta e conseguir atingir maiores mercados. A Cooperativa então, comprou o sistema, reformou suas estruturas e, em 1991, inaugurou o “Veiling Holambra”, fazendo com que a produção de flores pudesse ganhar vazão em um sistema logístico mais completo.

²⁹ Ver <https://www.royalfloraholland.com/en>. Acessi em: 20 nov. 2020.

³⁰ Veiling é uma palavra holandesa que significa leilão. Existem vários tipos de leilões. O mais comum, e mais conhecido no Brasil, é o leilão ascendente de origem inglesa, onde o leiloeiro começa com um valor inicial e vai aumentando a cada lance até a conclusão da venda, quando o valor do produto atinge seu auge. O sistema Veiling, é um leilão descendente [...]. Nesse sistema o leiloeiro inicia a venda com um valor mais alto em relação ao valor de mercado, geralmente 30 ou 40% a mais, e vai reduzindo o valor continuamente, em ordem decrescente, geralmente utiliza-se um ‘Klok’, relógio próprio criado para esse fim. A primeira pessoa interessada (comprador) a se manifestar durante o lance corrente, adquire o produto. Nos Países Baixos este sistema é utilizado para a comercialização de produtos agrícolas como flores, plantas, frutas etc. O leilão descendente mais antigo no mundo é o *Broekerveiling* na Holanda, um leilão de produtos hortícolas implantando em 1887 (VAN DER KNAAP, 2014).

Por muito tempo a ideia de introduzir um sistema de leilão Veiling, vinha à tona durante reuniões ou conversas informais. Muitos imigrantes holandeses já conheciam esse sistema e sabiam como ele funcionava nos Países Baixos, onde era amplamente implementado (VAN DER KNAAP, 2014, p. 51).

Em pouco tempo, o sistema rendeu os resultados esperados, o comércio se diversificou ainda mais e a qualidade dos produtos objetivou uma padronagem na qualidade da produção, o que gerou então, um investimento também pelos proprietários, sendo a própria cooperativa a orientadora dos processos de avanço tecnológico (VAN DER KNAAP, 2014).

Figura 22 - Instalações do primeiro Veiling no centro de Holambra, década de 1990.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Holambra.

Figura 23 - Instalações do Veiling Holambra, final da década de 1990.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Holambra.

Em 1997, o faturamento do leilão foi de, aproximadamente, 80 milhões de dólares americanos (WIJNEN, 2012). Com a introdução do novo sistema, Holambra adquiriu a liderança do mercado brasileiro de flores e plantas ornamentais, liderança que mantém até a atualidade. Em 1998, 40% do faturamento nacional em flores e plantas era realizado no Veiling de Holambra (LIBÂNIO, 2015). Hoje, três grandes cooperativas de produtores compõem um volume de 50% do mercado nacional. Segundo Wijnen (2012), “Essa posição deve-se ao fornecimento de um número relativamente pequeno de cultivadores que possuem juntos 650 ha, ou seja, eles possuem cerca de 14% da área total cultivada com flores no Brasil” (p. 283).

Figura 24 - Instalações atuais do Veiling Holambra no município de Santo Antônio de Posse/SP.



Fonte: Veiling Holambra³¹

Concomitantemente à expansão do setor de flores e plantas, deu-se início em 1982, uma feira de exposição das flores cultivadas em Holambra, entre outros produtos produzidos na colônia. A Expoflora nasceu de um evento realizado na área do atual Clube Fazenda Ribeirão, tendo como principal objetivo a exposição e negociação dos cultivos holambrenses àqueles que se interessavam em conhecer e comprar esses produtos.

A feira desde sua primeira edição, já ganhou uma sequência anual, chamando atenção para uma quantidade cada vez maior de visitantes. Em sua primeira edição, em 1982, atraiu cerca de 10.000 visitantes (Wijnen, 2012). No espaço da feira, eram exibidos animais, grãos, ovos, alimentos, flores e demais produtos que a Cooperativa produzia. Essa exposição passou a atrair a atenção de muitos produtores rurais do entorno e curiosos, que com o tempo atrairia também pessoas de todo o país.

³¹ Disponível em: <http://www.veiling.com.br/a-cooperativa>. Acesso em: 18 nov. 20.

Figura 25 - Placa de boas-vindas da CAPH na SP-107, década de 1980.



Fonte: Klaas Flores e Plantas LTDA.

Nesta época, holandeses e brasileiros começaram a elaborar produtos e serviços onde a feira ocorreria todos os anos, no mês de setembro, marcando consigo o início da primavera. Em menos de dez anos, a Expoflora expandiu-se, oferecendo outras atrações além das flores e plantas, como danças típicas e culinária holandesa. A combinação de flores e cultura holandesa em um espaço turístico ganhou um novo investimento no início dos anos 90, quando a feira se tornou privada, tendo sua concepção vendida a um restrito grupo de empresários locais e estrangeiros.

O investimento possibilitou um espaço ainda maior à Expoflora, com a construção de um recinto temático com espaços para lojas e restaurantes, com uso de elementos da arquitetura holandesa nas construções que, passaram a delinear um ambiente temático. A partir de então, deu-se início ao parque de diversões, ao desfile de carros alegóricos, sempre enfeitados com flores e plantas, um pavilhão de exposição para artes florais e a famosa chuva de pétalas, que reúne grande parte do aglomerado de visitantes diários, em um horário específico para contemplação de um espetáculo, em que milhões de pétalas de rosas são lançadas com a força de um “canhão de vento” de uma plataforma de, aproximadamente, 10 metros de altura. Quem realiza a performance, atualmente, é um personagem da festa, o “Tulipo”.

Figura 26 - Momento da Chuva de Pétalas na Expoflora 2011.



Fonte: João Luiz van Ham Mello

Figura 27 - Vista do recinto da Expoflora em 1999.



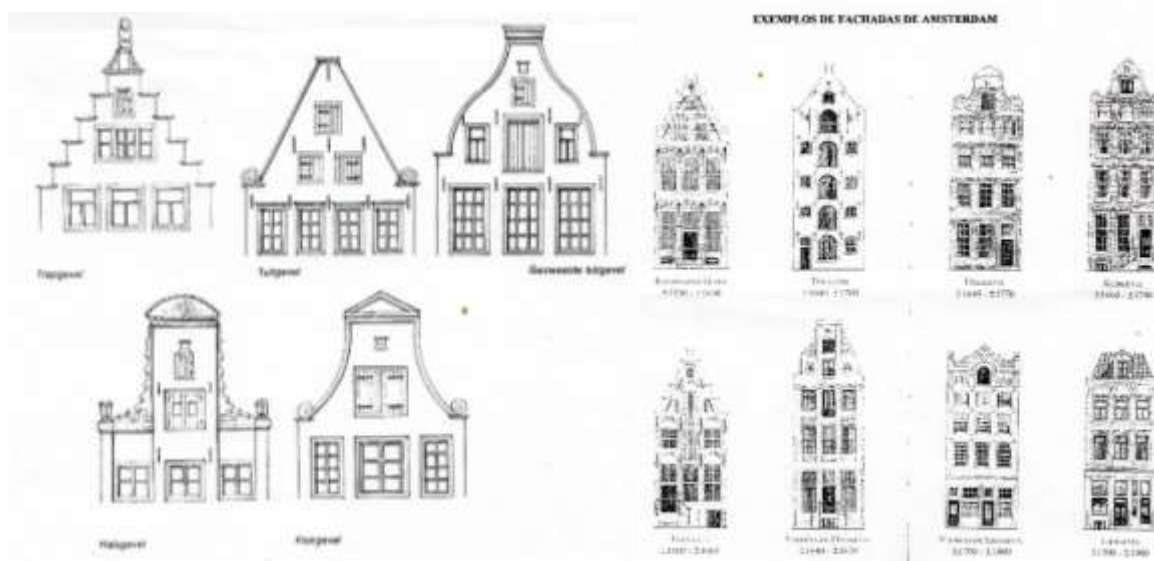
Fonte: Klaas Flores e Plantas LTDA.

Com o grande público que a Expoflora alcançou a partir dos anos 1990 (cerca de 200.000 visitantes anuais), o empresariado local e o poder público viram no ambiente temático um potencial para expandir a sensação da Expoflora pela cidade, nos demais meses do ano. Hoje o número de visitantes da feira é de, aproximadamente, 300.000 visitantes anuais.

Com a emancipação da colônia e a privatização da Expoflora, em 1994, a Câmara de Vereadores aprovou o decreto-lei municipal 080/94, criando condições para abonos progressivos de até 50% do valor do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) para os imóveis comerciais e residenciais que construíssem fachadas com características holandesas. Este decreto-lei foi pensado como incentivo ao crescimento da atividade turística com uso das características culturais com referência ao país de origem dos imigrantes, como havia sido feito na Expoflora.

O estilo arquitetônico escolhido para ser representado a partir dessa lei, foi o renascentista do norte da Europa, como as casas nos canais do Centro Histórico de Amsterdam, que datam dos séculos XVI e XVII, como apresenta um documento acompanhado do decreto, denominado “Fachadas Holandesas”. Nesse documento, se especifica as características que as construções em Holambra poderiam seguir, como inclinação dos telhados, modelos de oitões, esquadrias e jardinagem, a fim de seguirem um padrão e recriarem uma paisagem icônica, esteticamente homogênea e temática.

Figura 28 - Padrões construtivos contidos no documento de orientação para construção de fachadas holandesas em Holambra.



Fonte: “Fachadas Holandesas” (Documento anexo do decreto-lei 080/94).

Claramente, há de se supor que se trata de um padrão construtivo praticamente impossível de se reproduzir como ambiente temático em uma cidade pequena, do interior do

estado de São Paulo, no início da década de 1990. A certa imposição por esse padrão construtivo para a compensação no imposto urbano, gerou, obviamente, formas distorcidas das representações mostradas acima.

Trata-se de uma reprodução da “arquitetura holandesa” que requer investimento arquitetônico e técnico e uma grande inversão de capital, sendo, praticamente, irreproduzíveis fora de seu contexto, sem dizer que se trata de edificações com pelo menos três pavimentos, algo incompatível para a cidade que se emancipara. Além disso, na atualidade, a Prefeitura Municipal tem dificuldades em monitorar e fiscalizar essas reproduções, acabando por aceitar os pedidos de desconto do IPTU, independente do resultado da obra.

Figura 29 - Diferenças nos resultados das fachadas holandesas em Holambra.



Fonte: João Luiz van Ham Mello.

Na atualidade, isso gera um problema significativo para a arrecadação do IPTU, pois, o desconto no imposto, dado aos empresários ou moradores, é válido tanto para aqueles que investem para uma reprodução mais aprofundada, mesmo que somente esteticamente, quanto para aqueles que não investem na proposta, criando fachadas que somente adicionam empenas desproporcionais, uma intenção perdida em si. Sobre este ponto de vista, Fagerlande (2016) contribui apontando que, “ao mesmo tempo em que isso poderia ser um interessante estímulo às tradições locais, seu uso indiscriminado e sem maior conhecimento do que realmente seja essa “arquitetura holandesa” gera distorções estéticas” (p. 6). Segundo ele,

A feira [Expoflora] e a cidade apresentam muitas diferenças com a tematização gerando, ao mesmo tempo, estímulo às tradições através do artesanato, das danças e da culinária e, também, o uso massificado de elementos os quais **não trazem nenhum**

ganho cultural, mas somente o **consumo excessivo** [...] É preciso observar cuidadosamente quais são os reflexos do incentivo à articulação entre turismo e tradições holandesas para os cidadãos holambrenses e para a cultura local (FAGERLANDE, 2016, p. 343, grifo nosso).

Desta forma, deu-se início com a “lei das fachadas”, um processo de transformação da paisagem da colônia em um ambiente temático holandês, mas não de forma homogênea. Atualmente, as distorções estéticas são múltiplas e conformam um espaço urbano permeado de ocupações e interrupções entre a realidade e o imaginário, dividindo a cidade em zonas turísticas e não turísticas.

Figura 30 - Estacionamento de supermercado no centro de Holambra. Ao fundo, as fachadas holandesas.



Fonte: João Luiz van Ham Mello.

Em 1998, Holambra recebe outro estímulo ao desenvolvimento do turismo, ao ser intitulada como “Estância Turística”, a partir da promulgação do decreto-lei estadual nº 9.955 de 27 de abril de 1998³². Segundo Fagerlande (2014), o título permitiu, daí em diante, a

³² Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1998/lei-9955-27.04.1998.html>. Acesso em: 12 out. 2020.

[...] possibilidade do governo municipal incentivar a manutenção de grandes áreas de parques e praças. Esse auxílio governamental possibilita a criação de monumentos ligados à tradição holandesa, como o Moinho Povos Unidos e o Pórtico de entrada da cidade (p. 6).

Figura 31 - Moinho Povos Unidos construído em 2008 com verba da Secretaria Estadual de Turismo do Estado de São Paulo (2015).



Fonte: João Luiz van Ham Mello.

O caráter cultural assumidamente ‘holandês’ da cidade é consolidado no início dos anos 2000, sendo refletido em restaurantes que ofertam pratos típicos como purê de batata com repolho (*boerenkoolstamppot*), joelho de porco cozido (*eisbein gekocht*), panquecas salgadas e doces (*pannenkoeken*), biscoito de especiarias (*speculaas*), *waffel* com recheio de caramelo (*stroopwafel*), entre outros. Nas lojas de *souvenirs*, podem-se encontrar peças decorativas de porcelana azul tanto de Delft, quanto da China, com o escrito “*Holland*”, além de tamancos de madeira e moinhos de vento decorativos, de vários tipos e tamanhos.

Figura 32 - Comércio de presentes e souvenirs holandeses no “Boulevard Holandês”, centro de Holambra (2015).



Fonte: João Luiz van Ham Mello

Embora as ações de valorização turística da cultura holandesa tragam resultados econômicos para a atividade e gerem a diversificação da economia, entendemos que o turismo pode ser uma atividade causadora de efeitos tanto negativos quanto positivos nos territórios onde se desenvolve (BARRETO, 2000). Neste sentido, percebe-se que há, localmente, uma inclinação do poder público e da classe empresarial para efetivar intervenções urbanas e paisagísticas, que podem ser entendidas, como parte de um fenômeno que ganha força no turismo pós-globalizado: o ambiente temático (GOTTDIENER, 2001; SILVA, 2004; BRYMAN, 2004).

Esse pode ser compreendido como “[...] formas materiais temáticas que são produtos de um processo cultural que visa investir em espaços construídos com significado simbólico e transmitir esse significado aos habitantes e usuários através de motivos simbólicos”³³. Para Stuart Hall (2015), fenômeno parecido faz com que haja um deslocamento da cultura de seu

³³Techo original: “[...] *themed material forms that are products of a cultural process aimed at investing constructed spaces with symbolic meaning and at conveying that meaning to inhabitants and users through symbolic motifs*” (GOTTDIENER, 2001, p. 5).

contexto local e historicamente demarcado, em direção a uma representação cultural global, repleta pelos estereótipos culturais que caracterizam, portanto, uma “homogeneização cultural”.

Esse fenômeno se apresenta como um dos principais elementos de análise deste trabalho. O deslocamento da cultura holandesa presente na e da imigração (sobretudo holambrense) é reinterpretada através de um cenário fantasioso e superficial voltado à atração do consumo pelos visitantes.

Figura 33 - Fachada holandesa plotada, sobreposta à reprodução de mesma referência arquitetônica, construída na década de 1990. Recinto da Expoflora, 2020.



Fonte: João Luiz van Ham Mello.

No Brasil, a tematização dos lugares tem força nas cidades turísticas com aspectos climáticos ou históricos de associação aos países do norte da Europa, principalmente (SILVA, 2004; FAGERLANDE, 2014), tendo expressão também nos diferentes equipamentos culturais e comerciais relacionados ao entretenimento e ao consumo de bens e serviços, como os shopping centers, bares e restaurantes. Cidades como Gramado (RS), Campos do Jordão (SP), Penedo (RJ) e Monte Verde (MG) são exemplos de cidades temáticas. A tematização criada e incentivada para a atração de turistas nacionais aos cenários com referências de arquitetura, gastronomia e costumes temáticos, pode gerar fraturas definitivas nas características sociais,

psicossociais e culturais das localidades onde são inseridas como ativo econômico (SILVA, 2004).

Alan Bryman (2004) diz de um fenômeno com referência à imposição da cultura de massa estadunidense, a partir dos parques da Disney, com uso do termo *Disneyization of Society* (BRYMAN, 2004), em que as cidades, centros comerciais e de serviços, cada vez mais, acabam incorporando os aspectos dos parques Disney em áreas comerciais e públicas, que visam a geração do consumo com experiências nestes espaços. Segundo Bryman (2004),

A tematização consiste em aplicar uma narrativa a instituições ou localizações. De modo típico, a fonte do tema é externa à instituição ou objeto ao qual está sendo aplicado. Em geral, esse caráter externo do tema se revela em termos de espaço, tempo, esfera, ou uma combinação desses fatores [...] proporciona um verniz de significado e simbolismo aos objetos aos quais é aplicada [...] a expectativa é que se tornem mais atraentes e interessantes do que seriam se não fosse por esse processo (p. 33).

Tal caráter externo do tema, que possibilita revestir com verniz de significado, em Holambra se dá em termos tanto de tempo, quanto de espaço, uma vez que as representações para a tematização da cultura holandesa buscam caracterizar o ambiente com um simbolismo arquetípico de uma Holanda antiga. Suzana Gastal (2005), nos aproxima ainda mais desta questão ao colocar em análise o avanço da visualidade na pós-modernidade. Segundo ela,

Se com a pós-modernidade o avanço da visualidade corre em paralelo com o recuo da escrita e do literário, a imagem é certamente mais imperativa do que a escrita, impõe a significação de uma só vez, sem analisá-la, sem dispersá-la. A imagem transforma-se numa escrita, a partir do momento em que é significativa: como a escrita, ela exige uma lexis. Por lexis entenda-se aquela série de regras, criadas no bojo de uma cultura, que nos dão os códigos para o entendimento de uma determinada escrita, seja ela vocabular, seja visual (p. 51).

Percebe-se, desta forma, que a imagem da cultura holandesa que Holambra projeta sobre si, é mais baseada na tematização da cultura holandesa através de uma escrita visual, significada de uma só vez, e menos sobre a cultura da imigração sedimentada no território de características complexas, uma vez que aquela é passível de correspondência visual imediata, sendo amplamente veiculada com o suporte das fachadas, o que torna seu consumo rapidamente assimilável.

Com a emancipação da colônia, a tematização passou a compor a legislação municipal, como supracitado, o que ofereceu à mesma uma legitimação. Brasileiros e holandeses parecem, à princípio, se contentar com tais tematizações do ambiente urbano, uma vez que, a atividade

é, na maioria das vezes, encarada como sinônimo de geração de emprego e renda e somente isso.

Dessa forma, o poder público municipal e o empresariado, principalmente, acabam reproduzindo esses estereótipos culturais sem uma preocupação da ordem da realidade da cultura local. No subcapítulo seguinte, veremos como se dá o processo emancipatório da colônia, no final da década de 1980, que é seguida de uma mudança significativa do papel exercido pela CAPH sobre o território, e os desdobramentos sociais e políticos desse episódio com o deslocamento no poder político e social pelos brasileiros e o afrouxamento do poder pelos holandeses. Além disso, veremos como a ex-colônia ganhou traços cada vez mais urbanos e metropolitanos com a urbanização de seu centro e o conseqüente crescimento urbano e populacional.

2.4. Processo emancipatório e crescimento populacional e urbano

Até o início da década de 1990, Holambra era uma fazenda cuja área estava dividida entre os municípios de seu entorno imediato: Jaguariúna, Santo Antônio de Posse, Cosmópolis e Artur Nogueira. Para os assuntos administrativos, por sua vez, a população de Holambra recorria a Prefeitura Municipal de Jaguariúna. O centro da colônia era dividido entre os limites municipais de Artur Nogueira e Jaguariúna, o que gerava confusões e conflitos administrativos, mas também gerou parcerias dentro das câmaras municipais de ambos. A Cooperativa pagava algum imposto às prefeituras destes municípios, mas quase nenhuma melhoria urbana era realizada, muitas vezes, nem mesmo eram ouvidos (WIJNEN, 2012; ABREU, 1971).

Na década de 1980, dada a expansão da produção de flores e plantas, Holambra passou a oferecer muitos postos de trabalho, e isso fez com que sua população fixa e flutuante aumentasse, substancialmente, em poucos anos. Acompanhados do crescimento populacional chegaram à colônia alguns problemas relacionados à segurança, como pequenos furtos. As casas não tinham muros, cercas, grades ou portões; não havia policiamento na Fazenda (WIJNEN, 2012). Foi então que, no início de 1982, um grupo de brasileiros e holandeses passou a se reunir para discutir possíveis estratégias para a solução dos problemas ligados à segurança. Destas reuniões, deu-se origem à “Comissão para Assuntos Urbanos de Holambra” que, com o passar do tempo, ganhou representação política nas câmaras municipais de Artur Nogueira e Jaguariúna. “Os membros da Comissão (...) chegaram à conclusão de que a única solução para os problemas estava na emancipação política de Holambra” (WIJNEN, 2012, p. 310).

Desmembrar Holambra do território de quatro municípios vizinhos foi um grande desafio para a legislação estadual. A Prefeitura de Jaguariúna, foi a única, das demais do entorno, a apoiar integralmente essa proposta. Havia o empecilho político-administrativo na legislação estadual, que não permitia a elevação da categoria de fazenda a município, sem aquela tornar-se, primeiramente, um distrito. A emancipação da colônia em 1991, abriu uma frente legislativa com um pedido sem precedentes no Estado.

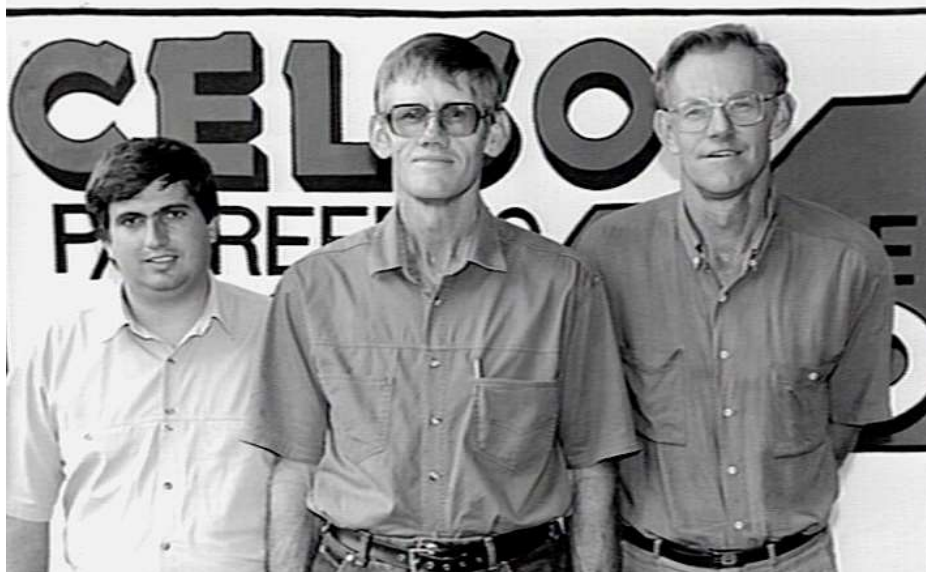
Formou-se um grupo, o “pró-emancipação” que realizou diversas viagens a São Paulo e estabeleceu apoios políticos. Sem dúvida, o grupo era formado, majoritariamente, por brasileiros, com o apoio de vereadores de Artur Nogueira e Jaguariúna³⁴. Souza Júnior (1998) afirma que “o único núcleo que tinha essas características no estado era Holambra, o que custou não pouco esforço por parte dos integrantes do grupo ‘pró-emancipação’” (p. 19). Por fim, o projeto de lei foi apresentado e aprovado. Dois anos depois, em 27 de outubro de 1991, a população de Holambra participou do primeiro plebiscito popular que contou com 2.525 eleitores aptos. Na ocasião, aprovou-se a emancipação da colônia, com 98% dos votos (WIJNEN, 2012, p 310).

A primeira gestão municipal, iniciada em 1993, foi administrada pelo então prefeito, o ex-vereador de Artur Nogueira (1989-1992), Celso Capato, acompanhado do imigrante Pedro Weel, como vice-prefeito. A Câmara Municipal foi composta por nove membros, dos quais, apenas dois eram descendentes de holandeses, sendo eles: André Graat e Geraldo van Schaik. A parceria Capato e Weel utilizou do discurso da união entre holandeses e brasileiros para promover a campanha. A gestão municipal, nesta época, realizou investimentos e melhorias na área da saúde (com a ampliação do posto médio), e segurança, seguidos por investimentos em infraestrutura urbana e educação. Nesta época, o centro da colônia teve as principais ruas asfaltadas, obtendo melhoramentos na iluminação pública e nas redes de telefonia, água e esgoto (WIJNEN, 2012, p. 315).

~

³⁴ Integrantes da Comissão Pró-emancipação: Enivaldo Lobo, Dick Schoenmaker, Zélia Castanho, Marcelo Schut, Iran Brunhani, Antonio Marino Brandão de Almeida e Oriovaldo Venturini (WIJNEN, 2012, p. 311).

Figura 34 - À esquerda, Celso Capato e à extrema direita, Pedro Weel.



Fonte: TF1A24216, *Pictures of Catholic Life*, Catholic Documentation Centre³⁵.

Embora a presença da comunidade holandesa tenha se dado na primeira vice-prefeitura, na figura de Pedro Weel, em toda a história político-administrativa de Holambra, desde 1993, nenhum candidato de origem holandesa se candidatou ao cargo para Prefeitura. Sobre o distanciamento político dos holandeses, colaboram os autores Klein Gunnewiek (1991) Wijnen (2012) e Souza Júnior (1998), ao argumentarem que o “modelo político brasileiro” pouco interessava aos holandeses, desde o início da colonização, uma vez que, muitos desconheciam a política brasileira ou nem mesmo tinham direito ao voto no país. Segundo Wijnen, “O imigrante é por natureza um ser que não se envolve muito com política, e em Holambra não havia muitas pessoas com direito a voto, então políticos também não se envolviam com a Holambra” (2012, p. 308).

Pode-se dizer que o relativo afastamento político por parte dos holandeses se dava por causa da política interna criada pela CAPH, na época da colônia, em que as associações formadas buscavam satisfazer as necessidades e interesses da mesma. Mesmo assim, a grande maioria da população (98%) votou pela emancipação. Esta característica pode se dar também pelo fato do território da colonização haver-se dado no encontro de cinco municípios, em uma área quase inabitada, ou seja, sem uma dependência e ligação política já fortemente estabelecida; logo, isso ofereceu à Cooperativa a oportunidade em realizar um núcleo de autogestão, o que gerou a organização de uma política interna. Souza Júnior (1998) argumenta

³⁵ Disponível em: <https://geheugen.delpher.nl/nl/geheugen/view/holambra-smits-mari?query=%28cql.serverChoice+all+Holambra%29&page=1&maxperpage=36&coll=ngvn&sortfield=collection&identifier=KDC01%3A7202281>. Acesso em: 05 set. 2020.

que, para muitos imigrantes, a impressão era de que “a prática da política partidária é algo necessariamente sujo e degradante [...] existe uma impressão que a política partidária seria coisa de brasileiros, e que somente eles saberiam transitar por essa esfera de forma eficiente” (p. 11).

Uma análise bastante importante desse aspecto, é que se pode considerar a emancipação da colônia, um episódio de ruptura das estruturas políticas e sociais que a CAPH mantinha no território como administradora, não somente do aspecto econômico local, mas também político das relações internas e externas à colônia; enfim, do poder hegemônico da Cooperativa sobre o território durante aproximadamente 40 anos. Os holandeses, naturalmente, se viram afastados das decisões políticas, devido à ideia que tinham da política brasileira, e também, devido ao não direito ao voto, de muitos que não haviam requerido a nacionalidade brasileira.

Dessa forma, pode-se afirmar que houve uma quase súbita mudança da estrutura territorial, do modo cooperativista de colonização, a um modo de gestão municipal, que passou a ser regido e legislado de acordo com as jurisprudências da legislação estadual e federal brasileira, assim como por um prefeito brasileiro e uma câmara majoritariamente brasileira.

No que tange ao ambiente construído na colônia, a partir daquele momento, as áreas de uso comunitário, de propriedade da Cooperativa, assim como alguns lotes de posse dela, passaram por uma revisão. A Cooperativa viu-se obrigada a oferecer condições para que a prefeitura pudesse se instalar. Dessa forma, alguns lotes e edificações de posse da mesma foram doados ou negociados à nova prefeitura, como é o exemplo do “Convento da Ordem Franciscana”, que então, passou a ser a sede da Prefeitura. Outro exemplo é a casa, originalmente, pertencente aos presidentes Heijmeijer e Hogenboom, localizada na atual “Praça dos Pioneiros” que passou a ser de posse do município em 1998. De acordo com Wijnen (2012),

A colaboração de particulares era necessária, visto que a nova Prefeitura ainda não tinha instalações próprias ou algum espaço reservado para se instalar. A Prefeitura não dispunha de um terreno próprio. Todas as instalações eram de propriedade da Cooperativa. No decorrer do primeiro ano, a Prefeitura ganhou um escritório e uma sala de reuniões na antiga residência da família Geraldo de Wit, cujo prédio serviu provisoriamente como prédio da Prefeitura de Holambra (p. 313-314).

Pode-se perceber que a comunidade agiu em sentido coletivo para montar a Prefeitura, uma vez que esta não apresentava verba própria para instalação. O caráter de certa solidariedade dentro da comunidade, como visto no subcapítulo anterior em Souza Júnior (1998) e no trecho descrito por Wijnen, parece ter sido essencial nesse processo.

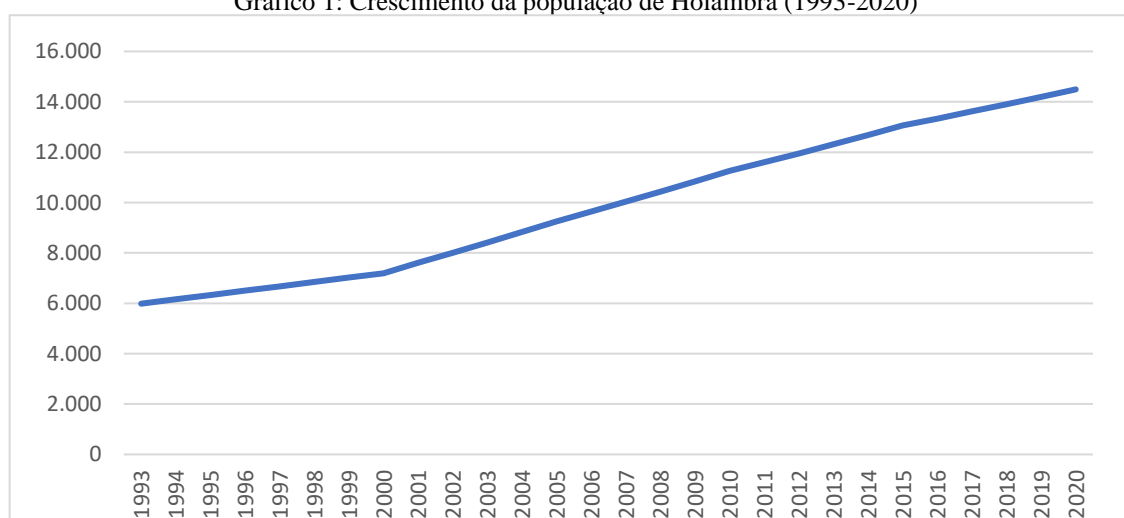
A emancipação foi seguida do crescimento populacional, assim como das novas instalações em infraestrutura urbana. Desde a estabilização econômica promovida pelas flores,

na década de 1970, Holambra passou a receber cada vez mais moradores. Na década de 1990, são estruturados nove novos bairros rurais e urbanos³⁶ destinados, principalmente, à moradia das classes média-baixa, média e média-alta (VAN DER KNAAP, 2012). Tanto trabalhadores formais e públicos, quanto empresários, buscaram, nesta época, moradia em Holambra, dado que, se tratava de um município novo, com grande possibilidade de expansão urbana.

A curva de crescimento populacional, por sua vez, ganha inclinação a partir dos anos 2000, como demonstra o gráfico 1, devido ao loteamento do bairro “Imigrantes”, sendo destinado, principalmente, a famílias de classe média-baixa, o que atraiu grande número de interessados para estabelecerem residência na cidade. Dados demográficos do IBGE demonstram que, entre 1993 e 2003, a população de Holambra cresceu 71%, alcançando o dobro de sua população em cerca de 20 anos (1993-2013).

Na atualidade, a taxa geométrica de crescimento anual da população ao ano³⁷ de Holambra, projetada pelo SEADE (2020), no período 2010-2020 é 2,56% a.a., sendo da Região de Governo (Campinas) de 1,23% a.a. e da Região Administrativa (Campinas) de 1,07% a.a.. Em relação aos municípios limítrofes a Holambra, os mesmos dados apontam: Artur Nogueira (1,79% a.a.); Santo Antônio de Posse (1,03% a.a.); Cosmópolis (1,96% a.a.); Jaguariúna (2,19% a.a.) e Paulínia (2,53% a.a.)³⁸. Entre esses municípios, Holambra é, portanto, o município cuja taxa de crescimento da população ao ano é a mais acentuada.

Gráfico 1: Crescimento da população de Holambra (1993-2020)



Fonte: Elaborado pelo autor com uso de dados do IBGE (2020).

³⁶ São eles: Morada das Flores (1995); Flamboyant (1995); Parque dos Ipês (1997); Jardim das Tulipas (1998); Parque Residencial Groot (1996); Palm Park (1998); Vila de Holanda (1997); Colinas do Camanducaia (1995) e Vila Nova (1995).

³⁷ Expressa, em termos percentuais, o crescimento médio da população em determinado período de tempo. Geralmente, considera-se que a população experimenta um crescimento exponencial ou geométrico (SEADE, 2020).

³⁸ Fundação SEADE (2020). Disponível em: <https://perfil.seade.gov.br/>. Acesso em 09 nov. 2020.

A expansão populacional atual e dos últimos 20 anos tem sido acompanhada da expansão da zona urbana, principalmente, pela implantação de condomínios de médio-alto e alto padrões. Esses complexos residenciais são, em sua maioria, fechados por muros ou cercas e prometem oferecer aos moradores equipamentos privados de esporte, lazer e segurança vigiada durante 24 horas por dia.

Holambra se tornou, ao longo dos anos, de certa forma, aquilo que se caracteriza como uma cidade do interior segura, tranquila e organizada e de apelo europeu, que atraiu o estabelecimento de primeiras e segundas residências para camadas sociais das elites regionais, uma vez que sua localização permite um rápido acesso aos grandes centros urbanos próximos, como Campinas e São Paulo, assim como apresenta uma certa oferta de bens e serviços locais, como bares e restaurantes, academias de ginástica, centros de estética e beleza, supermercados, escolas primárias e secundárias, serviços médicos privados, etc., cada vez mais especializados (VAN DER KNAAP, 2012).

Figura 35 - Condomínio residencial fechado em Holambra/Jaguariúna à esquerda e bairro Groot à direita.



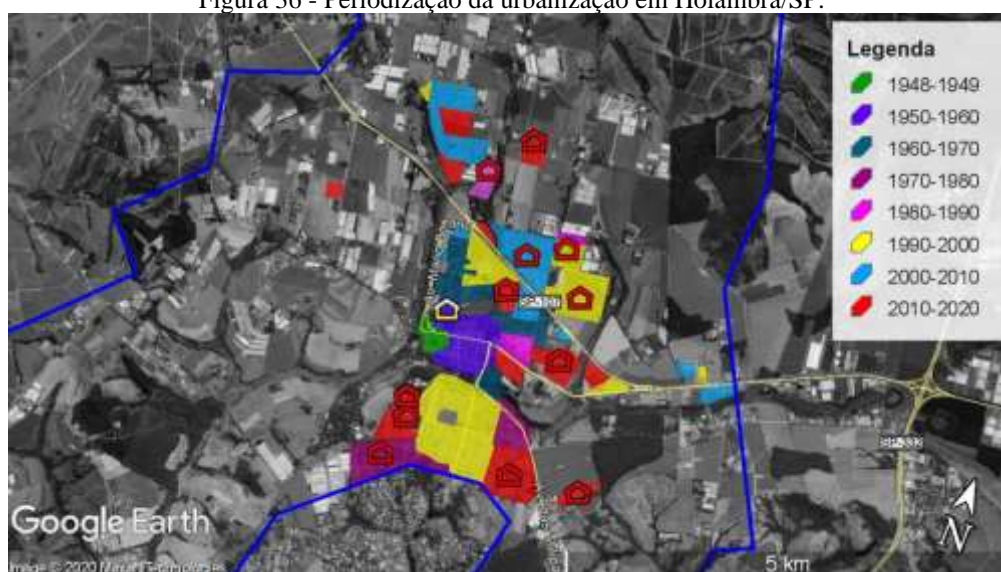
Fonte: Google Earth Pro.

A quantidade relativamente alta de condomínios surgidos em Holambra é aferida por Eltink & Otero (2016). Segundo eles, os condomínios residenciais fechados que se encontravam em previsão de construção, em 2016, poderiam “[...] abrigar um contingente populacional equivalente a 46,4% da população residente em Holambra no ano de 2010 (11.299 habitantes)” (p. 71), ou seja, cerca de 5.240 novos moradores, somente nestes condomínios. Além disso,

para eles, as barreiras urbanas causadas pelo amuralhamento desses condomínios fechados, ao longo dos anos, “contribui à fragmentação e à desconexão entre as porções do território, pensadas que são, a partir do interesse econômico representado pelo empreendimento” (ELTINK & OTERO, 2016, p. 78).

Uma periodização do surgimento dos bairros é realizada por Eltink & Otero (2016), em que, afirmam que o núcleo urbano se desenvolveu ao redor da Cooperativa, com a criação do ‘Centro’ e o ‘Loteamento Holambra’, totalizando 280 lotes até 1970³⁹. A figura 36 abaixo, apresenta trechos urbanizados⁴⁰ ou relativamente urbanizados em períodos por década, na principal mancha urbana. Na figura, o único período retratado com intervalo de dois anos (1948-1949), hachurado na cor verde, representa o local da sede da Fazenda Ribeirão, quando da chegada dos imigrantes holandeses. As marcações com casinhas na cor vermelha indicam os condomínios residenciais fechados construídos, já em operação. Uma única casinha na cor branca, indica outro que está em processo de implementação, bem ao lado direito do trecho de ocupação inicial (1948-1949).

Figura 36 - Periodização da urbanização em Holambra/SP.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de Van der Knaap (2012) e da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra com uso do Google Earth Pro.

³⁹ Entre 1970 e 1991, foram entregues mais 380 lotes, criando os bairros: “Vila Nova, Centro Social Holandês, Jardim Holanda e os Condomínios Filhos do Sol e Duas Marias” (OTERO & ELTINK, 2016, p. 69). Entre 1995 e 1998, a construção dos bairros “Morada das Flores, Jardim das Tulipas, Jardim Flamboyant, Jardim Residencial Groot, Parque dos Ipês, os Condomínios Vila de Holanda e Palm Park e mais alguns lotes no centro” (Idem, ibidem), totalizaram 1660 lotes. Entre 2000 e 2013, houve um acréscimo de 1100 lotes, dos bairros “Parque Residencial dos Imigrantes, Condomínio Residencial Nova Holanda e Girassóis de Holanda” (Idem, ibidem).

⁴⁰ Por trechos urbanizados compreende-se as áreas que obtiveram investimentos públicos ou privados de infraestruturas urbanas como iluminação pública, redes de energia e canalização de água e esgoto, coleta de resíduos, asfaltamento de vias etc. e consequente adensamento populacional.

Esse novo condomínio a ser construído, com lote localizado na Avenida Maurício de Nassau, foi visitado pelo autor em 14 de junho de 2019. Ele é um exemplo dos impactos provocados por esses empreendimentos nas zonas de importância histórica e ambiental na cidade de Holambra na atualidade. O autor teve a oportunidade, de ter contato permanente, desde 2016, com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Holambra (CMDU), de caráter consultivo obrigatório ao município, que é formado por voluntários. Esse grupo se reúne a cada 15 dias para discutir e avaliar projetos de implementação imobiliária, rodoviária e urbanísticas em geral, como redes de captação de água e tratamento de esgoto.

Em algumas dessas reuniões teve a oportunidade em participar da avaliação dos projetos de implantação de vários condomínios residenciais. Em um deles, mais recentemente, tratava do impedimento da implantação do condomínio no lote na Avenida Maurício de Nassau, nº 1116 (indicado na figura 37 com a casinha branca), como aponta o detalhe da imagem aérea na figura abaixo.

Figura 37 - Localização da propriedade da família Lietjens no centro de Holambra.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Essa propriedade pertenceu à família Lietjens desde o início da década de 1950, sendo a casa da família um grande representativo das edificações residenciais do início da colonização holandesa, como veremos com mais detalhes no capítulo 4. O impedimento se deu no âmbito ambiental, uma vez que o projeto previa o desmate de uma área de manancial. Na ocasião à visita à casa da família, fui recebido pelo neto do proprietário original, o senhor João Lietjens.

O Sr. Lietjens foi diretor financeiro da CAPH, juntamente a Heijmeijer. A construção de sua casa se deu ao lado da casa dos presidentes, essa localizada na atual Praça dos Pioneiros. A propriedade foi colocada à venda em 2019.

A figura 38 apresenta alguns registros da edificação. Notou-se a boa preservação das características originais na atualidade. Ao conversar com o neto do sr. João, que morava na casa até então, foi-lhe perguntado o motivo da venda da propriedade, e a resposta, foi que a família não podia mais arcar com os altos custos de IPTU, pela casa estar localizada na zona urbana e o dinheiro resultante da venda seria necessário à família.

Figura 38 - Casa da Família Lietjens na Avenida Maurício de Nassau.



Fonte: João Luiz van Ham Mello

O terreno tem aproximadamente 16.000 metros quadrados, e estava sendo vendido pelo valor de R\$16.000.000,00 (dezesesseis milhões) de reais por uma empresa imobiliária da cidade. Em contato com tal imobiliária, questionou-se ao atendente a possibilidade de demolição do edifício principal. A resposta foi que sim, que não haveria impedimentos legais em relação ao imóvel, sendo possível sua demolição. O valor, claramente, se destina a realização de um empreendimento residencial que visaria aniquilar as características da propriedade para a implantação de um condomínio completamente novo.

O crescimento urbano pode ser visto como o resultado da busca por qualidade de vida pelos novos moradores, sendo esse, um dos pontos centrais na valorização de terrenos e imóveis

ao longo dos anos em Holambra. Se podemos medir qualidade de vida através de índices estatísticos, os dados do PNUD⁴¹ revelam que o índice de desenvolvimento humano – IDH (que mede o grau de desenvolvimento das populações baseado em estatísticas de renda, educação e saúde) de Holambra foi, em 2010, de 0,793, valor considerado alto, uma vez que, o IDH brasileiro era 0,744, e do estado de São Paulo de 0,783 (PNUD, 2010).

Em 2010, Holambra ocupava o 32º lugar no *ranking* dos IDHs municipais do estado de São Paulo (PNUD, 2010). O Índice Paulista de Responsabilidade Social coloca Holambra no “Grupo 1”, categorias dos municípios com nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais.

Além deste, o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, aponta que 92,1% da população holambrense apresentava em 2010, baixíssima, muito baixa ou baixa vulnerabilidade social (SEADE, 2014). Além disso, o pequeno porte do município, sua acessibilidade aos grandes centros urbanos e o valor turístico da cidade também se apresentam como definidores da demanda de novos moradores.

Se tais dados podem nos indicar a qualidade de vida no município, como sendo de elevado padrão, uma análise sobre a gestão urbana indica uma outra realidade. Eltink & Otero (2016) argumentam que, muitos novos bairros surgiram de maneira aleatória na cidade, gerando um “[...] território fragmentado e descontínuo, cujos impactos na estrutura urbana da cidade só não foram maiores devido ao pequeno porte do município” (Idem, *ibidem*). Os autores acreditam ainda que, “as legislações municipais de regulação do uso e ocupação do solo apresentam-se frágeis e genéricas, mostrando-se incapazes de controlar e orientar a produção do espaço urbano a partir dos interesses coletivos” (p. 78).

De forma geral, pode-se dizer que, no Brasil, essa realidade se prolifera de maneira ampliada em quase todos os estados e municípios, sendo praticamente indiferente o tamanho de sua população ou localização. Mostram-se incapazes de controlar o interesse das grandes, médias e pequenas empreiteiras de condomínios, dando vazão a empreendimentos que pouco procuram mitigar impactos negativos inerentes às cisões sociais e paisagísticas que geram através da modernização dos espaços.

Outros impactos podem ser medidos no meio ambiente, na mobilidade urbana e na própria estrutura social, principalmente, ao que diz respeito à segregação socioespacial. Segundo Castriota (2009), “Em nosso continente, onde coexistem múltiplas lógicas de

⁴¹ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.pnud.org.br>. Acesso em: 20 de out. 2020.

desenvolvimento, a economia e a política seguem perseguindo, de forma atabalhoada, objetivos modernizadores, sem submeter esses ideais à necessária crítica” (p. 83). Além disso, Castriota afirma que,

[...] com a vitória do capitalismo, e principalmente, com seu desenvolvimento mais recente, passa a predominar na ocupação urbana quase que unicamente o valor econômico-especulativo, em detrimento de todos os outros valores humanos, simbólicos e políticos etc. A terra passa a ser vista agora como mais um bem especulativo, o que provoca resultados desastrosos em termos de qualidade de vida das cidades (CASTRIOTA, 2009, p. 88).

Assim, pode-se inferir que há dificuldades, por parte do governo, seja ele municipal, estadual ou federal, mas também das sociedades, em tomar decisões que orientem em relação à renovação da paisagem urbana, em detrimento das escolhas e interesses imediatos e pessoais, a fim de se construir cidades com melhor qualidade de vida, com interlocução entre a infraestrutura, o lote, a edificação, a linguagem urbana, os usos, o perfil histórico e a paisagem natural (CASTRIOTA, 2009). A fragilidade nas políticas municipais em Holambra, devidamente colocadas por Eltink e Otero, é presente também no âmbito do patrimônio cultural, como veremos pouco mais detalhadamente no próximo capítulo.

3. LEGISLAÇÕES E AÇÕES LOCAIS NO ÂMBITO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

O trabalho debruçou-se até aqui, ao entendimento das dos processos sociais, políticos do surgimento e desenvolvimento da ex-colônia, atual cidade de Holambra. Neste capítulo, o intuito é demonstrar de que forma a legislação municipal e a ação da sociedade civil organizada se colocam, em relação à preservação do passado e da memória da colonização holandesa frente aos impasses do desenvolvimento econômico, populacional e turístico.

No primeiro subcapítulo “A Legislação Municipal no Âmbito do Patrimônio Cultural” demonstra-se quais são e como são as políticas municipais no que diz respeito ao reconhecimento e proteção do patrimônio cultural referente à colonização holandesa. Seguido deste, o segundo subcapítulo “A musealização de bens culturais móveis e imóveis, apresenta a atual situação do Museu Histórico de Holambra, enquanto peça fundamental da “musealização” do passado da colonização.

3.1. A legislação municipal no âmbito do patrimônio cultural

A legislação municipal em Holambra apresenta, em geral, diretrizes rasas para a preservação do patrimônio cultural. A primeira que se apreende é de 1994 (Lei nº 141/94), definindo a criação do Conselho Municipal de Cultura, enquanto agente fiscalizador do Departamento de Cultura, Turismo e Esportes, à época. Após isso, em 2006, duas leis foram aprovadas no município: Lei nº 563/2006 e a Lei nº 564/2006, ambas do dia 10 de julho. A primeira “dispõe sobre a proteção e preservação do patrimônio histórico, artístico, estético, paisagístico, arquitetônico, arqueológico, documental, cultural e ambiental” (HOLAMBRA, 2006a). A segunda “cria o conselho municipal de defesa do patrimônio histórico, cultural e ambiental da estância turística de Holambra” (HOLAMBRA, 2006b).

Embora tais leis hajam sido aprovadas em 2006, elas não representam quaisquer movimentos práticos em direção a identificação e preservação do patrimônio. São como leis fantasmas. A fantasmagoria, pode ser explicada em parte, pela aprovação no ano seguinte, 2007, do primeiro Plano Diretor municipal. Pode-se entender que tais legislações foram criadas, então, somente a fim de que o Plano Diretor fosse aprovado, uma vez que, segundo Castriota (2009),

[...] a preservação dos bens culturais, especialmente daqueles bens edificados de interesse histórico ou arquitetônico, configura-se, de fato, como um dos requisitos para o cumprimento da função social da propriedade, preconizada pela Constituição Federal, devendo necessariamente ser tratada no Plano Diretor (CASTRIOTA, 2009, p. 181).

De fato, o que ocorre, é que após a criação da legislação (HOLAMBRA, 2006a; 2006b), que daria condições para a identificação e preservação de bens culturais, nenhum outro movimento foi realizado no sentido de criar efetivamente o conselho municipal de defesa do patrimônio histórico, cultural e ambiental, seguido de suas obrigações legais, como o inventário dos bens culturais e a criação dos livros de registro, tombamento, etc. Na atualidade, verifica-se que o fantasma na legislação do patrimônio ainda sonda: os departamentos da gestão municipal da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, atualmente, (2016-2020) são⁴²:

- Administração e Recursos Humanos;
- Agricultura e Meio Ambiente;

⁴² PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA. Disponível em: <http://www.holambra.sp.gov.br/>. Acesso em: 06 jun. 2019.

- Assuntos jurídicos;
- Comunicação e Tecnologia da Informação;
- Desenvolvimento e Habitação;
- Educação;
- Esportes;
- Finanças e Contabilidade;
- Obras e Desenvolvimento Urbano e Rural;
- Parques e Jardins;
- Promoção Social;
- Saúde;
- Segurança e Trânsito;
- Serviços Públicos;
- Turismo e Cultura.

Parte do texto descritivo das pastas, disponível na página *web* do “Departamento de Turismo e Cultura”, que trata de apresentar as atividades do mesmo, contém os seguintes dizeres:

O departamento de Turismo e Desenvolvimento Econômico tem por finalidade desenvolver políticas públicas visando o incremento das atividades turísticas do município, **tendo como princípios a preservação do patrimônio histórico, cultural e ecológico de Holambra** (grifo nosso)⁴³.

Percebe-se no trecho que o “Departamento de Turismo e Cultura” (é subscrito como “Departamento de Turismo e Desenvolvimento Econômico”), diz seguir os princípios baseados na preservação do patrimônio histórico, cultural e ecológico, algo que não condiz com os fatos evidenciados ao longo desse trabalho.

A fim de tornar a legislação municipal no âmbito do patrimônio cultural mais evidente, realizou-se a leitura das principais leis e planos municipais que contêm textos relacionados a esse tema. Além das leis já tratadas, o Plano Diretor Municipal de 2007, a Lei Orgânica de 2008 e o Plano Diretor de turismo de 2018. No Plano Diretor de 2007, a preservação do patrimônio cultural é abordada em alguns incisos do documento, muito embora, eles são, textos generalizados que não atribuem ações concretas para cumprimento dos objetivos. Na Lei Orgânica, percebe-se uma especificação sobre o patrimônio cultural municipal mais detalhada no artigo nº 232:

Constituem patrimônio cultural municipal, os bens de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referências a entidades, a ação e a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade nos quais se incluem:

- I- as formas de expressão;
- II- as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- III- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações, artísticas, culturais realizadas no Município;

⁴³PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA. Disponível em: <http://www.holambra.sp.gov.br/departamento/2/turismo-e-cultura.html>. Acesso em: 6 junho 2019.

IV- os conjuntos urbanos, sítios de valores histórico, paisagístico, arqueológico, paleontológico, ecológicos e científicos (HOLAMBRA, 2008).

Apesar do detalhamento, o que se vê até a atualidade é um não endereçamento próprio das “formas de expressão”, das “obras, objetos, documentos, edificações” e “conjuntos urbanos” etc. Nesse sentido, a legislação municipal no âmbito do patrimônio cultural é ineficiente ao não exercer suas obrigações previstas em lei, uma vez que tais definições não se deram. O Plano Diretor de Turismo (2018) apresenta um certo posicionamento a respeito das edificações históricas, ao dizer da necessidade de proteção efetiva do patrimônio cultural, mas também não define estratégias para tal.

Por fim, pode-se afirmar que a legislação para o patrimônio cultural em Holambra é deficiente e rasa no endereçamento das ações a serem efetivadas para cumprimento das obrigações previstas por elas. Até a atualidade, nenhuma edificação ou conjunto urbano foi objeto do inventário técnico, nenhum conselho foi formado, os livros de registro e tomo não foram criados, assim qualquer bem cultural material está passível de ser descaracterizado ou demolido. Não existe, por fim, uma definição sobre qual o patrimônio cultural deve/pode ser preservado; esse trabalho nunca foi realizado em Holambra.

O subcapítulo seguinte, demonstra a forma com que os bens culturais móveis foram “musealizados” em detrimento da emancipação da colônia. Veremos de que forma o Museu Histórico de Holambra também apresenta dificuldades e privações em relação a preservação dos bens culturais da colonização holandesa.

3.2. A musealização de bens culturais móveis e imóveis

No âmbito dos bens culturais móveis, o Museu Histórico de Holambra, inaugurado em 1988, expõe e guarda documentos, fotografias, móveis, tratores, charretes, objetos pessoais e quadros informativos, como forma de preservar esse passado da colonização e oferecer informações culturais dos Países Baixos aos visitantes. Duas cópias de casas dos colonos foram construídas a fim de materializar o fragmentário ambiente construído da colonização. Uma delas é a “Casa do Colono” que retrata as casas do Bairro da Cegonha, originalmente de 1949, que foram totalmente demolidas no início dos anos 2000; a outra réplica diz respeito às casas de pau-a-pique, reformadas pelos primeiros imigrantes, como moradias provisórias ainda em 1948.

Atualmente o Museu é mantido e administrado pela Associação Cultural do Museu Histórico de Holambra, um grupo de voluntários, sendo a maioria descendentes de holandeses

com mais de 50 anos, que delibera a respeito da visitação, museografia e acervo. Conta com um enxuto corpo de funcionários que realiza tarefas como recepção, limpeza e manutenção. Há também uma historiadora brasileira que realiza o trabalho de organização do acervo, catalogação etc.

A organização geral do museu remete a um “gabinete de curiosidades”⁴⁴ da imigração holandesa. O Museu cuja organização e manutenção se dá torno da Associação, demonstra a independência desta em relação ao poder público municipal, mas também uma evidente falta de diálogo e compromisso de ambos com a preservação desses bens culturais, que são parte da história local. Em variadas visitas que foram realizadas ao Museu, em 2018 e 2019, pôde-se perceber que os acervos documentais materiais não apresentam métodos de conservação e armazenagem adequados aos parâmetros atuais de conservação documental. Embora isso ocorra, verificou-se que parte do acervo está em processo de digitalização e arquivamento digital – em parceria com o Serviço Nacional para o Patrimônio Cultural, do Ministério da Educação, Cultura e Ciência do Reino dos Países Baixos – sendo armazenados pelo acervo denominado, em português “Coleção Países Baixos: Museus, Monumentos e Arqueologia”⁴⁵.

O Museu de Holambra tem uma coleção de aproximadamente 3.000 fotografias que datam desde a saída dos holandeses dos Países Baixos em 1948, assim como uma coleção de centenas de páginas de um jornal da colônia, o “*De Nieuwste Eeuw*” (O Novo Século), todos em holandês, entre demais arquivos, oriundos das famílias e da Cooperativa que acabaram doando móveis, fotografias, documentos (passaportes), máquinas agrícolas, instrumentos de trabalho, charretes e demais itens pessoais ao acervo.

Uma informação interessante é que muitos documentos com o tema “Holambra” estão armazenados sob domínio de instituições holandesas, em sites de consulta de arquivos digitais, como o “Memória dos Países Baixos”⁴⁶, que disponibiliza 190 fotografias da colônia brasileira, muitas delas são descritas como parte do Centro de Documentação Católica da Universidade Radboud, em Nijmegen, nos Países Baixos. Muitos jornais de época, de circulação rural e urbana também apresentam novas informações e interpretações da colonização. Parece nesse sentido, que muitas vezes, os Países Baixos, a partir de suas universidades principalmente, estão

⁴⁴ “Existentes por toda a Europa, durante os séculos XVI e XVII, coleções de objetos raros ou curiosos receberam o nome de Gabinetes de Curiosidades ou Câmaras de Maravilhas, em alemão *Kunst und Wunderkammer*” (RAFFAINI, 1993, p. 159).

⁴⁵ Tradução livre. Denominação original: “*Collectie Nederland: Musea, Monumenten em Archeologie*”. Disponível em: <https://www.collectienederland.nl/>. Acesso em: 04 nov. 2020. Disponível em: <https://www.collectienederland.nl/>. Acesso em: 31 de out. 2020.

⁴⁶ Tradução livre. Denominação original: “*Het Geheugen*”. Disponível em: [https://geheugen.delpher.nl/nl/geheugen/results?query=\(cql.serverChoice+all+Holambra\)&page=1&maxperpage=36&coll=ngvn](https://geheugen.delpher.nl/nl/geheugen/results?query=(cql.serverChoice+all+Holambra)&page=1&maxperpage=36&coll=ngvn). Acesso em: 04 nov. 2020.

mais cientes da necessidade de preservação de tal patrimônio, pelo menos em meio digital, do que a própria sociedade de Holambra.

Faço questão em enfatizar: Holambra, atualmente, não apresenta condições adequadas de conservação de seu patrimônio material. Pode-se dizer que toda essa responsabilidade foi entregue nas mãos do Museu que, sempre dependeu do trabalho de poucas pessoas – essas, muitas vezes, não familiarizadas com o manejo técnico de documentos e conservação – sendo um processo bastante orgânico, sem muito conhecimento especializado, ao “musealizar” os bens culturais móveis que foram recebendo ao longo dos anos.

Uma análise interessante nesse sentido, é que se pode dizer que a colônia sofreu uma “musealização”⁴⁷ quando de sua emancipação, uma vez que o museu tem início em 1988 e a emancipação se dá efetivamente em 1991. Pode-se afirmar que uma parte dos bens culturais móveis, tidos como de importância histórica, foram realocados, de onde originalmente, ou temporariamente estavam, para compor o acervo do Museu.

Depois das várias demolições, no que entendemos como o ambiente construído da colonização a partir, principalmente, dos anos 2000, resolveu-se pela construção das duas réplicas de casas, como forma de mitigar as demolições dos bens imóveis pela cidade. Também há uma maquete da casa sede da Fazenda Ribeirão e junto a ela, alguns tijolos originais dela. Em 2018, construiu-se um pequeno cômodo que retrata com painéis de lona impressos com fotos da primeira igreja da colônia, a conhecida “Igreja Velha”, como tentativa de representar a edificação que foi massivamente descaracterizada ao longo dos anos, ao tornar-se depósito de materiais da Cooperativa, sendo totalmente demolida em julho de 2020. Alguns móveis originais da igreja se encontram dispostos ali dentro, assim como a torre sineira no telhado que, salvo engano, é uma reprodução da torre original que também se perdeu com o tempo.

⁴⁷ LOUREIRO, 2007; CARVALHO, 2011.

Figura 39 - Reprodução da “Igreja Velha” com torre sineira, na entrada do *Photo Hall* do Museu Histórico de Holambra.



Fonte: *Website* do Museu Histórico de Holambra⁴⁸

Embora haja uma evidente tentativa de recriação de um passado mais fidedigno da colônia no espaço museal, e ao mesmo tempo, a infraestrutura para a conservação dos documentos seja inadequada aos padrões atuais, certas características lhe conferem autenticidade enquanto instituição cultural. Por fim, há de se ressaltar que o Museu se mantém, financeiramente, somente pela venda de ingressos aos visitantes que o visitam, sendo a Expoflora, o grande evento anual que representa a mais importante entrada de divisas.

Mostrou-se relevante ao estudo analisar a situação encontrada, atualmente, naquele que é o principal suporte material da memória e dos bens móveis da colonização holandesa em Holambra. Vimos que parte dos bens culturais móveis acabaram sendo centralizados no museu, como forma de garantia de sua permanência no tempo. Por outro lado, os bens imóveis ficaram à revelia das transformações urbanas causadas, principalmente, pelas transformações de uso, tornando-se, portanto, alvos das consecutivas renovações, sob risco iminente de serem drasticamente modificados e destruídos.

Como visto, tanto em relação à legislação municipal, quando aos possíveis atores responsáveis por esse patrimônio cultural, as ações de salvaguarda são deficientes ou mesmo inexistentes, ao considerarmos as ações do poder público, como vimos. Apesar disso, tal

⁴⁸ Disponível em: <http://www.museuholambra.com.br/posts.php?id=74>. Acesso em: 09 nov.2020.

realidade torna possível a exploração dessa lacuna científica, de pesquisa de identificação e categorização dos bens culturais imóveis locais. O próximo capítulo pretende preencher, parcialmente, tal lacuna do conhecimento.

4. O CONJUNTO ARQUITETÔNICO DE BENS CULTURAIS IMÓVEIS DA COLONIZAÇÃO HOLANDESA E SEU ESTADO DE PRESERVAÇÃO ATUAL

Neste capítulo pretende-se levantar os indícios que sustentam a hipótese da existência de um relativamente extenso conjunto arquitetônico de bens culturais imóveis relacionados à colonização holandesa em Holambra. Para isto, utiliza-se, em grande parte, de fotografias, planos arquitetônicos e documentos do acervo do Museu Histórico de Holambra.

Acredita-se que, mais do que considerar as edificações em sua unicidade, as mesmas devem ser compreendidas em sua complementaridade em relação às demais, pois, o conjunto arquitetônico analisado é resultado da organização social da comunidade da colônia de Holambra que apresenta características estéticas de uso e ocupação, diretamente relacionadas às condições, necessidades e objetivos da CAPH e da comunidade holandesa no período de 1950 a 1970. As edificações apresentam homogeneidade e estética, com características bastante marcadas do processo de assentamento, que foi altamente orientado e supervisionado.

Assim, o primeiro subcapítulo “Aspectos da paisagem cultural da colonização holandesa” delinea alguns aspectos morfológicos da formação da paisagem da colônia. O segundo subcapítulo “Identificação preliminar do conjunto arquitetônico da colonização holandesa em Holambra” apresenta os principais conjuntos de bens culturais imóveis em cinco categorias apontadas pelo autor.

As informações levantadas configuram uma base para uma investigação futura mais detalhada e aprofundada para cada um dos edifícios ou grupos de edifícios, ao buscar pelas evidências do conjunto arquitetônico e reconhecer suas principais características construtivas, estéticas e de uso e ocupação.

Além disso, é parte da construção desse conhecimento, compreender suas modificações parciais ou totais ao longo das décadas e na atualidade. O último subcapítulo “Panorama do estado de preservação atual dos grupos de edificações” apresenta uma visão geral do atual estado de preservação dos bens culturais imóveis a partir de uma escala de cores, definida a partir das características atualmente observadas.

4.1. Aspectos da paisagem cultural da colonização holandesa

No resgate de relatos e trechos de obras de referência, vemos que a colônia de Holambra guarda aspectos específicos de uma interação entre sociedade e natureza de características modernas, ainda que num ambiente rural, sendo pulverizados por todo o território da colônia.

É apoiado nas afirmações de alguns autores principais do estudo, que encaramos a ex-colônia de Holambra “como o mais importante estabelecimento de imigrantes holandeses em grupo, nos últimos anos em todo mundo”⁴⁹, determinando “claramente, o surgimento de um novo padrão de povoamento e de nova tipologia de uso de solo [...] não só em seus aspectos formais, como também em seu dinamismo, refletido nos sistemas agrários, por exemplo⁵⁰”; [sendo] “originalíssima em sua concepção e em sua vida comunitária”⁵¹, baseadas “[...] em uma filosofia quase que coletivista”⁵², contribuindo para que pudesse,

[...] praticar uma agricultura moderna para a qual estavam, desde o início da colônia, relativamente bem preparados em termos técnicos [o que permitiu] formar um importante ‘parque industrial’ que deu força financeira e empresarial à cooperativa e, por consequência, também aos associados (HERBERS, 1989, p. 243).

Sendo por fim, “um lugar onde Holanda e Brasil se misturam como em poucos outros”⁵³ que com o tempo “foi crescendo e introduzindo um importante fator de inovação tecnológica regional”⁵⁴. Souza Júnior (1998) compreende algumas características da formação da paisagem cultural da colônia Holambra. Segundo ele, a “paisagem holambresa” é constituída de “[...] uma sobreposição de paisagens, cada uma delas enraizada em diferentes períodos históricos da ocupação humana da região” (p. 85). Quando da chegada dos grupos de imigrantes holandeses, a paisagem da Fazenda Ribeirão era composta por “pastagens entremeadas por áreas de mata virgem, essa geralmente restrita as margens dos riachos que irrigavam os campos e brotavam das grotas mais profundas [...]. Além disso, apenas poucas construções: a sede da fazenda, galpões, algumas casas de pau-a-pique que abrigavam os vaqueiros” (p. 85).

Deste momento em diante, começaria então, a construção de uma paisagem diferenciada em relação ao entorno regional. Segundo Souza Júnior (1998), o assentamento dos imigrantes

⁴⁹ ABREU, 1971, p. 10

⁵⁰ Idem, p. 111

⁵¹ SOUZA JÚNIOR, 1998, p. 104

⁵² Adilson Avansi de Abreu *apud* MOTOYAMA, 2006, p. 663

⁵³ SMITS, 2016, p. 201

⁵⁴ ABREU *apud* MOTOYAMA, 2006, p. 664

“subverteu parcialmente” um padrão de assentamento típico da região, em que a habitação das famílias regionais se seriam localizadas geralmente o mais próximo possível do centro da propriedade, levando-se em conta o acesso à água. Na virada do século XX, no entanto, com a introdução de “bombas-carneiro”, que eram movidas pela própria força da água, a opção pelo centro da propriedade superou a questão do acesso à água, com sedes de fazendas se localizando no centro das mesmas, “à sua volta fazia-se o terreiro, uma herança da cultura do café, e depois vinham os campos de cultura, pomares e pastagens” (Souza Júnior, p. 88).

A subversão do modelo de assentamento pela comunidade de holandeses, ocorreu na medida em que esses optaram pela “localização das casas bem na beira das estradas vicinais à cujas margens se distribuía os sítios” (Idem, p. 88). Abreu (1971) também apresenta essa característica como importante na compreensão da paisagem da colonização em Holambra. Segundo ele,

A estrutura física do espaço neste núcleo de colonização reflete um planejamento geral através do qual se dispôs um conjunto de pequenas propriedades, servidas por uma rede de caminhos que convergem para um centro, o qual abriga uma série de serviços para a comunidade e que se localiza na antiga sede da Fazenda Ribeirão [...] surgem estradas ao longo das quais dispõem-se as casas e seus anexos, dando a ideia de um espaço organizado de maneira a ser aproveitado em todos seus aspectos [...] (ABREU, 1971, p. 101).

Abreu afirma em uma análise do povoamento e da rede de caminhos da colônia que a colonização “revela o caráter que separa os imigrantes de seus vizinhos”. Segundo ele, as áreas ocupadas por agricultores nacionais apresentavam “formas irregulares” ou “desorganizadas”, refletindo um fenômeno espontâneo e natural de ocupação, diferentemente das “formas organizadas”, mas “regulares” e “irregulares” definidas pelos agricultores holandeses (Idem, p. 101). As diferenças na disposição das casas ocupados por holandeses e brasileiros também são abordadas por ele:

Observa-se que os agricultores nacionais prendem-se mais aos problemas de drenagem e facilidades de circulação oferecidos pelo relevo que os holandeses, daí suas construções possuem sítios localizados de preferência em fundos de vales ou meia encosta. Já os neerlandeses localizam-se com suas construções em qualquer compartimento topográfico da região, sejam divisores, altas e médias encostas ou fundos de vales, embora as casas e seus anexos estejam de preferência situadas nas altas encostas e divisores d’água (Idem, p. 101).

Além disso, para Abreu (1971), as casas construídas pelos imigrantes holandeses, denominadas por ele, como “casa rural”, “[...] denuncia padrões ostentados por relativamente poucos no país e, raramente, fora das áreas urbanas. Embora haja diversidade de um agricultor para outros, não há nenhuma residência que possa ser apontada como de menor conforto” (p.

102). Ainda segundo Abreu, “[...] essas casas foram construídas aproveitando-se da própria experiência holandesa aliada aos característicos da região, daí, para o brasileiro que percorre a colônia a impressão de presença europeia, dada a organização do povoamento e seu aspecto atraente e estético” (1971, p. 102). Mais características dessas casas são apresentadas por ele:

Esta casa está sempre rodeada pelas demais instalações necessárias à vida rural: desde o poço d’água, até a granja e os estábulos, definindo um pequeno nódulo na paisagem, que se repete a distâncias relativamente regulares. O jardim e o pomar dão um toque na organização final do conjunto arquitetônico (ABREU, 1971, p. 102).

Abreu (1971) compreende o espraiamento dos sítios das famílias holandesas pela Fazenda que se dá, principalmente, entre 1950 e 1960, como vimos também no segundo capítulo. A paisagem da colônia se configura, dessa forma, por tal dispersão das propriedades ao longo das estradas vicinais, o que Abreu compreende como “dispersão organizada”, com ocorrências também de trechos de “dispersão desorganizada” (1971, fig. 18).

Sobre o núcleo da colônia que se dava no entorno da sede da Fazenda, o então “aglomerado organizado”, segundo o autor, “apresenta atualmente aspectos de uma pequena cidade, associando a funções tipicamente rurais, atividades que apresentam-se enquadradas nos setores secundários e terciários e que dão vida e movimento a sua rua principal” (ABREU, 1971, p. 102). Ele oferece uma impressão pouco mais detalhada do núcleo, sendo “caracterizado por uma rua principal (atual Rota dos Imigrantes, em vermelho na figura 40), ao longo da qual se alinham as construções, definindo, de certa forma, uma ‘*Strassendorf*’⁵⁵ que, com a ampliação das construções, vem perdendo esse aspecto rapidamente” (Idem, p. 103).

⁵⁵ Caracteriza-se por um conjunto de edificações que se distribuem ao longo de uma rua principal.

Figura 40 - Esboço de Adilson de Abreu do núcleo no “início” da colônia.



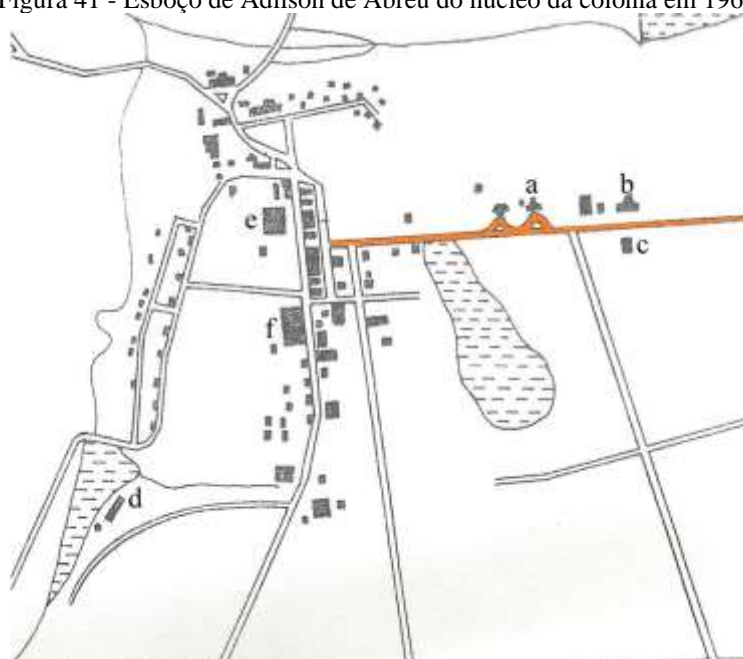
Fonte: Modificado de Abreu (1971, fig. 18).

Os conjuntos de edificações do centro da ex-colônia e dos sítios, construídos entre 1950 e 1970 – a partir das medidas tomadas pela CAPH para a habitação e o trabalho de seus cooperados, moldaram de forma característica a camada da paisagem local – sendo resultante direto do episódio histórico da colonização holandesa e sua organização social e política, como visto até aqui.

Em um segundo esboço de Abreu (1971), pode-se verificar um crescimento no número de edificações presentes no centro da colônia. Sobretudo a partir da década de 1960, alguns equipamentos de uso comunitário passaram a compor a paisagem do centro da colônia, como a sede-social do atual “Clube Fazenda Ribeirão” (a), a “Igreja Matriz do Divino Espírito Santo” (b), o Cemitério (c), a “Minipraia” (d), também muitas novas residências, como ver pode ver na imagem abaixo (figura 41).

Trata-se de um período de consolidação da paisagem da colonização tanto no centro como nos sítios, concomitante à fase do aumento das produções de flores, com mudanças, principalmente, na formação da paisagem da atual Alameda Maurício de Nassau (na cor laranja).

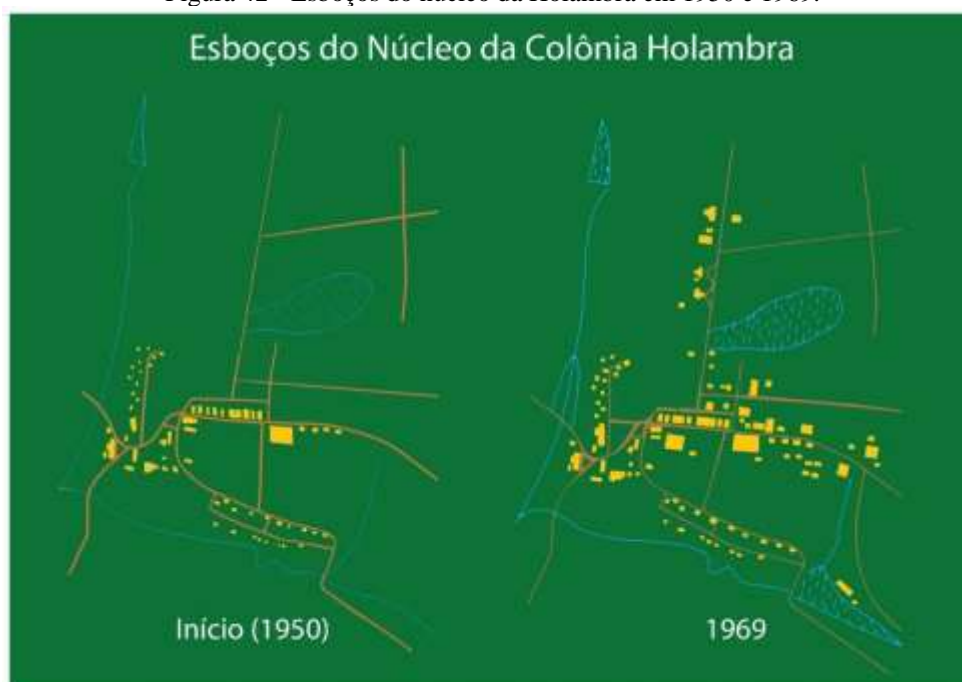
Figura 41 - Esboço de Adilson de Abreu do núcleo da colônia em 1969.



Fonte: Modificado de Abreu (1971, fig. 18).

Na imagem também é possível notar a presença da “fábrica de ração” da CAPH (e), a Escola Estadual Ibrantina Cardona (f). Abreu oferece os esboços, do núcleo da colônia, no início e no final do recorte aqui proposto. Pode-se observar na imagem a seguir, uma representação comparada dos esboços realizados por ele, que nos oferece uma ideia da evolução urbana do período.

Figura 42 - Esboços do núcleo da Holambra em 1950 e 1969.



Fonte: Elaborado pelo autor com uso dos esboços de Abreu (1971).

Esta representação é, portanto, um retrato evolutivo das edificações existentes no núcleo da colônia entre 1950 e 1970. O subcapítulo a seguir, realiza uma identificação parcial daquilo que se pode considerar como o conjunto arquitetônico relacionado à colonização holandesa no atual município de Holambra. Entre os bens imóveis pertencentes a esse conjunto, considera-se, principalmente, aqueles construídos entre os anos de 1950 e 1970.

4.2. Identificação preliminar do conjunto arquitetônico da colonização holandesa em Holambra (1950-1970).

É pelo reconhecimento das diversas origens dos povos constituintes da formação da sociedade brasileira que este trabalho objetiva identificar, ainda que de forma preliminar, o conjunto de bens imóveis da colonização holandesa em Holambra.

Há, certamente, diferentes outros bens culturais materiais e imateriais que, se assim considerados, poderiam ser identificados, compreendidos e assimilados como de importância histórica e social. Por isso, esse estudo busca restringe-se ao máximo, às edificações, nesse ponto de vista, que conformaram marcos arquitetônicos da colônia de Holambra, no período entre 1950 e 1970. Porém, veremos que, muitas vezes, as informações sobre bens posteriores ou anteriores a esse período são consideradas; uma vez que são relacionadas às edificações do período do recorte da dissertação, e não poderiam deixar de serem, pelo menos, mencionadas.

A justificativa do recorte considera, o período de 1950 a 1970, em que, aquele em que a expressão da identidade arquitetônica dessa comunidade de imigrantes foi fortemente marcada. Apresenta uma relação direta com a centralidade promovida pela CAPH no período, e a interdependência dessa com a população de imigrantes, principalmente. Muitas edificações desse período, como veremos, apresentam correspondências arquitetônicas, tanto estruturais quanto estéticas.

Para a seleção das edificações aqui mencionadas, levou-se em consideração, primeiramente, a historiografia específica que menciona as edificações ou lugares de importância para a comunidade. Em seguida, o trabalho de interpretação do espaço e da paisagem e de sua formação socioespacial foi oferecendo as condições para seleção das edificações a partir de seu uso, no período. Assim, as edificações ou conjuntos foram divididas em cinco categorias ou grupos: (1) edificações residenciais de imigrantes holandeses; (2)

edificações laborais da CAPH; (3) edificações de lazer; (4) edificações religiosas e (5) edificações educacionais.

4.2.1. Edificações residenciais de imigrantes holandeses

Esta primeira classificação, busca reunir diferentes fases construtivas das moradias de imigrantes holandeses. São edificações que foram pulverizadas por praticamente todo o território do município de Holambra, tanto na área urbana quanto na rural.

4.2.1.1. Conjunto do Bairro da Cegonha

O conjunto do Bairro da Cegonha ou *Ooivaarsbuurt* foi o primeiro conjunto de casas a ser construído na colônia. Este era formado por cerca de 12 casas unifamiliares construídas logo após a imigração de grande parte das famílias, ainda em 1949. Era localizado nas imediações à norte da sede da Fazenda. O uso das casas foi destinado, primeiramente, aos casais de imigrantes jovens que estivessem casados e pudessem ter o primogênito nestas moradias, por isso o uso do nome “cegonha” (WIJNEN, 2012).

Figura 43 - Casal jovem recém-casado dentro de uma das casas do Bairro da Cegonha.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Holambra

A construção destas casas foi realizada pelo trabalho de holandeses e brasileiros sob coordenação e supervisão da CAPH (WIJNEN, 2012).

Figura 44 - Casas do Bairro da Cegonha (década de 1950).



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Holambra.

As casas, em geral, em divididas em quatro cômodos, sendo: cozinha, copa, quarto do casal e lavanderia/banheiro. As construções eram simples, com uso de alvenaria de tijolos revestidos com cal, tendo as aberturas de portas e janelas em madeira e piso interno em cimento queimado. Na cobertura era utilizada a telha francesa, não se utilizava forro. Na cozinha era utilizado fogão a lenha com chaminé. A distribuição das casas se dava de forma a não haver uma clara separação de áreas privativas. No esboço da área realizado por Abreu (1971), pode-se ter uma noção da distribuição espacial do conjunto no núcleo da colônia em 1950.

Figura 45 - Esboço do núcleo da colônia em 1950, com destaque para o conjunto do Bairro da Cegonha.



Fonte: Adilson Avansi de Abreu (1971, fig. 18).

As casas do Bairro da Cegonha se mantiveram ao longo do tempo, com uso residencial por diversas famílias, holandesas e brasileiras, até o início dos anos 2000, quando em 2002-2003, foram totalmente demolidas para a construção de uma rotatória e a estrada vicinal Mário Bonano. As edificações ainda pertenciam à CAPH, até quando, a área foi doada à Prefeitura Municipal para a realização da obra viária. Na imagem a seguir, pode-se observar o conjunto pouco tempo antes de sua demolição e após.

Figura 46 - Imagens aéreas da área do Bairro da Cegonha (à esquerda 1999; à direita 2003).



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Holambra e Google Earth Pro (da esquerda à direita).

Por sua vez, quando da demolição do conjunto, o Museu Histórico de Holambra decidiu pela construção, em seu espaço museal, de uma réplica das casas deste bairro, como visto no subcapítulo 3.3. Na atualidade, no meio da rotatória está a “Praça da Cachoeira”, local que serve de cenário para fotos de turistas.

4.2.1.2. Conjunto do Bairro do Córrego

O conjunto do Bairro do Córrego, também conhecido como *Beekbuurt* entre os imigrantes, seguia um padrão construtivo bastante similar ao do Bairro da Cegonha. Apesar disso, o número de casas era maior, cerca de 25 unidades unifamiliares⁵⁶. As casas nesse bairro eram maiores que as do Bairro da Cegonha, podendo abrigar famílias com 4 a 8 filhos. A diferença estava no número de cômodos. O período construtivo se dá quase que concomitante ao do Bairro da Cegonha (1949-1950).

⁵⁶ KLEIN GUNNEWIEK, 1991, p. 45.

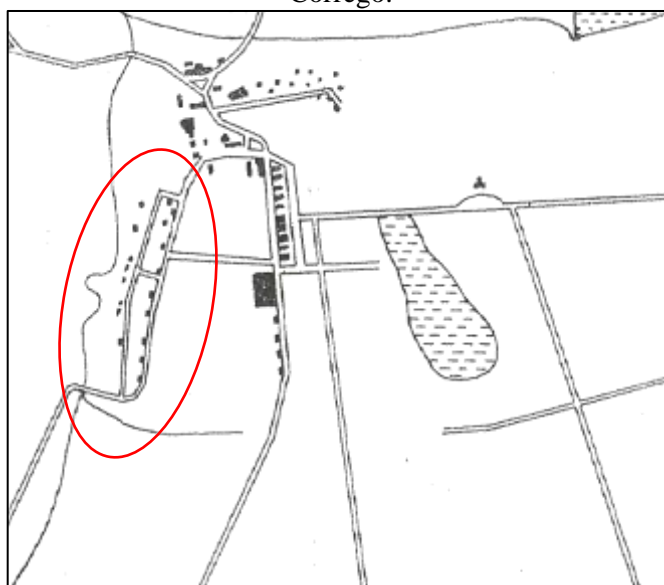
Figura 47 - Conjunto do Bairro do Córrego (1950).



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Holambra.

Segundo Klein Gunnewiek (1991), ainda em 1951, o Bairro do Córrego foi praticamente todo demolido, uma vez que os materiais foram reutilizados para construção de casas nos sítios familiares. Outra vez, no esboço realizado por Adilson de Abreu (1971), observa-se a distribuição dos mesmos no espaço da colônia (figura 48). A distribuição das casas, diferentemente do Bairro da Cegonha, se dava em duas ruas paralelas. O bairro foi construído de forma provisória, uma vez que se esperava que as famílias pudessem ocupar os sítios posteriormente, como se teve início em 1951.

Figura 48 - Esboço do núcleo da colônia em 1950, com destaque para o conjunto do Bairro do Córrego.



Fonte: Adilson de Abreu (1971, fig. 18).

Com a demolição de grande parte das casas, para o reaproveitamento dos materiais na construção dos sítios autônomos, como veremos no subitem seguinte, o Bairro do Córrego perde, em pouco tempo, suas características originais de implantação. Na década de 1970, a CAPH decide utilizar o espaço, anteriormente ocupado pelas famílias holandesas, na construção de casas para funcionários brasileiros (WIJNEN, 2012). Não se sabe precisar a quantidade de casas para funcionários que foram construídas, mas essas casas passaram então, a conformar um outro padrão de ocupação na área no centro da colônia.

Figura 49 - Casas construídas para funcionários da CAPH nos anos 1970.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Holambra.

Na atualidade, ainda pode-se perceber a existência dessas construções na paisagem, apesar de haverem sido, em alguns casos, modificadas.

4.2.1.3. Sítios autônomos de famílias imigrantes

Em setembro de 1950, 27 propriedades foram entregues aos imigrantes pela Cooperativa⁵⁷. Estes lotes tinham dimensões entre 15 e 20 ha, seguindo o plano desenvolvido pelo imigrante Jan Nabuurs⁵⁸. Aos poucos, mais propriedades foram entregues aos imigrantes, mas sobretudo a partir de 1952, quando da direção de Charles Hogenboom, que tratou de autonomizar o

⁵⁷Wijnen, 2012.

⁵⁸Wijnen, 2012.

trabalho e as moradias nos sítios. Devido a isto, “[...] em 1960 toda a área de Holambra havia sido loteada, e não havia mais possibilidade de formar novos sítios”⁵⁹.

Nesta divisão, Wijnen nota que “os holandeses tinham costume de construir suas casas nas partes mais altas dos sítios, enquanto os brasileiros preferiam as partes mais baixas, perto dos rios”⁶⁰. Além disso, devido ao loteamento das áreas, muitas famílias passaram a morar bastante isoladas, algumas moravam a mais de sete quilômetros do centro, o que exigiu novas adaptações. “Não havia eletricidade nos sítios e para o abastecimento de água, eram cavados poços. As estradas chegavam a ficar intransitáveis em dias de chuva. O cavalo com charrete era o meio de transporte mais utilizado para se chegar até o centro”⁶¹.

Figura 50 - Casa de imigrantes em sítio autônomo (Década de 1950).



Fonte: HOLAMBRA.NL⁶²

A geógrafa francesa Nadine Perrin (1957) em sua visita a Holambra realizou uma caracterização pouco mais detalhada destes sítios:

Visitar as fazendas mostra diferentes tipos dependendo da renda do proprietário e da idade da instalação. No geral, as condições do habitat são excelentes: edifícios simples, mas de boa qualidade, casas brancas com tetos e pisos de azulejos, limpeza notável, cortinas brancas como na Holanda, muitas flores. As fazendas são

⁵⁹ Wijnen, 116.

⁶⁰ Wjnen, 133.

⁶¹ Wijnen, 133.

⁶² Disponível em: <https://holambra.nl/>. Acesso em: 16 nov. 20.

abastecidas com água, de poços de 6 a 20 metros cuja água, bastante clara, é levantada com guinchos ou polias. Jardins onde crianças brincam, cercam a maioria das casas⁶³

A energia elétrica somente se fez possível em todo o território da colônia a partir de 1963, com a fundação da Cooperativa Regional Elétrica, movimento estimulado, sobremaneira, por Jan Nabuurs, que se tornou seu primeiro presidente (WIJNEN, 2012).

Figura 51 - Estábulo e casas de famílias holandesas nos sítios em Holambra entre 1950-1960.



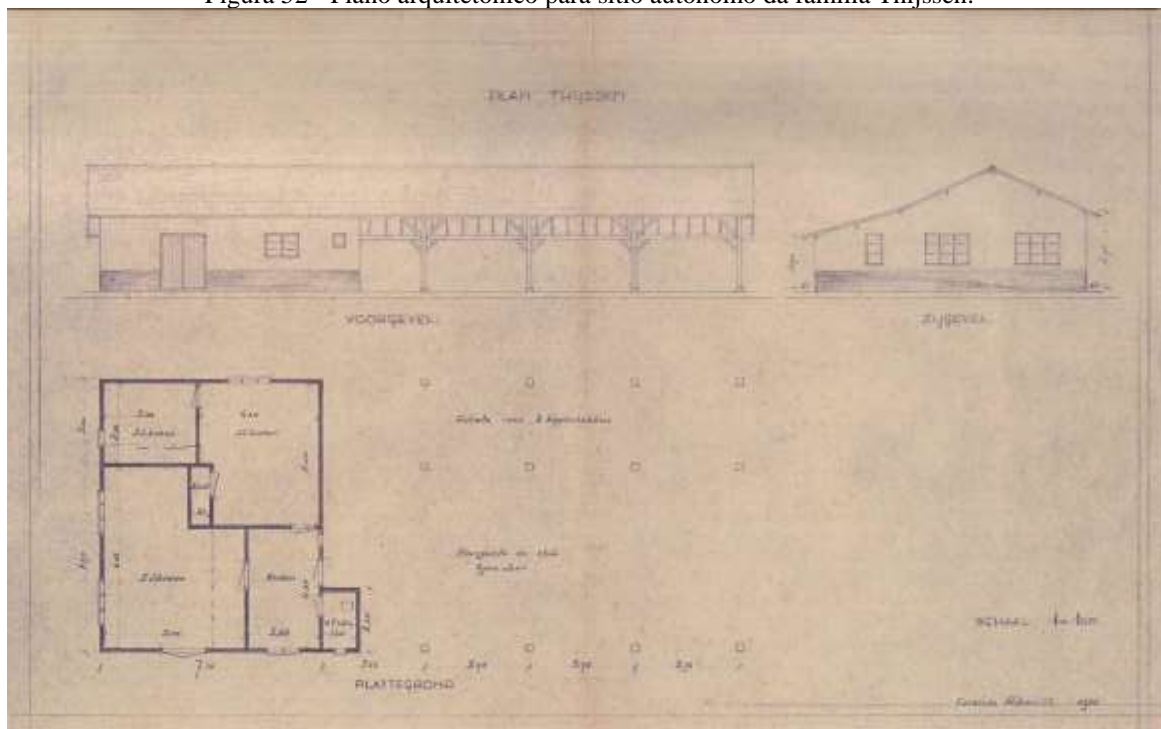
Fonte: Museu Histórico e Cultural de Holambra.

Nestes sítios, as famílias puderam construir suas casas definitivas e assim, consolidar o assentamento no Brasil. Segundo Wijnen (2012), a Cooperativa ainda nesta fase fora responsável por toda e qualquer edificação principal que viesse a ser construída. Tanto nas primeiras residências no centro, quanto nos sítios, os projetos deveriam ser revistos e aprovados pela mesma.

Em uma visita ao acervo técnico do Museu Histórico de Holambra em 2019, se teve acesso a 23 planos arquitetônicos de casas de famílias, principalmente, que parecem tratar dos projetos de Klein Gunnewiek. Consta nestes arquivos, os projetos da casa dos presidentes Heijmeijer e Hogenboom, e do *Pater Sijen*, primeiro pároco da comunidade – as únicas deste conjunto construídas no centro da colônia, segundo estes documentos – mas principalmente, de casas de famílias holandesas que seriam construídas nos primeiros sítios distribuídos em setembro de 1950.

⁶³ Trecho original: *La visite des fermes montre des types différents selon le revenu du propriétaire et l'ancienneté de son installation. Dans l'ensemble les conditions de l'habitat sont excellentes: constructions simples mais de bonne qualité, maisons blanches aux plafonds et sols carrelés, propreté remarquable, rideaux aussi blancs qu'en Hollande, beaucoup de fleurs. Les fermes sont alimentées en eau, par des puits de 6 à 20 mètres dont l'eau, tout à fait claire, est remontée à l'aide de treuils ou de poulies. Des jardins où jouent les jeunes enfants, entourent la plupart des maisons* (PERRIN, 1957, p. 276).

Figura 52 - Plano arquitetônico para sítio autônomo da família Thijssen.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Holambra.

Os planos datam de 1950 e 1951, com uma grande produção em junho de 1951. A maioria é de casas com armazéns, seus principais materiais construtivos, e em alguns casos os planos são de armazéns isolados e galinheiros, como podemos observar a partir da tabela identificativa realizada pelo autor (tabela 2)

Tabela 2 - Tabela da identificação dos planos arquitetônicos

#	Título do plano arquitetônico	Objeto(s) do plano	Data	Detalhamento de materiais	Nº de cômodos	Banheiro ou lavabo	Quarto de banho
1	"Plan Thijssen"	Casa do curral anexo	1950	Não	4	1	0
2	"Bouwplan Gebr. Eltink"	Casa com armazém	jul/50	Não	5	1	1
3	Sem título	Casa com armazém e curral anexos	jul/50	Não	4	1	0
4	"Plan Heijmeijer"	Casa	jul/50	Não	11	2	1
5	Sem título	Casa com armazém e curral anexos	ago/50	Não	5	1	0
6	"Plan Souren"	Casa com armazém	ago/50	Sim	4	1	0
7	"Plan Hermans"	Casa com armazém	set/50	Sim	6	1	1
8	"Plan van Vliet"	Casa com armazém	out/50	Sim	5	1	0
9	"Kippenhok"	Galinheiro	fev/51	Não	1	n.a.	n.a.
10	"Kippenhok H. Cris"	Galinheiro	jun/51	Sim	1	n.a.	n.a.
11	"Bouwplan H. Henrixx"	Casa	jun/51	Sim	8	1	1
12	"Plan Bongers"	Casa	jun/51	Sim	4	1	0
13	"Plan Hulshof"	Casa	jun/51	Sim	4	1	0
14	"Plan Miltenburg"	Casa	jun/51	Sim	4	1	0
15	"Plan Pater Sijen"	Casa	jun/51	Sim	3	1	0
16	"Kippenhok. Comb. Esch. Wolfs. Giezen"	Galinheiro	jun/51	Sim	1	n.a.	n.a.
17	Sem título	Armazém	jun/51	Sim	1	n.a.	n.a.
18	"Verbouwing Crins"	Casa com armazém	jul/51	Sim	6	1	0
19	"Kippenhok Hendrixx"	Galinheiro	jul/51	Sim	1	n.a.	n.a.
20	"Plan A. Michels"	Casa com armazém	sem leitura	Sim	7	1	0
21	"Bouwplan de Bruin"	Casa	Sem data	Sim	4	1	0
22	"Bouwplan H. Geene"	House	Sem data	Sim	5	1	1
23	"Bouwplan D. Wolfs"	House	Sem data	Sim	5	1	0

Fonte: Elaborado pelo autor.

A casa habitada pelos presidentes Heijmeijer e Hogenboom ainda existe, porém está parcialmente descaracterizada (figura 53). Essa é a primeira evidência, que aponta que os projetos encontrados no acervo do Museu correspondem às construções efetivamente realizadas na colônia. A antiga casa dos presidentes está situada, atualmente, no centro da cidade, na "Praça dos Pioneiros", é atualmente de propriedade pública municipal e ali são realizados alguns serviços de atendimento aos cidadãos⁶⁴.

⁶⁴ Em frente a esta casa foi construída a principal parada de ônibus da cidade em estilo *trapgevel*, como parte do projeto de recuperação da Praça em 2017, que também reformou a casa. As molduras das janelas e portas ainda originais, foram pintadas com cor-de-laranja, em referência aos Países Baixos e a própria gestão municipal (2016-2020). Paredes externas foram revestidas com ladrilhos também na cor-de-laranja.

Figura 53 – “Plan Heijmeijer” (esquerda) e imagens da casa atual (direita).



Fonte: Museu Histórico e Cultural de Holambra e autores, respectivamente.

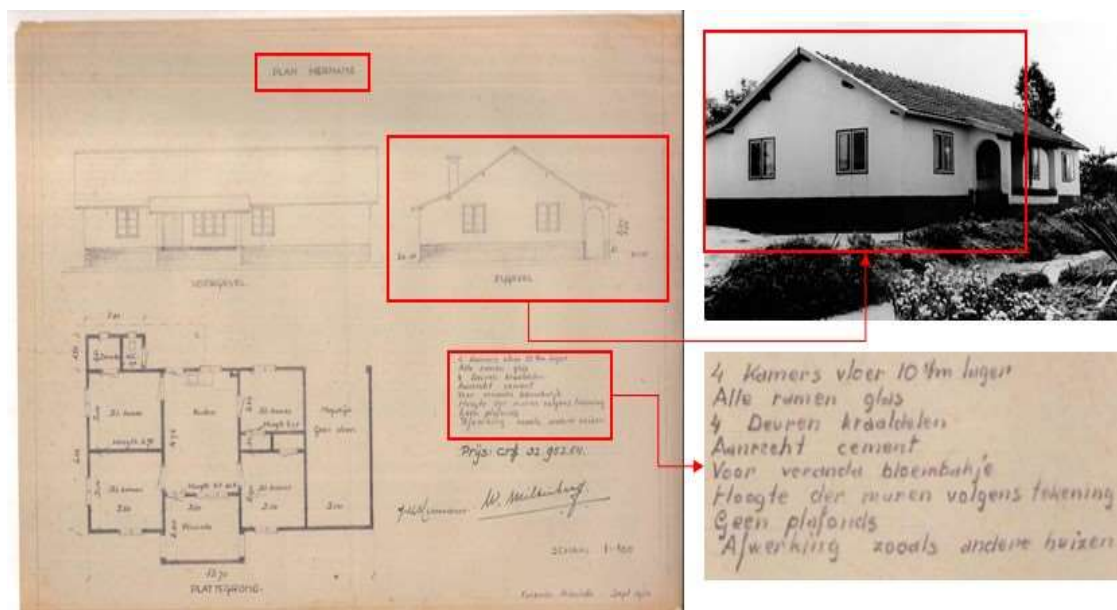
Uma característica que chama bastante a atenção ao nos depararmos com estes planos, é que eles demonstram que as edificações apresentam características construtivas e estéticas homogêneas. Embora o tamanho das residências, a quantidade de cômodos e os acréscimos de demais anexos dependessem, principalmente, do capital que a família havia depositado na Cooperativa, ainda na Holanda e a quantidade de filhos⁶⁵, elas apresentavam equidade construtiva e estética.

Os referidos planos arquitetônicos podem fazer parte, por tanto, de um grupo bastante maior de documentos existentes, que podem estar em posse das próprias famílias, ainda atualmente. Isto pode significar um número entre 150 e 250 sítios nesta categoria. Diversas fotografias do acervo museográfico que tivemos contato demonstram algumas casas e demais estruturas que foram construídas para o trabalho e o assentamento das famílias, que se assemelham aos planos, o que reforça a ideia do padrão construtivo e a conformidade do conjunto.

Na imagem a seguir (figura 54), por exemplo, pode-se perceber que a casa da família Hermans, plano denominado “Plan Hermans” à esquerda, apresenta grande similitude de uma das fotografias consultadas, gerando mais uma evidência de que os planos correspondem às edificações efetivamente construídas.

⁶⁵ Wijnen, 2012.

Figura 54 - “Plan Hermans” de setembro de 1950 (à esquerda), possível casa correspondente em 1950-1960 (à direita acima) e detalhamento da construção em holandês (à direita abaixo).



Fonte: Museu Histórico e Cultural de Holambra.

Em geral, pode-se observar uma similitude construtiva e estética entre os edifícios tanto comunitários quanto residenciais, laborais e de lazer na época apresentada. Isto se deve ao caráter central que a CAPH possuía na providência de construções na colonização, delegando grande parte desta ao Sr. Henk Klein Gunnewiek. As edificações comunitárias e laborais são apresentadas, em parte, nos subitens seguintes nesse capítulo.

Pode-se afirmar que os sítios das famílias holandesas foram distribuídos por toda área da Fazenda, compreendendo, atualmente, toda a extensão rural do município de Holambra. A figura a seguir, demonstra no território municipal, as principais vias em que tais sítios foram implantados entre as décadas de 1950 e 1970.

Figura 55 - Estradas rurais principais de implantação dos sítios autônomos de famílias holandesas.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Na atualidade, é possível afirmar que grande parte dos sítios de famílias holandesas ainda se mantêm em posse das mesmas. Sobre a preservação atual dessas edificações, é possível dizer que muitas encontram-se em seu estado original, ou próximo a ele, sem grandes modificações. Outras podem haver sido demolidas com o passar do tempo ou readaptadas à novas necessidades e usos. Como exemplo das transformações nessas edificações, elegeu-se duas casas de imigrantes no bairro rural Fundão. O autor teve acesso a elas, a partir de fotografias enviadas pelos atuais moradores. A primeira delas apresenta grandes modificações não estruturais, nas aberturas, no cobrimento do telhado e no entorno da edificação, como se pode ver na figura 56, a seguir, que faz o comparativo da edificação em 1950 e em 2020.

Figura 56 - Comparação de uma casa de imigrantes no bairro Fundão, respectivamente, em 1950 e em 2020.



Fonte: Imagens cedidas pela família Mello.

A segunda casa, demonstra a preservação de algumas características originais na atualidade, como as aberturas de portas e janelas, ainda com batentes em madeira e preenchimento em vidro, comuns nas casas dos sítios das famílias, ao mesmo tempo que modificações parciais, como a troca das telhas e a meia parede externa que contorna a casa, recebeu ladrilhos cerâmicos (figura 57).

Figura 57 - Casa de imigrantes no bairro Fundão, parcialmente preservada (2020).



Fonte: Imagem cedida pela família Nijenhuis.

Pode-se afirmar, a partir das imagens observadas que, muitas vezes, devido a mudanças na posse das propriedades, as casas construídas entre o período 1950-1970, tenham sofrido alterações mais leves ou mais acentuadas. De forma geral, as propriedades de imigrantes holandeses, distribuídos pelas áreas rurais do município, principalmente, os bairros rurais Camanducaia, Fundão, Alegre e Cachoeira, ainda conformam importantes componentes da paisagem rural em Holambra, não somente por essas casas em si, mas também pela disposição dos demais elementos construídos sobre a área ocupada.

Figura 58 - Agricultor holandês na atividade agrícola em frente à sua casa, área rural de Holambra (s.d.).



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Holambra.

São bens integrantes dos imóveis como armazéns, galinheiros, chiqueiros, currais, estábulos, granjas, poços de água, estufas, áreas de plantio, entre outros elementos, que dizem respeito diretamente a adaptação desses agricultores com as práticas agrícolas e domésticas naquela época, seus modos de pensar e agir, enquanto atores da reconstrução das identidades e dos territórios. São as realizações do cotidiano que permitiam a expressão material do lugar, assim como de seu sentido funcional e estético.

Sítios familiares foram construídos, sobremaneira, de forma planejada e supervisionada, visando o aproveitamento mais eficiente da área, mas sempre medido pela necessidade de ocupação dos espaços e as disponibilidades financeiras das famílias, que apesar de apresentar uma certa homogeneidade, não se pode dizer que apresentavam o mesmo nível de conforto ou capacidade produtiva.

Figura 59 - Estábulo e armazém em sítio de família holandesa em Holambra, década de 1950.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Holambra.

Figura 60 - Sítio de família holandesa em Holambra com moradia e curral, década de 1950.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Holambra.

Figura 61 - Sítio de família holandesa em sítio de Holambra, década de 1950.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Holambra.

Figura 62 - Sítio de família holandesa com casa e armazém, na década de 1950.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Holambra.

Figura 63 - Crianças pequenas alimentam galinhas em terreiro em frente ao galinheiro e estábulo/armazém conjugados em sítio de imigrantes holandeses em Holambra, década de 1950.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Holambra.

Outra característica importante, do “organizado disperso” (ABREU, 1971, fig. 18), da morfologia destes sítios familiares é a implantação da casa, na maioria das vezes, próximas das estradas que ligava a rede de sítios à sede da colônia, como se pode observar no esboço de Adilson de Abreu, na figura 64 abaixo. O esboço é acompanhado de uma imagem de satélite que permite evidenciar as diferenças na organização do povoamento no limite do município, entre Arthur Nogueira e Holambra, principalmente marcado pelas estufas de produção de flores e plantas.

Figura 64 - Esboço da “dispersão organizada” que caracteriza a ocupação dos sítios rurais em Holambra (imagem à esquerda) e a diferença na ocupação e povoamento rural entre Holambra (à direita) e Arthur Nogueira (à esquerda) em um dos trechos do limite municipal (imagem à direita).



Fonte: Abreu (1971, fig. 18) e Google Earth Pro.

Estima-se, na atualidade, que parte desses sítios ainda preserve parte dos elementos construído e características dessas primeiras construções. Muitas edificações pertencentes a esses conjuntos familiares foram destruídas ou readaptadas às novas necessidades de crescimento produtivo nas unidades. Em alguns casos, por exemplo, das propriedades localizadas atualmente nas franjas urbanas da cidade, com a pressão imobiliária pela realização de condomínio residenciais fechados, tais unidades acabaram vendendo grande parte da área total da terra, tornando a edificação principal, a casa e o armazém, por exemplo, ilhados e cercados pelos muros do condomínio.

De forma geral, o que se pode apreender, é que a “dispersão organizada” dos sítios familiares criou uma paisagem rural bastante diferenciada de seu entorno regional. Sua implantação moldou as redes de caminhos rurais que, ainda permeiam grande parte da extensão rural do município e define suas formas e usos.

4.2.1.4. Casas de famílias imigrantes no centro da colônia

No centro da colônia se concentravam as famílias brasileiras que, geralmente, viviam em casas também construídas pela Cooperativa depois que os casas de pau-a-pique passaram a ser reformadas. As casas dos bairros do Córrego e da Cegonha foram rapidamente ocupadas pelos brasileiros com a saída da maioria das famílias holandesas desses bairros ao longo das décadas. Além da construção dos bairros da Cegonha e do Córrego, como visto, o centro da colônia foi povoado, inicialmente, por gestores técnicos holandeses que trabalhavam diretamente na CAPH, diferentemente das famílias nos sítios, em que o trabalho passou a ser indireto quando de sua autonomia a partir de 1950. Algumas casas desses gestores foram então construídas em um trecho do centro da colônia, formando um pequeno aglomerado de casas.

A primeira delas se destinou aos primeiros dois presidentes da CAPH, sucessivamente Heijmeijer e Hogenboom, sendo implantada próxima a sede da antiga Fazenda, na atual Praça dos Pioneiros. Exatamente em frente à essa casa, deu-se início, também em 1950, à construção da casa do senhor Henk Klein Gunnewiek (em azul na figura 65), o principal técnico construtor da colônia. Ao lado da casa dos presidentes (em rosa na figura 65), também é de 1950, a casa da família Lietjens (em verde na figura 65). Como abordado no capítulo 3, o senhor João Lietjens era o diretor financeiro da CAPH. Pode-se compreender então aqui, uma certa formação de uma hierarquia na ocupação territorial pelos principais responsáveis pela CAPH, que se delineia nesse trecho da sede da colônia nos primeiros anos, como demonstra nas figuras a seguir.

Figura 65 - Localização da implantação de casas de funcionários holandeses da CAPH no centro da colônia em 1950.



Fonte: Elaborado pelo autor com Google Earth Pro.

Os anos 1960, é marcado por uma nova onda de imigrantes que chegam dos Países Baixos para investir na produção de flores e plantas que apresentava crescimento. Estes novos imigrantes passam a adquirir terrenos no centro. Este movimento promoveu uma nova ocupação do centro da colônia devido à estabilização econômica promovida pelas flores. Então, parte das famílias que viviam nos sítios, também consideraram comprar terrenos no Centro para construção de casas para os entes com mais idade das famílias (WIJNEN, 2012).

Deste movimento, são construídas casas de imigrantes que apresentam características construtivas mais modernas no centro da colônia. Mesmo assim, as edificações ainda apresentam traços estéticos que dialogam com as edificações anteriores. A localização atual das residências de famílias holandesas construídas entre 1950 e 1970 no Centro pode ser demonstrada pela figura 66, na próxima página.

Figura 66 - Localização das principais vias urbanas de ocupação das famílias holandesas no centro da colônia entre 1950 e 1970.



Fonte: Elaborado pelo autor com uso do Google Earth Pro.

Pode-se perceber que as implantações das casas nos terrenos se dão de forma contrária aos sítios. Nesse caso, as casas são implantadas no centro dos terrenos, com o aproveitamento quase total da área restante com jardim de árvores e grama.

Figura 67 - Casa de imigrantes do período 1960-1970, no centro de Holambra (2018).



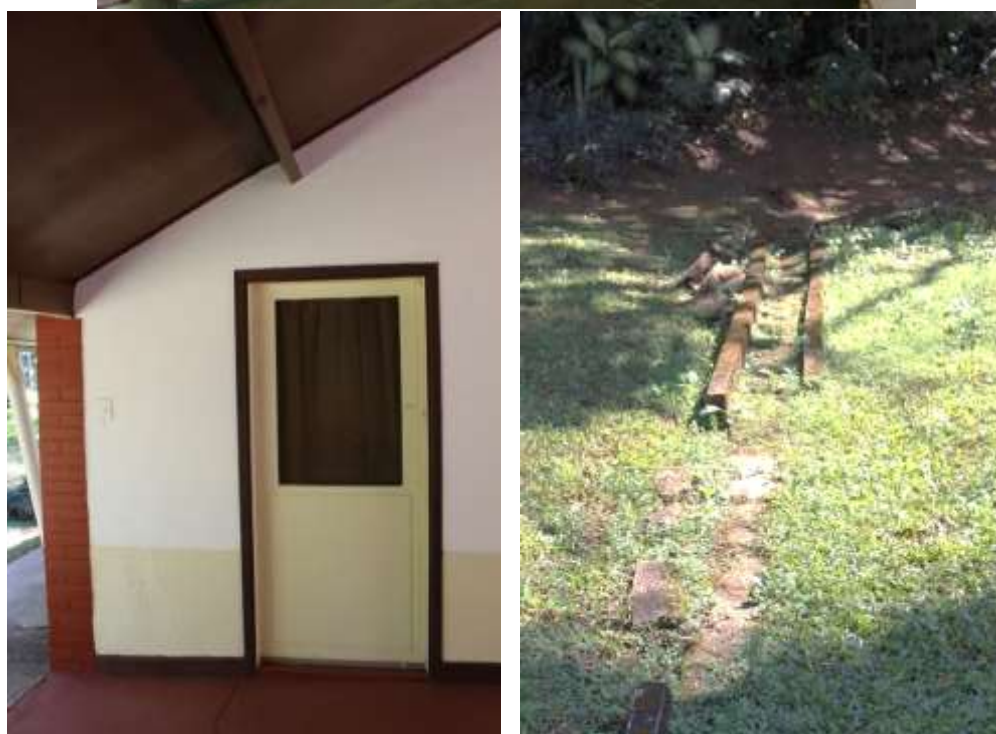
Fonte: João Luiz van Ham Mello

Figura 68 - Casa de imigrantes do período 1960-1970, no centro de Holambra (2018).



Fonte: João Luiz van Ham Mello.

Figura 69 – Detalhes da Casa da família Lietjens (2019)



Fonte: João Luiz van Ham Mello.

São, em todos os casos, casas térreas, que apresentam grandes aberturas de janelas, principalmente, àquelas das fachadas frontais, que dão vista para a rua. Essa característica nas casas é bastante frequente nos Países Baixos, em que a ideia se dá por uma questão de segurança mútua, ou seja, se as janelas são de vidro transparente e grandes, a vista da rua é possível para quem está dentro da casa, assim como a vista parcial do interior da casa também é possível por quem passa na rua. Em uma rede de vizinhos, essa característica pode assegurar um certo controle de segurança.

Na mentalidade holandesa, se alguém que está passando na rua pode ver parcialmente dentro da casa, significa que o morador não tem nada a esconder, estabelecendo, de certa forma, uma relação de confiança do cotidiano. Se olhamos para a realidade brasileira em relação à segurança das residências nas cidades, em geral, vemos que a estratégia é esconder para proteger. Muitas dessas casas não apresentavam quaisquer barreiras físicas, como muros ou cercas e grades até a década de 1980. Outro elemento, bastante presente, ainda na atualidade, são as cortinas de renda holandesa, que cobrem parcialmente as grandes e pequenas janelas.

Figura 70 - Casa de imigrantes do final dos anos 1950, no centro de Holambra (2020).



Fonte: João Luiz van Ham Mello.

Figura 71 - Casa de imigrantes do final dos anos 1950, no centro de Holambra (2014).



Fonte: João Luiz van Ham Mello.

Os terrenos apresentam dimensões variadas, mas observa-se uma preponderância de terrenos com, aproximadamente, quatro mil metros quadrados. As edificações, que assim se caracterizam, se distribuem por alguns trechos do atual centro da cidade de Holambra. A fim de delimitar tais trechos, a figura 72 apresenta o que seria o conjunto de ruas onde tais edificações são presentes (na cor laranja).

Figura 72 - Ruas no centro de Holambra, com presença de casas de imigrantes, construídas no período 1950-1970⁶⁶.



Fonte: Elaborado pelo autor com Google Earth Pro.

⁶⁶ Praça Vitória Régia; Avenida Maurício de Nassau; Rua Dr. Jorge Latour; Rua Campo de Pousos; Rua Dória Vasconcelos; Rua Primavera; Rua Camélias; Rua Campo das Palmas; Rua Charles Hogenboom; Viela Lantânias.

Em muitos casos, observa-se também, ao longo das décadas, o desmembramento das propriedades em porções menores, sendo destinadas principalmente aos filhos, mas também vendidas a terceiros. Atualmente, observa-se a mudança no uso e ocupação de algumas dessas casas, que se transformam, cada vez mais, em espaços comerciais, sendo parcialmente, ou totalmente descaracterizadas, devido à forte pressão exercida pelo mercado imobiliário.

4.2.2. Edificações laborais da CAPH

Na atualidade, é crescente o número de pesquisas acadêmicas e ações para identificação e salvaguarda de edificações industriais. Tais edificações são comuns em núcleos urbanos e também rurais, em todo Brasil e no mundo. Suas características arquitetônicas, motivações e disposição no ambiente dizem respeito aos diversos processos de industrialização das cidades e sua organização estrutural, ao ser compreendido como um bem cultural. Mais uma vez, o cotidiano laboral e as práticas de socialização nesses ambientes, nos dizem bastante a respeito da cultura dos complexos industriais e suas influências sobre a própria vida de seus atores e à modelagem da paisagem, da cultura social.

A CAPH, pode ser compreendida, metaforicamente, como o coração da colônia. Sua importância e influência, se deu de tal forma a criar uma política territorial própria, que, a princípio, tinha como objetivo, a construção de uma nova comunidade agrícola com impregnada por uma ideologia católica, praticada por princípios do cooperativismo, como vimos em vários momentos nesse estudo. Nesse sentido, pode ser compreendida por seus aspectos culturais inerentes às relações laborais e sociais que este modelo de empresa tratou em implantar.

Diante disso, pode-se questionar como a distribuição e organização das edificações laborais da CAPH, induziram a própria formação espacial da colônia e seus outros arranjos; uma vez que eram os associados, os colonos holandeses que, antes da saída de Heijmeijer, em 1952, tomavam as decisões em quórum, naquilo que seria a primeira investida, em construir de forma planejada, uma comunidade agrícola de holandeses católicos no Brasil no pós-guerra. As edificações planejadas e efetivadas pela Cooperativa, no primeiro momento, eram destinadas, principalmente, às moradias provisórias (Bairros da Cegonha e do Córrego) e definitivas da sede (Casas dos administradores holandeses), aos armazéns, para estocagem de alimentos, produtos, ferramentas, máquinas agrícolas etc., e as áreas de plantio comunitário.

Os principais conjuntos de edificações laborais da CAPH foram divididas em dois grupos. O primeiro deles, trata dos armazéns da CAPH, construídos entre 1949 e 1950. O segundo grupo trata das edificações do complexo industrial da Cooperativa, como veremos em seguida.

4.2.2.1. Armazéns da CAPH

Na *strassendorf* da colônia (rua principal, atual Rota dos Imigrantes) foram erguidos, em pouco tempo (1950-1951), cerca de 10 armazéns paralelos em alvenaria com telhados em duas águas.

Figura 73 - Armazéns em construção na formação da rua principal da colônia.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Holambra.

Figura 74 - Armazéns da CAPH na década de 1950.



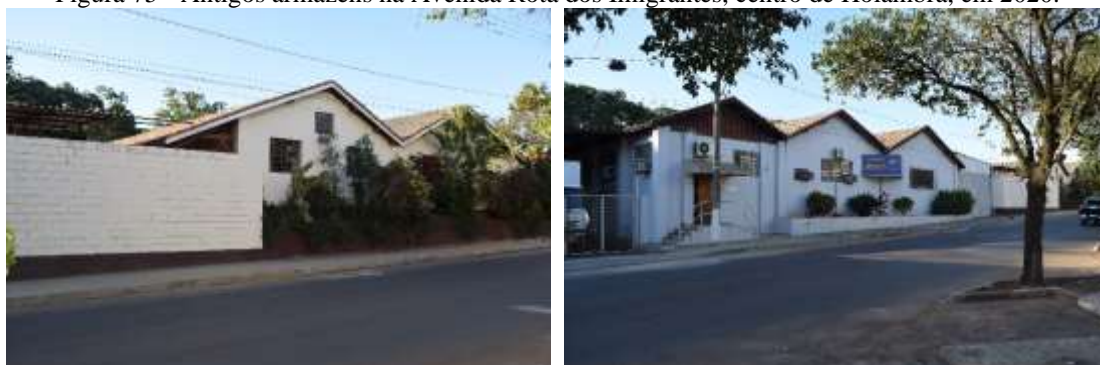


Fonte: Acervo do Museu Histórico de Holambra.

Em um desses armazéns, funcionava um pequeno comércio de equipamentos, alimentos, ferramentas, entre outros produtos, que eram vendidos aos associados por meio da Cooperativa. Ela realizava o estoque dos materiais e produtos e os associados podiam comprá-los. O valor gasto por cada família ou indivíduo era contabilizado pela CAPH e os descontos realizados diretamente na folha de pagamento da produção do associado. Funcionava como uma espécie de armazém comercial de abastecimento interno à cooperativa, um modelo bastante aproveitado pelos agricultores, uma vez que a Cooperativa financiava a compra de materiais e máquinas para uso dos agricultores.

As imagens a seguir, exemplificam a parte do conjunto de armazéns que se mostra com algumas características ainda aparentes, como as coberturas com as telhas francesas e o formato do telhado como as imagens acima vistas (figura 75).

Figura 75 - Antigos armazéns na Avenida Rota dos Imigrantes, centro de Holambra, em 2020.





Fonte: João Luiz van Ham Mello.

Como se pode perceber, na atualidade, tais armazéns, ainda presentes na paisagem, são destinados ao uso comercial. Neles foram instalados diferentes comércios locais como loja de ferramentas, posto de gasolina, supermercado, bar e oficinas mecânicas, isto sobretudo, a partir dos anos de 1990, quando a Cooperativa vendeu parte deles para terceiros. Atualmente, a maioria que ainda está de pé, está bastante descaracterizada devido às mudanças no uso e ocupação. Parte deles apresenta as coberturas do telhado em telha francesa e estruturas em alvenaria, porém, apresentam perda das aberturas originais.

Figura 76 - Localização dos armazéns na Avenida Rota dos Imigrantes, centro de Holambra.



Fonte: Elaborado pelo autor com Google Earth Pro.

4.2.2.2. Edificações do complexo industrial da CAPH

Além dos armazéns, o conjunto agroindustrial da CAPH especificou-se, ao longo dos anos, sobretudo, a partir das décadas de 1960, com produção de ração para animais, no abate de aves e no ensacamento de laranjas. Como vimos, em 1972, a Cooperativa se divide em setores específicos. O local da produção e beneficiamento desses produtos estende-se ao longo dos armazéns na Rota dos Imigrantes, conformando, atualmente, a Cooperativa Pecuária Holambra, da marca “Holambra Alimentos”. Entre as décadas de 1960 e 1970, neste espaço, as principais edificações são: a (1) fábrica de rações, de 1973, que ganhou silos e armazéns de estocagem (2); o escritório central (3), o *packing-house* de citrus (4) e o abatedouro de aves (5), como demonstra a figura 77.

Figura 77 - Localização dos principais elementos do complexo agroindustrial da atual Cooperativa Pecuária Holambra.

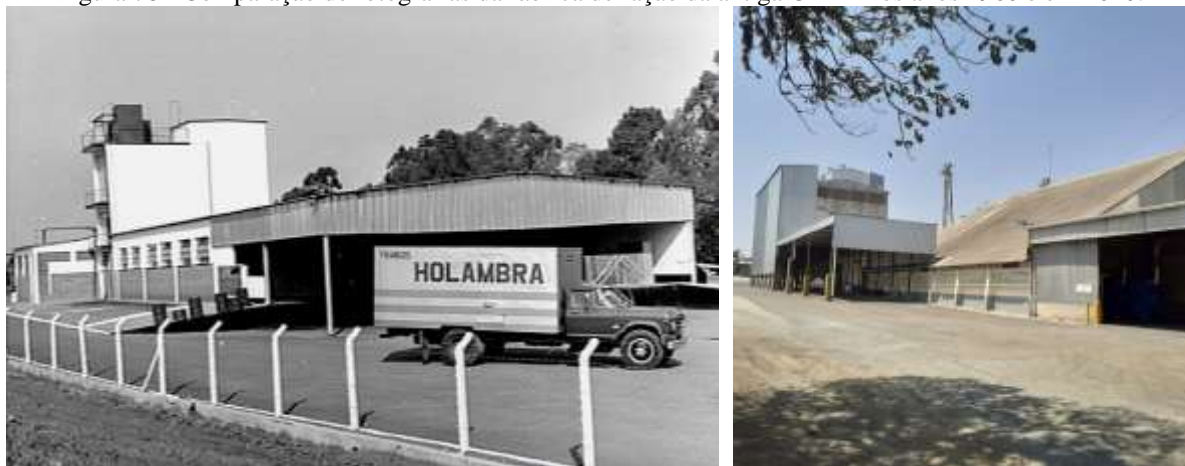


Fonte: Elaborado pelo autor com Google Earth Pro.

Percebe-se na imagem uma grande área ocupada, no centro da cidade, pelo complexo agroindustrial. Na realidade, a cidade cresceu entorno desta área, que concentrou e concentra grande parte dos postos de trabalho e práticas laborais na ex-colônia e na cidade atual. Atualmente, pode-se dizer que somente a fábrica de ração e o escritório central, são as edificações, deste grupo, que melhor preservam as características construtivas originais, apesar da fábrica de ração haver sido ampliada. Por outro lado, o primeiro abatedouro de aves, construído em 1967, pelos sócios da Cooperativa Paulo Jacobsen, João Wagemaker e Hennie

tem Buuren, já foi completamente modernizado e ampliado. Da mesma forma, foi modificado, drasticamente, o *packing-house* de citrus.

Figura 78 - Comparação de fotografias da fábrica de ração da antiga CAPH nos anos 1960 e em 2020.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Holambra e João Luiz van Ham Mello, respectivamente.

Figura 79 - Comparação de fotografias do escritório central da antiga CAPH nos anos 1960 e em 2020.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Holambra e Carolini van Ham, respectivamente.

Figura 80 - Comparação de fotografias do *packing-house* da antiga CAPH, nos anos 1960 e em 2020.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Holambra e Carolini Aldemani van Ham, respectivamente.

Figura 81 - Abatedouro de aves da CAPH, construído em 1967.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Holambra.

Na imagem acima (figura 80), do *packing-house*, observa-se a substituição de uma estrutura prévia, possivelmente, dos anos 1950, de armazenagem e embalagem de citrus, para

uma estrutura outra, industrial moderna, cuja transformação pode haver ocorrido nos anos de 1970. De forma geral, pode-se afirmar que esses conjuntos de edificações são aqueles que mais apresentaram modificações, ao longo das décadas, devido às necessidades de ampliação das condições de produção da Cooperativa, em decorrência de seu crescimento restrito àquele espaço.

É de suma importância notar que, a atual área do complexo agroindustrial da Cooperativa Pecuária Holambra incorpora, em sua zona industrial, a região da sede da antiga Fazenda Ribeirão, local de primeira ocupação da comunidade de holandeses, onde também residiam as famílias de brasileiros. Sobretudo com a emancipação da colônia, a Cooperativa passou a abandonar a área da sede da Fazenda Ribeirão e suas instalações.

A sede da Fazenda Ribeirão, o casarão da época cafeeira na região, então foi destruído pela Cooperativa no final dos anos 1990, ao demarcar sua nova zona industrial. Neste entorno, encontram-se também, até 2019 e 2020, duas edificações remanescentes da história material da colonização holandesa, o edifício da Escola São Paulo e a Igreja Velha.

Figura 82 - Localização da antiga sede da Fazenda Ribeirão dentro da atual área industrial da Cooperativa Pecuária Holambra.



Fonte: Elaborado pelo autor com uso do Google Eath Pro.

Nas figuras abaixo, destaca-se a área central da antiga da Fazenda Ribeirão dentro da área industrial. As imagens abaixo elucidam a condição da área em 2003 e 2020.

Figura 83: Comparativo da área industrial da Cooperativa Pecuária Holambra em 2003 e 2020, respectivamente.



(2003)



(2020)

Fonte: Elaborado pelo autor com Google Earth Pro.

Como veremos mais detalhadamente nos subcapítulos seguintes, 4.2.4.1 “Igreja Velha” e 4.2.5.1 “Primeiro edifício da Escola São Paulo”, com o tempo, a Cooperativa foi responsável pelo abandono e aniquilamento das principais edificações do período 1950-1970, religiosa e educacional da colônia.

4.2.3. Edificações de lazer

Dois principais conjuntos formam as áreas de lazer da comunidade de colonos, sendo uma área para prática de esportes e recreação aquáticos e uma sede social para práticas de dança, reuniões e comemorações diversas.

4.2.3.1. Conjunto da Mini-praia

No ano de 1970, construiu-se na colônia, pelo senhor Hennie ten Buuren, uma represa de água que era proveniente do córrego que alimentava o abastecimento de água localmente. A construção da represa se deu próximo ao antigo Bairro do Córrego. A construção da represa foi seguida pela construção de uma área de lazer para a comunidade de Holambra.

Figura 84 - Construção da represa da Mini-praia em 1970.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Holambra.

Esse local passou então a ser denominado por “Mini-praia”, sua realização possibilitou a prática de esportes como aulas de natação e atividades de lazer na colônia (WIJNEN, 2012). O local construído tinha quiosques de sapê, duchas para banho, uma churrasqueira comunitária e um local para trocar de roupa com banheiros. Havia também, uma plataforma de madeira, construída sobre a água, para que as professoras de natação pudessem dar as aulas.

Figura 85 - Local da Mini-praia em 1971.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Holambra.

Entre 1967 e 1972, Hennie acertou com a Cooperativa o arrendamento da área para o usufruto da comunidade, para realização, principalmente, de aulas de natação. O local foi

bastante frequentado pela comunidade local nesse período. Nos anos seguintes, a edificação principal foi convertida em um restaurante. No outro lado da represa, construíram-se chalés para recepção de visitantes, e então, uma pequena balsa que atravessava a represa, fazia o deslocamento dos visitantes dos chalés ao restaurante. Na década de 1980, os banhos foram proibidos.

Figura 86 - Aula de natação na Minipraia, década de 1970.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Holambra.

Durante os anos de 1990, o restaurante denominado “Lago do Holandês” continuou suas atividades e a área passou a ser denominada “Lago do Holandês”. Nos anos 2000, a área ficou parcialmente abandonada, sendo retomada, algumas vezes, na tentativa de reestabelecer atividades econômicas. Esse movimento fez com que a edificação principal do local fosse totalmente reformada e perdesse suas características originais. Na atualidade, a represa não é utilizada para banhos devido ao seu assoreamento e piora na qualidade da água. Os chalés que formavam a pousada dos anos 1980 e 1990, foram reformados, nos últimos anos, pela Prefeitura Municipal, ao criar mais um espaço para atração de turistas: o “Parque van Gogh”, inaugurado em 2018.

4.2.3.2. Conjunto do Clube Fazenda Ribeirão

O primeiro edifício do conjunto do Clube Fazenda Ribeirão, o edifício da sede social da comunidade de Holambra, foi construído em 1962, na atual Alameda Maurício de Nassau. Essa foi uma das primeiras edificações dessa área da colônia. A sede social era um local de encontros, reuniões e festas da comunidade holandesa, a princípio. A edificação apresenta características próprias, mas que, ao mesmo tempo, dialoga com as demais da colônia, como se pode ver na figura abaixo.

Figura 87 - Sede social da colônia Holambra, na década de 1960, atual Alameda Maurício de Nassau.



Fonte: *Geheugen van Nederland*.

Segundo Wijnen (2012), o espaço também era utilizado para ensaios de teatro e dança. No anos 1960, era comum haver noites de filmes e bailes. O local passou a ser frequentado, principalmente pelos jovens que participavam dessas atividades ativamente. Com o passar dos anos, o lugar começa a ser conhecido como o “clube”.

Na década de 1970, o clube ganha um bar, que era conhecido por alguns como “*scotch bar*”. Na década de 1980, constrói-se outro anexo, dessa vez, um grande salão com bar, palco para apresentações, além de outros equipamentos esportivos como ginásio de esportes, piscinas, quadras de tênis, campos de futebol, área para minigolfe e parque infantil, ambos últimos, com arranjos que são muito comuns em equipamentos e parques infantis

nos Países Baixos. O grande investimento foi proporcionado, em geral, pelo sucesso obtido com a Expoflora. O Clube Fazenda Ribeirão foi inaugurado oficialmente em 29 de setembro de 1988.

Figura 88 - Festa da Colheita realizada na sede social, década de 1960.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Holambra.

Na atualidade, o “Clube Fazenda Ribeirão” é um clube social-recreativo privado, sem fins lucrativos, que contabilizou em 2016, 1.877 sócios (CANDIANI; RIBEIRO, 2017, p. 44). Na atualidade, o espaço do Clube ocupa grande parte do centro de Holambra, como se pode observar na figura 89.

Figura 89 - Localização do Clube Fazenda Ribeirão no atual centro urbano de Holambra.



Fonte: Elaborado pelo autor com uso do Google Earth Pro.

Durante o mês de setembro, na Expoflora, grande parte do Clube passa a fazer parte da Exposição. Integram-se para a realização da Expoflora, portanto, o recinto próprio da Expoflora, o Clube Fazenda Ribeirão, a Paróquia do Divino Espírito Santo, a Prefeitura Municipal e o Museu Histórico. Observa-se a importância da festa na cidade, somente pelos seus principais atores participantes que abrem seus espaços em razão dela.

Figura 90 - Antigo edifício da sede social da colônia Holambra, em 1998, já como “Restaurante do Clube Fazenda Ribeirão”.



Fonte: Roberto Scheid (HOLAMBRA EM FOCO, 1998).

Desde os anos 1990, o edifício primeiro da sede social da colônia foi adaptado, já há vários anos, para funcionar como restaurante e lanchonete. Na imagem a seguir, vê-se um recobrimento quase total da estrutura original.

Figura 91 - Edifício da sede social da colônia Holambra, atual “Restaurante do Clube Fazenda Ribeirão”, 2020.



Fonte: João Luiz van Ham Mello.

4.2.4. Edificações religiosas

As edificações de uso religioso construídas pela Cooperativa em Holambra no período 1950-1970 são: (1) Igreja Velha; (2) Matriz do Divino Espírito Santo; (3) Cemitério de Holambra e (4) Convento da Ordem Franciscana de Oirschot. Nos subitens a seguir, serão apresentadas suas características principais e usos, assim como seus estados atuais de preservação. Como visto anteriormente, a religião apresenta um papel fundamental da dinâmica social da colônia desde o início da colonização. Veremos, portanto, as edificações de cunho católico mais relevantes.

4.2.4.1. “Igreja Velha”

“Igreja Velha” é uma denominação local para a igreja construída anexa à casa sede da Fazenda Ribeirão, em 1950, pelos colonos holandeses. A edificação manteve seu uso religioso entre 1950 e 1966, quando da finalização da construção da Matriz do Divino Espírito Santo, como veremos no subcapítulo seguinte. Segundo Wijnen (2012), que se denomina à igreja anexa como “capela”, esta foi um importante local da socialização entre brasileiros e holandeses que, pela fé católica, ali se reuniam, pelo menos aos domingos. Para ele, a construção da Igreja foi

uma das prioridades dos imigrantes em Holambra. Antes de sua construção, missas e rituais religiosos eram praticados tanto dentro da casa sede, quando ao ar livre, embaixo de uma grande paineira. O primeiro pároco da igreja foi o padre Godfried Sijen, do convento de Heeswijk, de Postel, na Bélgica que, atuou na colônia somente entre 1949 e 1952, quando faleceu repentinamente (WIJNEN, 2012, p. 135). A igreja da comunidade tinha capacidade para acomodar 150 pessoas, porém em dias de festa, ficava pequena, como afirma Wijnen:

Em dias de festa, como no Natal, a capela era pequena demais, e, por isso, as missas eram celebradas ao ar livre, embaixo da imensa paineira ao lado da capela, o que dava um toque todo especial às festas. Muitos brasileiros também vinham assistir, principalmente, à Missa do Galo. As pessoas vinham de charrete ou montadas a cavalo, o qual era amarrado no pátio. O silêncio era absoluto; de vez em quando caía uma flor lilás sobre a toalha branca do altar (WIJNEN, 2012, p. 138).

Figura 92 - Construção da “Igreja Velha” anexa à casa sede da Fazenda Ribeirão.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Holambra.

Na parede do fundo do altar, foram pintados afrescos com personagens bíblicos, pela Gemma, irmã do Ssmo. Sepulcro e pelo padre Sijen⁶⁷, como demonstra a imagem a seguir, da irmã Gemma, em cima de uma cadeira, em cima de uma mesa, pintando detalhes da parede do altar.

⁶⁷ Wijnen, 2012, p. 137.

Figura 93 - Irmã Gemma pinta os afrescos do altar da “Igreja Velha” da colônia de Holambra, 1950.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Holambra.

Os mobiliários utilizados nesse período, na Igreja, foram trazidos, em sua maioria, da Bélgica. Wijnen (2012) diz que nas primeiras missas, as pessoas sentavam-se em caixotes de madeira, pois, não havia bancos definitivos durante os primeiros meses. Entre as peças do mobiliário religioso que vieram da Bélgica, destacam-se duas esculturas religiosas em madeira, que compunham as laterais do altar, como se pode ver na figura abaixo. Também pode-se dar destaque às tesouras que sustentavam o telhado, que foram pintadas, em suas intersecções, com ramos e galhos com folhas. Acima do telhado havia uma torre sineira com estrutura em madeira e cobertura em latão, com uma cruz no seu ponto mais alto.

Figura 94 - Interior da “Igreja Velha”, seus afrescos e mobiliário, década de 1950. Observa-se também na imagem os caixotes de madeira como bancos.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Holambra.

Em seu período áureo, durante seus 15 anos de uso, a igreja foi local utilizado para missas, casamentos e batismos da colônia Holambra. Tornou-se um centro para a socialização e devoção religiosa.

Figura 95 - Pessoas em frente à “Igreja Velha”.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Holambra.

Com o abandono da “Igreja Velha” em 1966 (talvez por isso tenha ganhado tal denominação), a estrutura da igreja acabou ganhando outros usos ao longo dos anos. Como parte da pesquisa de investigação dos bens culturais imóveis da colonização holandesa em Holambra, realizou-se, em 14 de janeiro de 2019, uma visita à área da antiga Fazenda Ribeirão, atual zona industrial da Cooperativa Pecuária Holambra.

Na ocasião, tive a oportunidade em evidenciar a condição dos remanescentes da “Igreja Velha”. A edificação da igreja, que era anexa à casa sede, demolida no início dos anos 2000, restava sozinha em meio à uma área de manobras de caminhões. Nos fundos da edificação, havia um banheiro com chuveiros para os caminhoneiros. O uso que a Cooperativa deu ao edifício mais recentemente, foi de um depósito de entulhos e máquinas antigas e quebradas, uma grande quantidade de objetos sem uso. No interior da edificação, pode-se constatar, ainda, a presença dos ramos e folhas desenhadas sobre as tesouras de sustentação originais do telhado.

Figura 96 - Remanescentes da “Igreja Velha”, na área industrial da Cooperativa Pecuária Holambra, em janeiro de 2020.



Fonte: João Luiz van Ham Mello.

O remanescente, daquilo que foi a primeira edificação religiosa da colonização holandesa em Holambra, foi completamente demolido, estima-se, no primeiro semestre de 2020, pela Cooperativa Pecuária Holambra, sem nenhuma consideração pela materialidade que o bem representou. A explicação é a ampliação da área de manobra e estacionamento de caminhões.

4.2.4.2. Matriz do Divino Espírito Santo

Como supracitado, com a construção da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo (1963-1966), a comunidade católica de Holambra pode abrigar-se em um local com mais espaço para fiéis. Em expansão essa época, a atual Alameda Maurício de Nassau passa a ganhar centralidade na

colônia devido à construção da nova Igreja. Em frente a mesma, constrói-se nesta época, o cemitério da colônia.

Figura 97 - Localização da Paróquia do Divino Espírito Santo na Alameda Maurício de Nassau.



Fonte: Elaborado pelo autor com uso do Google Earth Pro.

A construção de uma nova Igreja para a comunidade de Holambra foi fortemente influenciada pelo padre Paulinus Gevers que assumiu como pároco entre 1956 e 1968 (WIJNEN, 2012, p. 138). A nova igreja possibilitou que Holambra entrasse no mapa católico regional, ao ser concebida como paróquia da Diocese de Campinas. Segundo Wijnen, “a organização da Igreja brasileira sempre demonstrou muito interesse pela Holambra” (2012, p. 136). A paróquia foi consagrada ao Divino Espírito Santo.

Figura 98 - Paróquia do Divino Espírito Santo, na década de 1970 e na atualidade.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Holambra e João Luiz van Ham Mello, respectivamente.

Segundo Kees Wijnen,

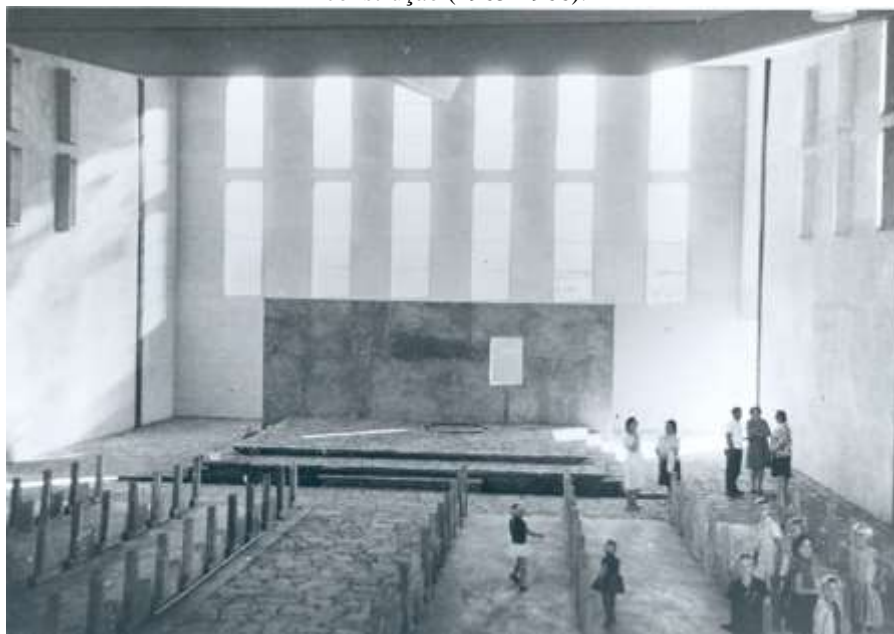
Durante anos, o interesse pelas missas era grande, assim como na Holanda. Jovens e velhos frequentavam a Igreja fielmente. Ir à Igreja aos domingos ou aos sábados era uma boa oportunidade para encontros. Após a missa, as pessoas conversavam e assim ficavam sabendo das novidades. Muitos iam até o clube ao lado para bater papo. Aos domingos, a Igreja também era frequentada por muitos brasileiros (WIJNEN, 2012, p. 140).

Um fato que pode parecer interessante é o protagonismo de párocos holandeses na colônia durante toda a colonização, mas também, até os primeiros anos de emancipação. Após o padre Godfried Sijen falecer em 1952, assume o posto, temporariamente, entre 1953 e 1954, o padre Achilles Verhofstadt, que já residia no Brasil. Seguido dele, foi a vez do padre Ansfredo Verbene (1954-1955); em seguida, Paulinus Gevers, como supracitado, entre 1956 e 1968. Reassume o posto espiritual, Ansfredo Verbene, entre 1968 e 1972. Com a saída de Ansfredo, assume o padre Miguel Schuurmans até 1984. De janeiro de 1985 a janeiro de 1995, é a vez do padre Cornélio Bakker. Somente em agosto de 1995, é que Holambra teria um pároco brasileiro, o padre José Armando Coracin (WIJNEN, 2012).

Ainda segundo Wijnen, com o pároco brasileiro, o número de holandeses nas missas aos domingos diminuiu, ao mesmo tempo, que de brasileiros aumentou. Alguns holandeses, que preferiam missas em holandês, as assistiam às quintas-feiras à noite, sendo ministradas por outro religioso holandês que residia em Holambra. Atualmente, a paróquia de Holambra é o principal local frequentado pela população católica local. Sendo a Matriz do município, reúne brasileiros, holandeses e descendentes com missas em português.

A edificação tem características modernas em relação às edificações anteriormente construídas na colônia. Sua estrutura, em vigas de concreto armado, certamente, foi inusitada na colônia, até então, sendo empregada, posteriormente, na construção do ginásio de esportes do clube e no salão social com palco do clube, em meados dos anos 1980.

Figura 99 - Crianças brincam no interior da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo, quando da finalização de sua construção (1965-1966).



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Holambra.

Atualmente, algumas modificações são perceptíveis ao edifício, como a construção de uma sacristia como anexo ao edifício principal, a mudança da vidraça da fachada e a mudança interna do forro de madeira por forro de PVC. Concomitante à edificação da nova paróquia, é a construção do cemitério da colônia, como veremos no subitem a seguir.

4.2.4.3. Cemitério de Holambra

O cemitério da colônia foi construído em frente à nova paróquia, na atual Alameda Maurício de Nassau. A obra do cemitério ficou pronta anteriormente à Igreja. Nenhum dos autores da historiografia específica utilizados até então, como Wijnen (2012) ou Smits (2016) realiza uma descrição do cemitério da colônia.

Figura 100 - Localização do Cemitério de Holambra, na atual Alameda Maurício de Nassau.



Fonte: Elaborado pelo autor com uso do Google Earth Pro.

Apesar disso, tem-se como ferramenta de análise ou descrição, as fotografias de época, disponibilizadas pelo Museu Histórico. Em algumas delas, podemos notar as características do cemitério. Inicialmente, tratava-se de uma área gramada ao ar livre, cercada por tábuas de madeira e uma entrada com pergolado. Ao passar pela entrada tem-se um caminho central, de aproximadamente, 90 metros, demarcado por ciprestes. Ao final deste caminho, encontra-se uma cruz de madeira e algumas tábuas, também de madeira com nomes de pessoas falecidas. De ambos os lados do caminho central, estão as áreas de gramado, com as covas e lapides padronizadas, como se pode ver nas figuras a seguir.

Figura 101 - Cemitério de Holambra, década de 1970.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Holambra.

Figura 102 - Cemitério de Holambra, década de 1970.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Holambra.

Figura 103 - Cemitério de Holambra, década de 1970.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Holambra.

A construção do cemitério, assim como a Igreja e demais edificações comunitárias na colônia eram de responsabilidade da CAPH. Porém, com a criação da paróquia, pode-se dizer que essa passou a ficar incumbida das responsabilidades com o cemitério. Responsabilidade essa que passou a ser partilhada pela Prefeitura Municipal a partir de 1993, ocasião em que passou a ser denominado oficialmente “Cemitério Municipal de Holambra”.

Na atualidade, o cemitério mantém suas características originais, ao que diz respeito à disposição de túmulos e padronização de lápides. A cruz de madeira, ao final do caminho central, e as tábuas de madeira com as placas, também estão preservadas.

Figura 104 - Cemitério de Holambra em 2020.



Fonte: João Luiz van Ham Mello.

Figura 105 – Cemitério de Holambra em 2020



Fonte: João Luiz van Ham Mello.

Adicionalmente, pode-se perceber na primeira imagem que, caminhos laterais foram criados com o tempo entre as áreas de sepultamento. As áreas destinadas ao sepultamento de recém-nascidos, bebês e crianças são as das laterais do cemitério, enquanto a área central é destinada aos adultos e idosos. Na parte da frente do cemitério, anterior ao antigo pergolado, foi construído em 2008, o Velório Municipal, com espaço para dois velórios ao mesmo tempo. A nova construção apresenta traços da arquitetura europeia.

4.2.4.4. Convento da Ordem Franciscana de Oirschot.

A última edificação religiosa considerada pela pesquisa trata de um convento da Ordem Franciscana de Oirschot. Segundo Wijnen (2012), a sede dessa ordem no Brasil fica em Belo Horizonte⁶⁸. Em 1966, a ordem chega em Holambra e se dedica, principalmente, ao ensino. O prédio realizado pela CAPH é utilizado como convento da Ordem somente até 1972, quando o edifício é devolvido à Cooperativa. O edifício é construído ao lado da Paróquia do Divino Espírito Santo, como se vê na figura abaixo.

Figura 106 - Localização do Convento da Ordem Franciscana de Oirschot, atual Prefeitura Municipal de Holambra, na Alameda Maurício de Nassau.



Fonte: Elaborado pelo autor com uso do Google Earth Pro.

⁶⁸ Para mais informações, ver: <http://franciscanasrecoletinas.com.br/>.

Não se encontrou informações do porquê de a Ordem haver se fixado em Holambra, nesse breve período, e ter deixado a colônia em seguida. Segundo Wijnen, isto se deu pelo cumprimento da missão religiosa. O edifício do convento passou então a ser utilizado pela Cooperativa como posto médico da colônia. Com a emancipação, a CAPH doa o edifício para a instalação no local da Prefeitura Municipal, ocupação que se dá até os dias atuais.

Figura 107- Edifício do Convento da Ordem Franciscana de Oirschot (atual prefeitura), respectivamente, década de 1960 e ano de 2020.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Holambra e João Luiz van Ham Mello, respectivamente.

Sobre este edifício, estima-se que seu interior tenha sido bastante modificado, com a passagem das gestões municipais. Enquanto a parte externa, o edifício foi repintado durante as últimas gestões municipais com detalhes na cor laranja, assim como vimos com a Casa dos presidentes Heijmeijer e Hogeboom, na Praça dos Pioneiros. Desta forma, pode-se dizer que o edifício foi, majoritariamente, descaracterizado, tendo sido adicionados demais anexos e mudanças nas aberturas de portas e janelas e também no cobrimento do telhado. Porém, até o início dos anos 2000, pode-se dizer que, pelo menos, as principais características externas do edifício parecem haver sido mantidas, como pode-se ver na figura a seguir.

Figura 108 - Membros do legislativo e executivo municipal, em 1998, em frente ao edifício ocupado pela Prefeitura Municipal de Holambra.



Fonte: Roberto Scheid (HOLAMBRA EM FOCO, 1998).

4.2.5. Edificações educacionais

As edificações educacionais compreendidas por esta identificação contempla duas edificações em específico: o primeiro edifício da Escola São Paulo, de 1951 e a Escola de Economia Doméstica, de 1966.

4.2.5.1. Primeiro edifício da “Escola São Paulo”

Em 1949, as irmãs do Santo Sepulcro começam a ensinar os filhos dos imigrantes junto com a professora dona Lourdes de Mogi Mirim, na escola rural, que atendia a alunos brasileiros e filhos dos imigrantes holandeses, as aulas eram dadas ao ar livre, embaixo das árvores (ESCOLA SÃO PAULO, 2019).

Com o aumento do número de alunos as aulas foram transferidas para a carpintaria, que foi reformada para este fim. Algumas dessas irmãs confeccionaram todo o material didático, tendo como suporte pedagogo e lógico, o método analítico-sintético. Esse material era desenvolvido nos idiomas português e holandês (ESCOLA SÃO PAULO, 2019).

Por razões legais, em 1950, houve um reagrupamento e os alunos da “escola das irmãs” foram remanejados para a escola rural cartelas afastadas. Isso causou vários problemas de adaptação entre alunos holandeses e brasileiros, como visto no subcapítulo 2.2.

As irmãs afastadas revalidaram seus diplomas e, em dezembro de 1951, fundam a Escola São Paulo, desta vez na fábrica de leite desativada, onde funcionava, inicialmente, com 2 primeiras séries uma com uma professora brasileira e outra com a professora holandesa religiosa.

Figura 109 - Crianças com professoras enfrente à Escola São Paulo, década de 1970.



Fonte: WIJNEN, 2012, p. 220.

A escola construída na antiga fábrica de leite da colônia, funcionou neste local entre os anos de 1951 e 1995 (44 anos), quando, uma segunda sede definitiva foi construída⁶⁹. Na década de 1990, com o aumento da população da cidade, a comissão de pais resolveu que era necessária a construção de um outro edifício, que pudesse abrigar mais alunos e em instalações mais modernas. Em 1995, a segunda sede da Escola São Paulo é inaugurada próxima à Prefeitura Municipal. Principalmente, entre as décadas de 1970 e 1990, crianças de origem brasileira também passaram a estudar na Escola São Paulo, presença que se tornou majoritária, obviamente, com o passar dos anos.

A Escola São Paulo, em seu início, tinha como regimento, a supremacia da comissão de pais e mães que, juntamente às freiras e às professoras brasileiras, direcionavam os rumos da Escola e decidiam sobre seu andamento. Até a atualidade, a comissão de pais e mães tem um papel decisivo na orientação da mesma, o que tem marcado um ensino forte e com a presença constante das famílias nas atividades escolares.

O primeiro edifício da escola, estava localizado, assim como a “Igreja Velha”, na antiga sede da Fazenda Ribeirão, precisamente, entre o Bairro da Cegonha e a casa sede.

Figura 110 - Localização do primeiro edifício da Escola São Paulo em Holambra.



Fonte: João Luiz van Ham Mello.

⁶⁹ ESCOLA SÃO PAULO, 2019; WIJNEN, 2012.

Com a saída da Escola do local, entre 1996 e 2010, a edificação passou a ser utilizada, principalmente, pela Prefeitura Municipal, com as chamadas “oficinas abrigadas”. Eram oficinas de inclusão laboral e social de pessoas portadoras de deficiência do município. Em 2011, o edifício foi abandonado, definitivamente, ficando exposto às intempéries do tempo e à falta de manutenção.

Figura 111 - Edifício da Escola São Paulo em arruinamento, com acúmulo de resíduos e descarte de lixo, em janeiro de 2019.





Fonte: João Luiz van Ham Mello.

Notou-se, em uma oportunidade de visita ao local, em janeiro de 2019, que, havia muito lixo acumulado dentro e fora da edificação, além de carteiras escolares, carcaças de televisão e telefone, pneus, pedaços de madeira e plástico e roupas velhas; enfim, a área estava praticamente intransitável devido a quantidade de escombros e itens descartados ali, o que oferecia risco devido à proliferação de animais e insetos.

Em 17 de agosto de 2019, o edifício foi completamente demolido com uso de escavadeira. O motivo alegado pela Cooperativa Pecuária Holambra foi que a edificação não apresentava condições para recuperação e que havia a necessidade de construção de uma nova portaria para caminhões. Na ocasião, não houve pronunciamento público ou solene. Nem mesmo a Prefeitura ou o Museu se pronunciaram a respeito. A nova portaria ficou pronta em meados de junho e julho de 2020.

Figura 112 - Nova entrada de caminhões da Cooperativa Pecuária Holambra, local da antiga Escola São Paulo (2020).



Fonte: João Luiz van Ham Mello.

4.2.5.2. Escola de Economia Doméstica “Príncipe Bernardo”.

Após o ensino primário, a formação de jovens adolescentes era um problema no início da década de 1950, as condições para o deslocamento para outras cidades eram precárias. O ensino de jovens foi parcialmente resolvido com a criação, pela Cooperativa e pela comunidade de holandeses, do curso “Pró-Pátria”, em que os jovens homens eram ensinados a como dirigir uma propriedade. Em relação às moças jovens, também se sentiu a necessidade em oferecer alguma formação após o ensino básico. Segundo Wijnen (2012), foi formado então, um grupo de nominado “Colmeia”.

O grupo era composto por mulheres holandesas, “como dona Leny van der Werf (cuidados com crianças e pedagogia), dona Toos Miltenburg (desenhos e moldes, corte e costura) e dona Mientje van Kampen (arte culinária, nutrição, economia doméstica, enfermagem e higiene)”⁷⁰. Após dois anos, as alunas ganhavam um certificado. Durante a década de 1950, as aulas foram ofertadas nas casas das famílias do centro da colônia.

⁷⁰ WIJNEN, 2012, p. 209.

Ainda segundo Wijnen, no início da década de 1960, iniciou-se um curso de economia doméstica para mulheres e jovens brasileiras. Para satisfazer, definitivamente, as demandas crescentes pelos cursos, iniciou-se, em 1966 a construção da Escola de Economia Doméstica, “com apoio do Fundo Príncipe Bernardo e da Novib”⁷¹. A escola foi construída em frente ao convento franciscano, na atual Alameda Maurício de Nassau.

Figura 113 - Edifício da Escola de Economia Doméstica Príncipe Bernardo, visto a partir do jardim do convento, final da década de 1960.



Fonte: *Geheugen van Nederland*.

A angariação de recursos do “Fundo Príncipe Bernardo” era realizada nos Países Baixos e a disposição do terreno para construção da escola foi feita pela CAPH. Devido ao apoio estrangeiro, a escola passa a se chamar “Escola de Economia Doméstica Príncipe Bernardo”.

A nova escola foi iniciada sob a direção de Irmã Irmentrudis que veio da Holanda especialmente para isso. Por dois anos foi dada formação diurna. Os patrões holandeses incentivavam suas empregadas a seguir o curso dado na Escola Doméstica. Alguns cediam parte das horas de trabalho. As aulas de fora de Holambra ficavam em uma pensão. Esse tipo de ensino ainda não existia no Brasil, e, por isso, havia liberdade para se determinar o programa de ensino” (WIJNEN, 2012, p. 211).

⁷¹ WIJNEN, 2012, p. 211.

Figura 114 - Aula de culinária e objetos feitos nas aulas de corte e costura da Escola Doméstica, anos 1960.



Fonte: *Geheugen van Nederland*.

Atualmente, a Escola é mantida e gerida pela “Associação Príncipe Bernardo”, uma organização sem fins lucrativos. Oferece além das aulas de conhecimentos domésticos, diversos cursos profissionalizantes e de reforço escolar. As salas, normalmente, são alugadas para terceiros. A edificação preserva, majoritariamente, suas características da edificação original em termos estruturais e estéticos. Adicionalmente, ao edifício principal, foi construído, em 2010, um salão anexo, que funciona desde então, ocasionalmente, como restaurante, como durante a Expoflora, ou para realização de eventos beneficentes.

Figura 115 - Escola de Economia Doméstica Príncipe Bernardo na Alameda Maurício de Nassau.








Fonte: João Luiz van Ham Mello.

4.3. Panorama do estado de preservação atual dos grupos de edificações

Este último subcapítulo tem como objetivo realizar um panorama geral do estado de preservação atual dos edifícios tratados nos subcapítulos e subitens anteriores. Dado este objetivo, desenvolveu-se uma escala com cinco cores que, podem representar os estados de preservação das edificações ou grupo de edificações selecionadas como de importância histórica de referência à colonização holandesa ocorrida em Holambra. A tabela abaixo apresenta a escala de cores com as descrições correspondentes às mesmas.

Tabela 3: Escala de cores do panorama do estado de preservação atual

	Representa edificações já demolidas.
	Apresenta, em maior parte, a perda de elementos característicos da edificação original, o que compromete a forma estética e a estrutura originais.
	Apresenta, em maior parte, estruturas originais, com modificações parciais e adições, que comprometem a forma estética e a estrutura originais.
	Apresenta, em maior parte, estruturas originais, com modificações parciais e adições, que não comprometem a forma estética e a estrutura originais.
	Apresenta estruturas originais com intervenções mínimas, que não comprometem a estética e a estrutura originais.

Fonte: Elaborado pelo autor.

As cores escolhidas podem ser facilmente relacionadas às suas descrições, uma vez que, as cores mais díspares da escala, ou seja, o vermelho e o azul, representam, respectivamente, do estado de preservação mais grave, em que o bem foi demolido, ao estado de melhor preservação, em que as intervenções mínimas não comprometem a estética e a estrutura originais do bem cultural edificado.

A correspondência entre os bens culturais edificados e escalara de cores foi realizada a partir, principalmente, da observação participativa a e experiência pessoal do autor com a cidade de Holambra, em seus estudos nos últimos anos. A escala de cores, apresenta, portanto, um ponto de vista atual, porém generalizada, sobre a preservação dos bens culturais supracitados, podendo ser visto como ponto de partida para estudos mais aprofundados e específicos posteriores.

A tabela 3 apresenta, portanto, as categorias de edificações ou conjuntos, seguida da sua denominação e localização atual, período construtivo e, por fim, o estado de preservação atual com uso da escala de cores.

Tabela 4: Tabela do estado de preservação atual de bens culturais edificados em Holambra.

Grupos de Edificações	Denominação dos Conjuntos e Elementos	Localização atual	Período Construtivo dos Principais Elementos	Estado de Preservação Atual
Edifícios residenciais de imigrantes holandeses	Conjunto do Bairro da Cegonha	Avenida Mario Bonano - Praça da Cachoeira	1949-1950	
	Conjunto do Bairro do Córrego	Rua João Fogaça, Rua Antônio Jorge Frade e Rua José Martins	1949-1950	
	Sítios autônomos das famílias holandesas	Presentes nas áreas rurais do município, principalmente, os bairros rurais Camanducaia, Fundão, Alegre e Cachoeira.	1950-1970	
	Casas de imigrantes no Centro	Praça Vitória Régia; Avenida Maurício de Nassau; Rua Dr. Jorge Latour; Rua Campo de Pousa; Rua Dória Vasconcelos; Rua Primavera; Rua Camélias; Rua Campo das Palmas; Rua Charles Hogenboom e Viela Lantânias	1950-1970	
Edificações laborais da CAPH	Complexo industrial de edifícios CAPH	Avenida Rota dos Imigrantes	1950-1970	
	Armazéns da CAPH	Avenida Rota dos Imigrantes	1949-1950	
Edificações de lazer	Mini-praia	Avenida das Tulipas	1968-1972	
	Conjunto do Clube Fazenda Ribeirão	Alameda Maurício de Nassau	1960-1990	
Edificações religiosas	"Igreja Velha"	Área industrial da Cooperativa Pecuária Holambra	1949-1950	
	Igreja Matriz do Divino Espírito Santo	Alameda Maurício de Nassau	1965-1972	
	Cemitério de Holambra	Alameda Maurício de Nassau	1960-1970	
	Convento da Ordem Franciscana	Alameda Maurício de Nassau	1960-1965	
Edificações educacionais	Primeira edificação da Escola São Paulo	Área industrial da Cooperativa Pecuária Holambra	1950-1952	
	Escola de Economia Doméstica Príncipe Bernardo	Alameda Maurício de Nassau	1960-1970	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Uma análise simples da tabela pode indicar algumas constatações: 43% das edificações ou conjuntos de edificações consideradas apresentam seu estado de preservação na cor amarela, ou seja, são edificações que apresentam, em maior parte, estruturas originais, com modificações parciais e adições, que comprometem a forma estética e a estrutura originais.

A cor vermelha, que indica edificações já demolidas, representa o estado de preservação de 21% dos edifícios analisados; na mesma proporção estão os edifícios indicados com a cor laranja, que apresentam, em maior parte, a perda de elementos característicos da edificação original, o que compromete a forma estética e a estrutura originais.

A cor verde é atribuída a duas edificações, representando do total, 14%. A cor azul, que representa as edificações em melhor estado de preservação atual é correspondente a somente uma edificação, o Cemitério de Holambra. A partir disso, a maioria dos bens culturais edificados analisados, 78%, foi representada pelas cores vermelho, laranja e amarelo, o que pode indicar, ao final, que estado de preservação de bens culturais edificados da colonização holandesa em Holambra é crítico.

No capítulo seguinte, “Pesquisa de opinião pública com população de Holambra”, demonstra-se a metodologia e resultados coletados em uma pesquisa *online* de opinião pública sobre a preservação do patrimônio cultural da colonização holandesa na atual cidade de Holambra.

5. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA COM POPULAÇÃO DE HOLAMBRA

A participação popular é imprescindível para a consolidação de políticas públicas eficientes e que busquem atender às necessidades e aos desejos das diferentes camadas da população, sejam elas de um bairro específico ou de uma região metropolitana; os planos diretores municipais são um exemplo de políticas que requerem a participação da população em seu processo de tomada de decisões (CASTRIOTA, 2009), ou assim deveria proceder.

O processo participativo, muitas vezes, é dificultado pela própria falta de interesse das populações em participar, ou mesmo pela ausência de agentes municipais que buscam promover e engajar a população no processo participativo. Além disso, as decisões nas políticas urbanas, muitas vezes, são tomadas por especialistas alheios ao território ou pelo próprio corpo de governo municipal, o que pode acabar por impedir a manifestação de interesses e opiniões sem acesso a esse processo, comprometendo o futuro das cidades e suas relações de vida e permanência.

No âmbito do patrimônio cultural, a história se repete. Apesar das mais envolventes e contemporâneas metodologias de participação popular nas tomadas de decisões, muitas vezes, essas são insuficientes para criar um diálogo próspero e contínuo entre sociedade civil e poder público. Ações para educação patrimonial também são um desafio caro deste campo do conhecimento, em constante aperfeiçoamento, uma vez que, valores pessoais, mas principalmente, valores coletivos são determinantes para a consolidação ou não de processos de patrimonialização, como os tombamentos e registros dos bens culturais. Segundo o IPHAN,

[...] as políticas de preservação devem priorizar a construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes institucionais e sociais e pela participação das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais. Nesse processo, as iniciativas educativas devem ser encaradas como um recurso fundamental para a valorização da diversidade cultural e para o fortalecimento da identidade local, fazendo uso de múltiplas estratégias e situações de aprendizagem construídas coletivamente (IPHAN, 2014, p. 20).

Nesse capítulo, como forma de agregar ao trabalho a participação popular, apresenta-se uma pesquisa de opinião pública realizada com moradores de Holambra, por meio de plataforma *online* para coleta de respostas. A metodologia empregada na coleta é descrita no subcapítulo 5.1. O subcapítulo 5.2 apresenta e discute os resultados colhidos na pesquisa de opinião pública. A pesquisa contou com a participação efetiva de 296 indivíduos dos diferentes estratos da população.

5.1. Metodologia da pesquisa de opinião pública online

A pesquisa virtual se deu como necessária diante do cenário de pandemia enfrentado em 2020, causado pelo Novo Corona vírus, COVID-19. O autor tinha como plano de trabalho, até março daquele ano, realizar um trabalho de campo em Holambra, a fim de ter contato direto com os objetos principais do estudo, as edificações, assim aproximar-se dos atores locais, como forma de compreensão das condições atuais pelas quais o conjunto arquitetônico se sustenta e é visto na atualidade.

Dada a impossibilidade em realizar as visitas aos espaços de interesse na pesquisa, foi necessário então, redirecionar, de certa forma, seus objetivos. Foi então que, uma pesquisa de opinião pública, por meio virtual, surgiu como alternativa para consolidação do trabalho de pesquisa. Com a realização de uma pesquisa virtual, pode-se ter uma impressão do imaginário

social coletivo e das relações historicamente estabelecidas, neste caso, dos moradores de Holambra, ao que diz respeito ao patrimônio cultural da colonização holandesa na atualidade.

A pesquisa teve como meio de divulgação as redes sociais do autor (Facebook e Instagram) que são povoadas, em grande parte, por moradores da cidade. Porém, havia uma preocupação de que a rede de contatos do autor de alguma forma influenciasse as respostas dos questionários, tendo familiares e amigos que poderiam respondê-los. Apesar disso, o questionário chegou a 21 bairros ou condomínios da cidade, e surpreendentemente, ganhou a atenção não somente das pessoas de sua rede social mais próxima, mas também daqueles que lhe são desconhecidos, uma vez que a publicação foi compartilhada entre os grupos virtuais, ganhando uma certa amostragem.

A pesquisa de opinião pública foi realizada em ambiente virtual, por meio da plataforma de questionários *online*, gratuita, da empresa Google, o Google Formulários⁷². O questionário é contém 18 questões que foram formuladas pelo autor e sua orientadora. As 18 questões são, em sua maioria, semiestruturadas, ou seja, 14 delas apresentam opções de respostas dadas, sendo que, em quatro delas (questões 5, 8, 9 e 16), as respostas foram escritas pelos respondentes por extenso. As questões foram divididas em três partes: (1) perfil social do respondente (questões 01 a 06); (2) preservação de bens culturais da colonização holandesa (questões 07 a 15); e (3) percepção da atividade turística (questões 16 a 18). As questões

O perfil social busca traçar algumas características gerais sobre os respondentes, como seus vínculos e origens, faixas etárias, atuação profissional e tempo de moradia em Holambra. A parte dois do questionário apresenta questões essenciais para compreensão das relações sociais e simbólicas estabelecidas entre a população e o patrimônio cultural, em consonância com o discurso da dissertação apresentado até aqui. A terceira parte procura evidenciar impressões sobre a atividade turística e a questão das fachadas holandesas, como visto no subcapítulo 2.3.

Durante o período de pesquisa, o questionário suscitou interesse da mídia local que resultou em uma matéria jornalística (“Pesquisa avalia ‘valor’ da arquitetura holandesa”⁷³) no “Jornal da Cidade”, um jornal de notícias de Holambra, com 25 anos de veiculação local. A redatora da matéria realizou uma entrevista com o autor, que expôs os motivos e objetivos do questionário, aproveitando a oportunidade para convidar a população a respondê-lo, o que ajudou na ampliação da amostra.

⁷² Google Formulários. Disponível em: <https://www.google.com/intl/pt-BR/forms/about/>.

⁷³ Matéria veiculada no “Jornal da Cidade” no dia 24 de abril de 2020, ano XXV, nº 1296, p. 6. Disponível em: <https://www.jcholambra.com/>.

O questionário ficou disponível entre os dias 03 de abril e 03 de maio de 2020, totalizando 31 dias. Ao final deste período, foi retirado de veiculação, sendo, inicialmente, contabilizado o recebimento de 315 questionários. Os questionários então passaram por uma triagem com o intuito de se considerar somente as respostas de pessoas que, efetivamente, declaravam morar em Holambra na data de realização da pesquisa uma vez que, alguns respondentes, que não eram moradores de Holambra, acabaram também respondendo. Essa decisão é metodológica e visa criar um recorte de respostas específico. A triagem também identificou respostas repetidas em cinco casos.

Como resultado, foram contabilizados e incluídos nos resultados, as respostas de 296 questionários. Esse número representa cerca de 2% da população de Holambra, tendo 2019, o ano de referência, com uma população de 14.930 habitantes⁷⁴ (IBGE). Nenhum dado pessoal identificável dos respondentes foi coletado e utilizado.

Devido a isso, o questionário se caracteriza como pesquisa de opinião pública, sem necessidade de submissão à Comissão de Ética da Pesquisa da UFMG. O subcapítulo seguinte (5.2) apresenta os itens do questionário, seguido da exposição e análises dos dados coletados.

5.2. Resultados da Pesquisa online sobre a preservação do patrimônio cultural da colonização holandesa em Holambra.

Como dito anteriormente, a pesquisa totalizou 296 respostas. Nesse subcapítulo apresenta-se os resultados de forma sequenciada e dividida entre as três partes do questionário como supracitado na metodologia.

Os resultados que apresentam as maiores porcentagens foram sublinhados para que fossem mais bem identificados no texto. Além, disso foram realizados gráficos de barras demonstrativos das respostas colhidas.

Decidiu-se por apresentar um texto técnico, sem análises, a fim de que se pudesse realizá-las de forma articulada nas Considerações Finais, próximo e último capítulo, juntamente com a discussão do autor sobre os assuntos abordados anteriormente.

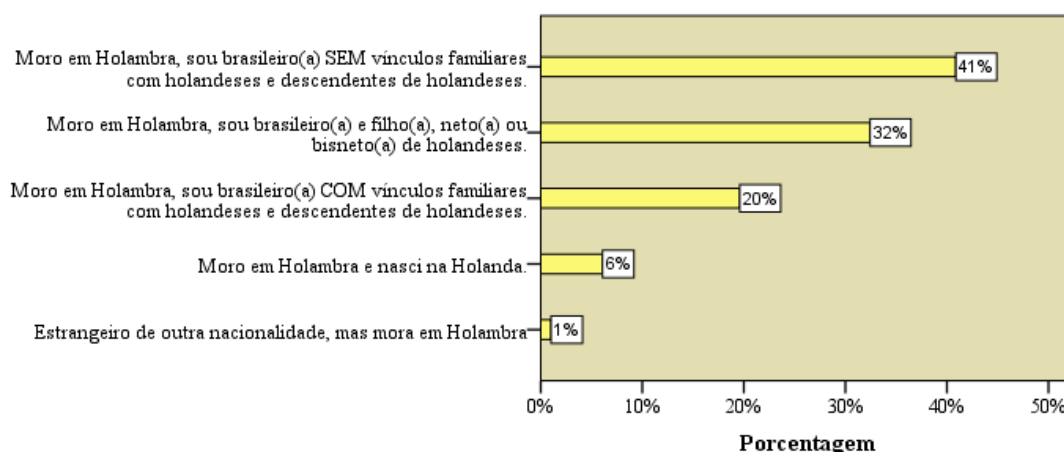
⁷⁴ IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/holambra.html>. Acesso em 11 nov. 2020.

5.2.1. Perfil social dos respondentes

A primeira parte do questionário, que visou identificar o perfil social dos respondentes é composta por seis questões: (1) vínculos e origens dos respondentes; (2) identidade de gênero; (3) faixa etária; (4) tempo de moradia em Holambra; (5) bairro em que reside e (6) atuação profissional.

Os resultados da primeira questão (Q1) demonstram a participação de 41% de brasileiros SEM vínculos familiares com holandeses e descendentes. Seguido destes, estão os filhos(as), netos(as) e bisnetos(as) de holandeses (32%), seguido dos brasileiros COM vínculos familiares com holandeses (20%). Nascidos na Holanda são 6% e estrangeiros de outras nacionalidades somam 1%.

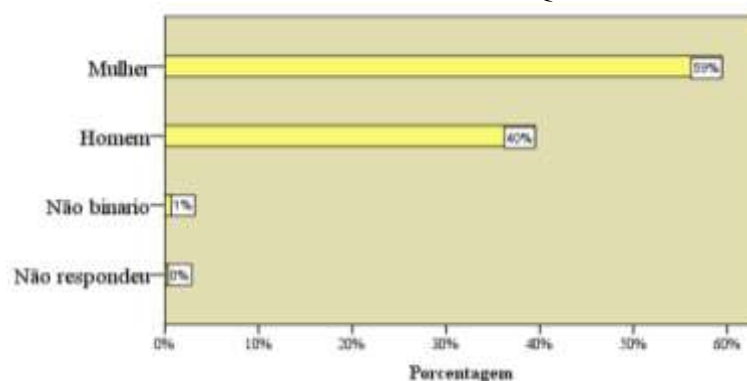
Gráfico 2 - Resultado da Q1



Fonte: Elaborado pelo autor.

A segunda questão (Q2) identificou a identidade gênero dos respondentes. 59,5% identificam-se como mulheres, 39,5% identificam-se como homens, 0,7% identificam-se como não binários e 0,3% não responderam.

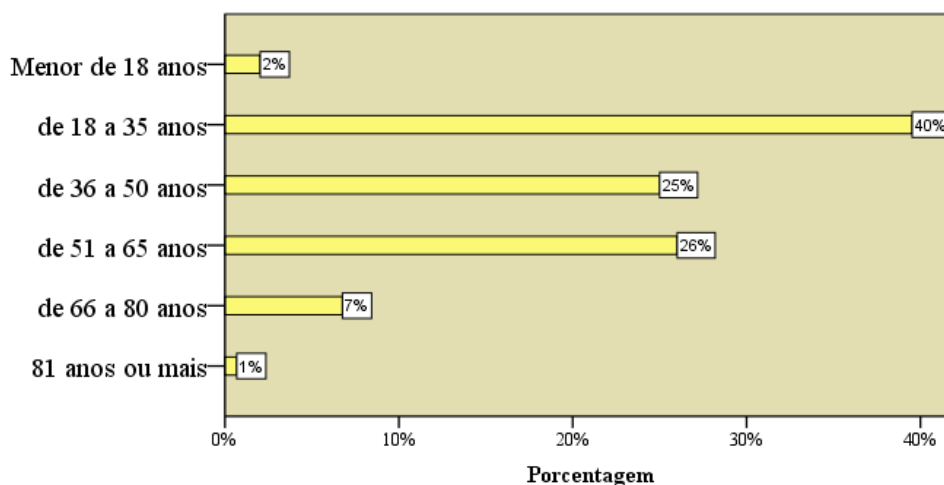
Gráfico 3 – Resultado da Q2



Fonte: Elaborado pelo autor.

A terceira questão (Q3), buscou identificar as faixas etárias dos respondentes. Os resultados são: menores de 18 anos correspondentes a 2%, de 18 a 35 anos correspondem a 40%, de 36 a 50 são 25%, de 51 a 65 são 26%, de 66 a 80 anos são 7% e 81 anos ou mais somam 1%.

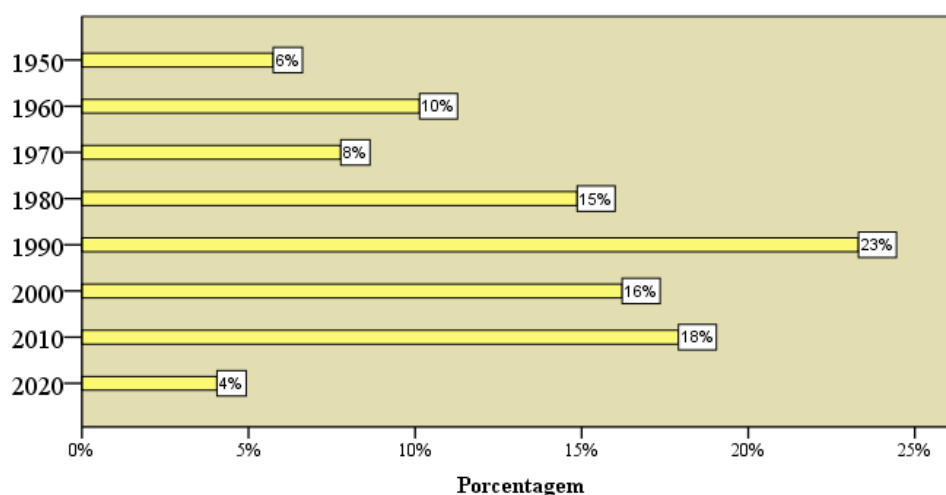
Gráfico 4 – Resultado da Q3.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A quarta questão (Q4) visava conhecer a década em que os respondentes passaram a morar em Holambra. Os dados apontam que nenhum respondente da pesquisa mora em Holambra desde a década de 1940, embora, 6% afirmem morar na cidade desde a década de 1950, 10% desde a década de 1960, 8% desde a década de 1970, 15% desde a década de 1980, 23% moram em Holambra desde 1990, 16% desde a década de 2000, 18% desde a década de 2010 e 4% desde 2020.

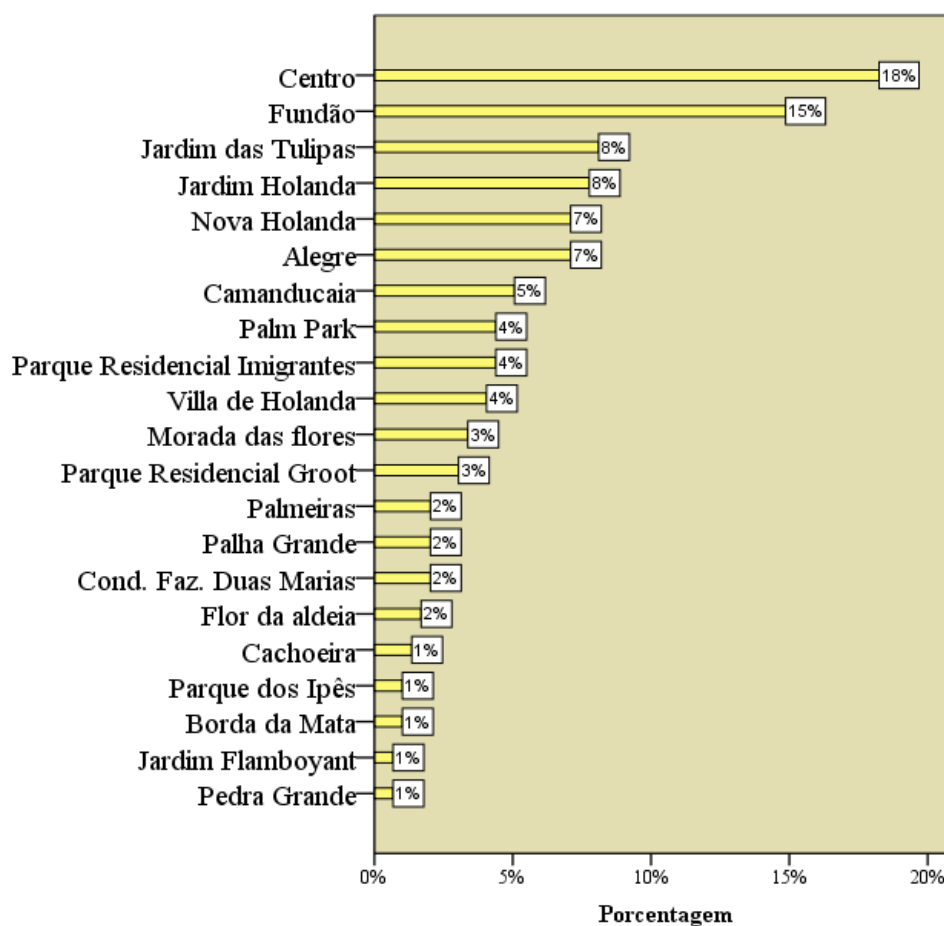
Gráfico 5 - Resultado da Q4.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A quinta questão (Q5) buscou identificar os bairros em que os respondentes residem. No total da pesquisa, moradores de 21 bairros urbanos e rurais, e condomínios residenciais fechados foram contemplados. Porém, concentraram-se respostas de residentes dos bairros “Centro” com 18% e “Fundão” com 15%, seguido de “Jardim das Tulipas” com 8% e “Jardim Holanda” com 8%.

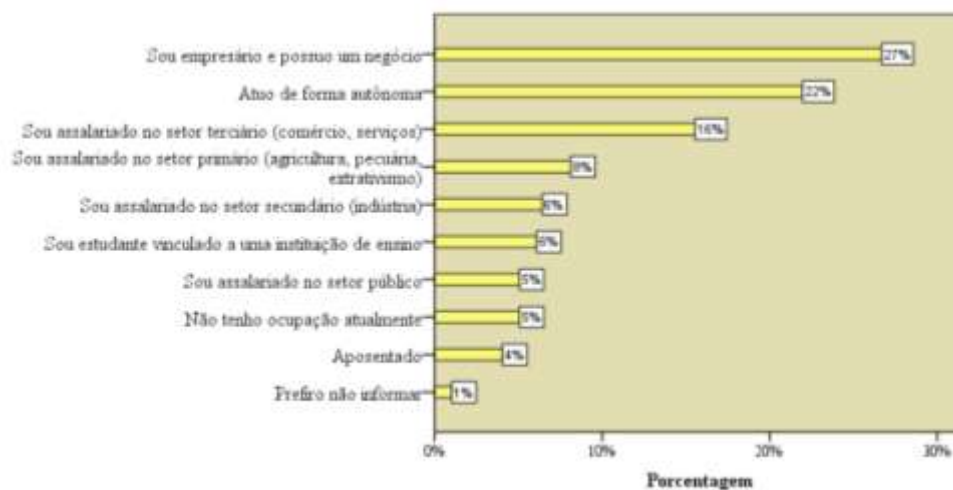
Gráfico 6 – Resultado da Q5.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A sexta e última questão do perfil social (Q6), buscou evidenciar a atuação profissional dos respondentes. Os dados coletados demonstram a participação de assalariados do setor primário em 8%, assalariados no setor secundário em 6%, assalariados no setor terciário em 16%, assalariados no setor público 5%, são empresários em 27%, atuam de forma autônoma em 22%, são estudantes em 6%, não tem ocupação atualmente somam 5%, aposentados somam 4%. e preferiram não informar são 1%.

Gráfico 7 – Resultado da Q6.



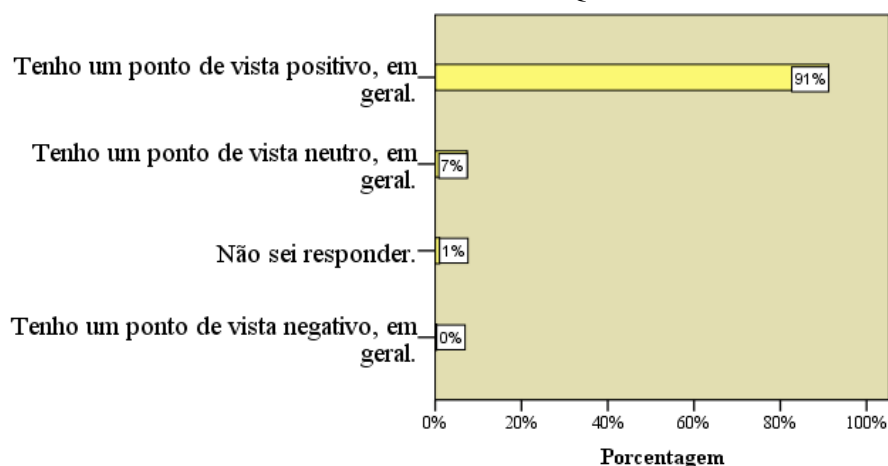
Fonte: Elaborado pelo autor.

5.2.2. Percepção da preservação de bens culturais da colonização holandesa

Na continuidade da pesquisa, apresentam-se os dados coletados em relação às percepções dos participantes em relação à preservação de bens culturais da colonização holandesa. Esta parte é constituída de nove questões. Os resultados serão detalhados em sequência.

A sétima questão (Q7) perguntou aos respondentes: “Qual seu ponto de vista geral acerca da colonização holandesa que ocorreu em Holambra?”. Os resultados mostram que 91% tem um ponto de vista positivo, 7% têm um ponto de vista neutro, 0,3% apresentam ponto de vista negativo e 1% não respondeu.

Gráfico 8 – Resultado da Q7.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A oitava questão (Q8) buscou salientar os aspectos positivos da colonização holandesa. Como dito anteriormente, a oitava questão requeria respostas por extenso. Devido a isso, a participação é de 80% dos 296 participantes válidos. A fim de verificar as opiniões, de forma generalizada, dos respondentes, utilizou-se de uma nuvem de palavras, em que as principais palavras-chave utilizadas nas respostas aparecem em destaque na representação. A nuvem foi criada com auxílio do *software* de análise textual *Iramuteq*⁷⁵, como se pode ser na figura 116 a seguir.

Figura 116 - Nuvem de palavras: Aspectos positivos da colonização holandesa (Q8).



Fonte: Elaborado pelo autor com uso do Iramuteq.

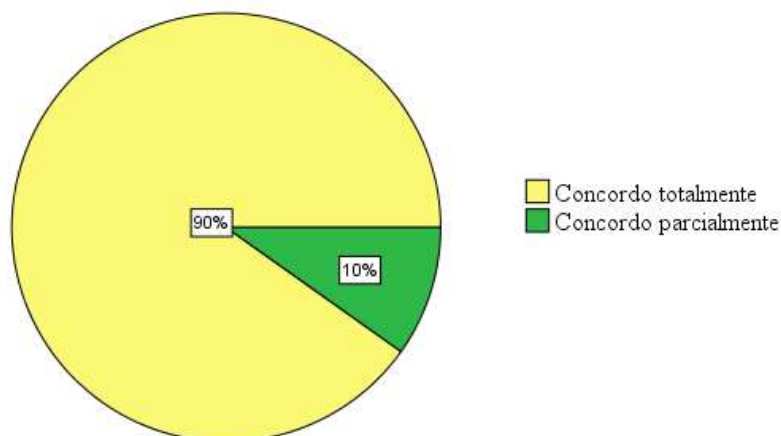
Como se pode ver, há uso frequente, primeiramente, da palavra “cultura”, seguido de “cooperativismo”, “flores”, “trabalho”, “desenvolvimento”, seguido de “organização” e “emprego”. Portanto, pode-se dizer que os aspectos positivos da colonização holandesa estariam ligados principalmente à “cultura” sendo seguido dos aspectos do “cooperativismo” e das “flores”. Pode-se afirmar também que a ideia de que o próprio desenvolvimento da cidade estaria diretamente relacionado à colonização holandesa.

O mesmo foi realizado com a nona questão (Q9), que visou compreender os aspectos, dessa vez, negativos, relacionados à colonização holandesa. Diferentemente da oitava questão, em que 19% não responderam sobre os aspectos positivos, 38% não responderam à questão dos aspectos negativos. Cerca de 26% declararam não haver aspectos negativos. As respostas por

⁷⁵ O IRAMUTEQ é um software gratuito e com fonte aberta, desenvolvido por Pierre Ratinaud (Lahlou, 2012; Ratinaud & Marchand, 2012) e licenciado por GNU GPL (v2), que permite fazer análises estatísticas sobre corpus textuais e sobre tabelas indivíduos/palavras. Ele ancora-se no software R (www.r-project.org) e na linguagem Python (www.python.org).

holandesa em Holambra (edifícios, mobiliário, utensílios, fotografias, documentos etc.) são importantes para a riqueza cultural da cidade e devem ser preservados”. Os dados coletados apontam que 90% concordam totalmente com a afirmação, 10% concordam parcialmente, 0,3% nem concordam nem discordam, sendo que nenhum respondente assinalou as respostas “discordo parcialmente” ou “discordo totalmente”.

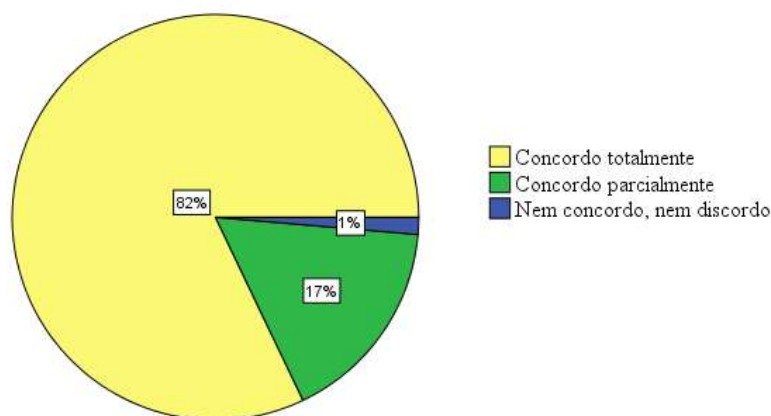
Gráfico 9 – Resposta da Q10.



Fonte: Elaborado pelo autor.

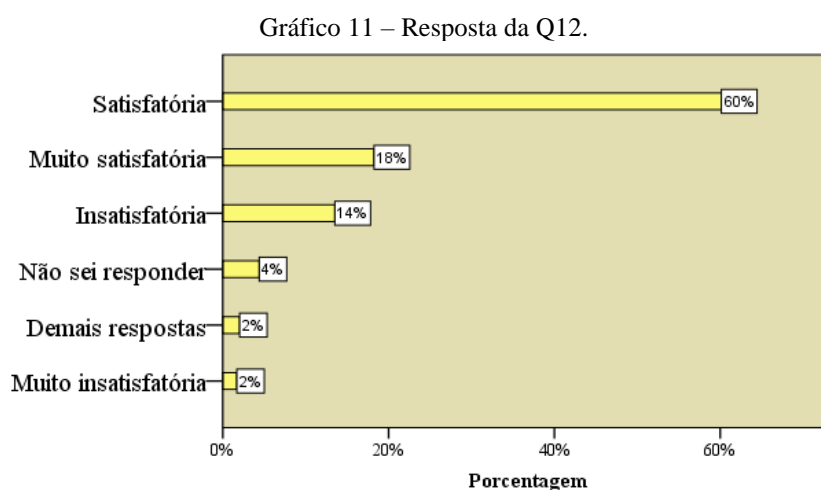
A décima primeira questão (Q11) abordou a importância da preservação de bens culturais imateriais: “Os bens culturais de natureza **IMATERIAL** da colonização holandesa em Holambra (modos de ser e fazer, expressões culturais, festividades, tradições e lugares) são importantes para a riqueza cultural da cidade e devem ser preservados”. Nesse quesito, 82% concordam plenamente com a afirmação, 17% concordam parcialmente, 1% nem discordam nem concordam. Nenhum respondente assinalou as respostas “discordo parcialmente” ou “discordo totalmente”.

Gráfico 10 – Resposta da Q11.



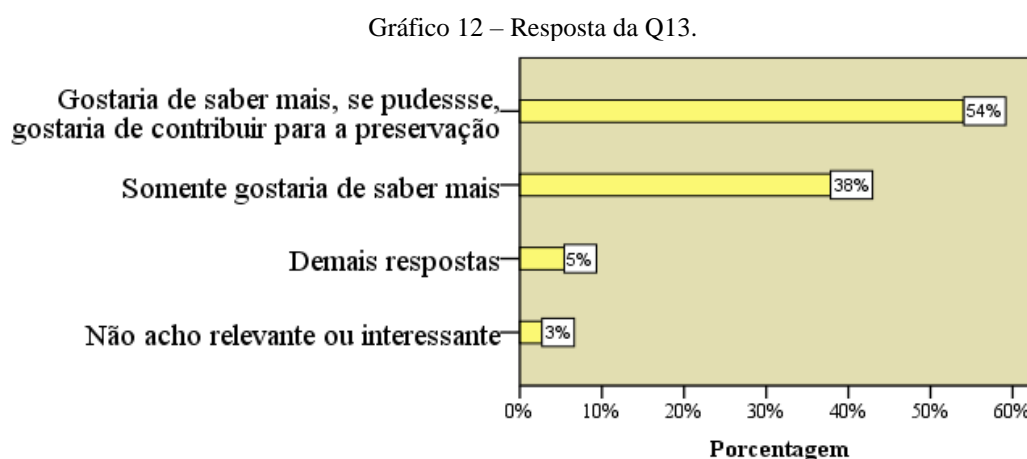
Fonte: Elaborado pelo autor.

A décima segunda questão (Q12) buscou evidenciar a opinião pública a respeito da situação atual da preservação de bens culturais (em geral) da colonização holandesa. Nesse quesito, 18% acreditam que a preservação é muito satisfatória, a maioria acredita ser satisfatória (60%), 4% não souberam responder, é insatisfatória para 14%, e para 2%, muito insatisfatória. 2% apresentou respostas por extenso.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A décima terceira questão (Q13) buscou compreender o interesse dos participantes em relação à preservação do patrimônio cultural em Holambra. 54% “gostariam de saber mais, se pudesse, gostaria de contribuir para a preservação”, 38% “somente gostariam de saber mais”, 3% “não acham relevante ou interessante” e demais respostas por extenso somam 5%.

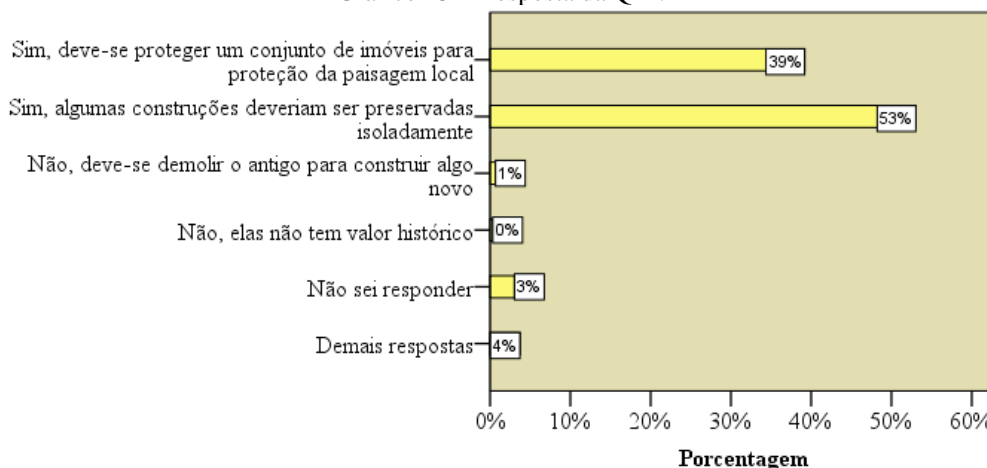


Fonte: Elaborado pelo autor.

A décima quarta questão (Q14) indagou os respondentes sobre suas opiniões a respeito da proteção (tombamento) de edificações por leis municipais: “Você considera que casas e demais edificações da época da colonização holandesa deveriam ser legalmente protegidas

por lei municipal?”. Nessa questão, 53% responderam que “Sim, algumas construções deveriam ser preservadas isoladamente”, 39% responderam que “Sim, deve-se proteger um conjunto de imóveis para proteção da paisagem local”, 0,7% respondeu que “Não, deve-se demolir o antigo para construir algo novo”, 0,3% respondeu que “Não, elas não tem valor histórico”, não souberam responder somam 3% e demais respostas por extenso somam 4%.

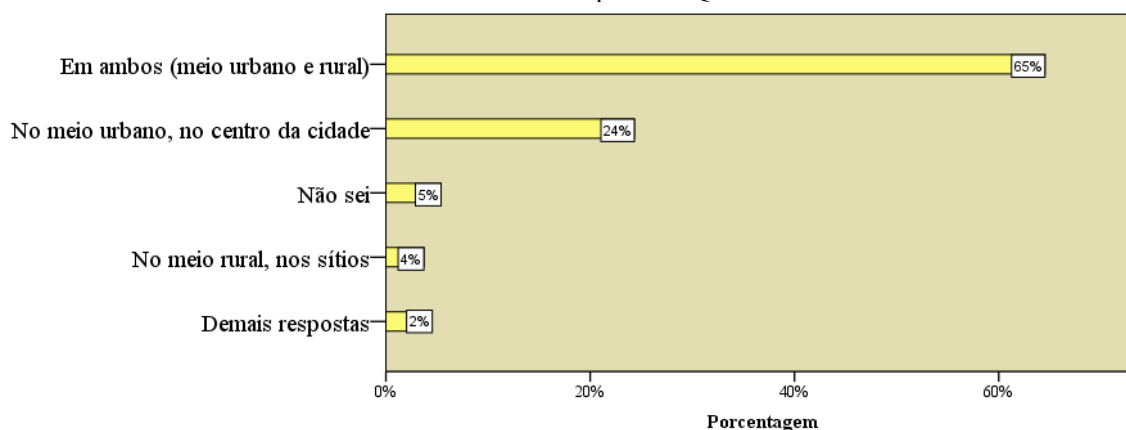
Gráfico 13 – Resposta da Q14.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A décima quinta questão (Q15) buscou compreender a percepção dos respondentes em relação à localização das principais edificações relativas à colonização holandesa. Grande parte (65%) acredita que tais edificações de importância histórica estão localizadas tanto na área urbana como na área rural. Porém, 24% acredita que estão localizadas somente no centro urbano e 4% no meio rural. Não souberam responder somam 5% e demais respostas por escrito somam 2%.

Gráfico 14 – Resposta da Q15.



Fonte: Elaborado pelo autor.

5.2.3. Percepção da atividade turística

As questões 16, 17 e 18 buscaram evidenciar a opinião pública a respeito às questões relacionadas à atividade turística na cidade. Na décima sexta questão (Q16), os respondentes foram pedidos para escreverem em poucas palavras como viam a atividade turística, atualmente, no município. Uma nuvem de palavras foi gerada para identificação das principais palavras utilizadas nos discursos.

Figura 118 - Nuvem de palavras: percepção da atividade turística.



Fonte: Elaborado pelo autor com uso do Iramuteq.

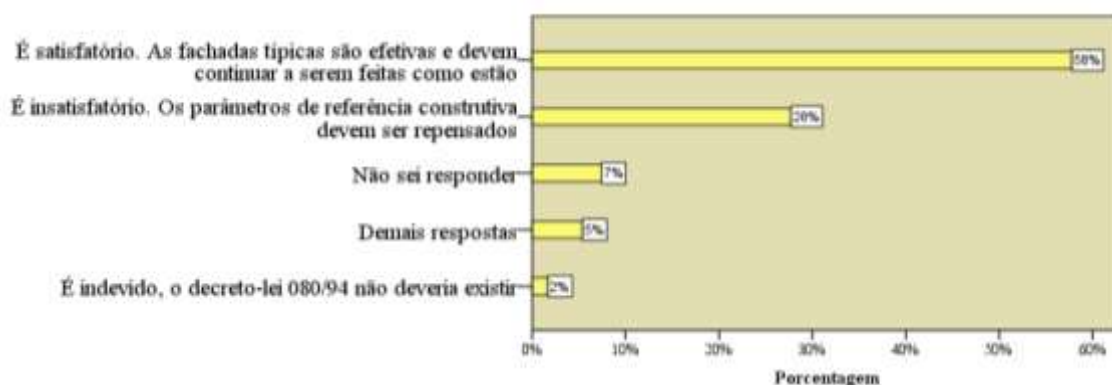
Uma análise breve da nuvem, pode indicar que a maioria dos respondentes considera o turismo algo “importante” e “bom” para a “cidade”, sendo visto também como “essencial” e “satisfatório” por gerar “renda”, mas que poderia ser “melhor” explorado. Algumas respostas por extenso podem sinalizar outros aspectos. A atividade turística também é vista, portanto, como, “Perfeita para a economia da cidade, péssimo para os moradores por conta do trânsito, mas é compreensível”. Também vista como, “Satisfatória em relação a ‘cidade das flores’, porém precária em relação a ‘colônia holandesa’”. A próxima resposta faz alusão às renovações urbanas e aos loteamentos:

É um bom negócio para Holambra em si, mas para quem é morador, o turismo em si, as renovações e atualidades, a meu ver, não precisariam ser tão exageradas. Sinto falta das antigas plantações que hoje são terras para venda de loteamentos (AFIRMAÇÃO COLHIDA PELA PESQUISA).

Outros dizem do incomodo que os turistas provocam para eles, enquanto moradores. “Tenho sentimento misto. A cidade está bem bonita para receber os turistas, mas as vezes sinto que ela é invadida por eles e acaba nos sobrando poucos lugares para ir”; “Intensa, ocupando cada vez mais nossos espaços, principalmente em certas épocas”. Tais comentários evidenciam alguns conflitos da atividade, apesar da maioria tê-la como positiva.

A décima sétima questão (Q17) questionou os respondentes sobre as fachadas holandesas: “As fachadas das lojas são um chamariz para os turistas. Sobre o decreto municipal 080/94, que incentiva abono de até 50% no valor do IPTU do imóvel, para as construções feitas com fachadas típicas holandesas”. O decreto-lei é visto como satisfatório para 58%, que acredita que as fachadas típicas são efetivas e devem continuar a serem feitas como estão. 28% acredita que é insatisfatório e que os parâmetros de referência construtiva deveriam ser reformulados. 2% acredita que o decreto-lei 080/94 é indevido e que não deveria existir. Não souberam responder somam 7% e demais respostas por escrito somam 5%.

Gráfico 15 – Resposta da Q17.



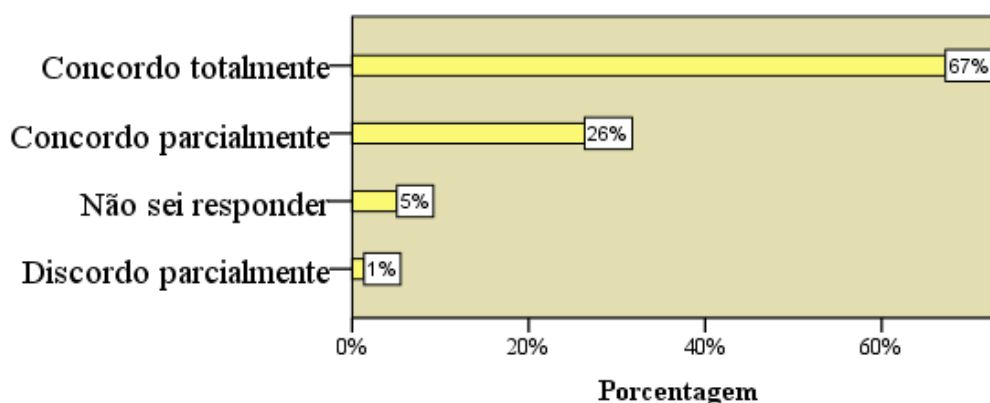
Fonte: Elaborado pelo autor.

A décima oitava questão (Q18), última do questionário coloca: “A preservação de 'edifícios históricos' em Holambra pode fomentar a atividade turística de forma sustentável”. A pergunta se dá como forma de compreender como se dá a opinião pública, no tangente a uma possível “patrimonialização” dos bens culturais, quando esse pode-se dar como alternativa sustentável⁷⁶ ao desenvolvimento do turismo. Do total de respostas, 67% concordam totalmente

⁷⁶ A noção de sustentabilidade implica uma necessária inter-relação entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a necessidade de desenvolvimento com capacidade de suporte (JACOBI, 1999, p. 180). A preocupação com o tema do desenvolvimento sustentável introduz não apenas a sempre polêmica questão da capacidade de suporte, mas também os alcances e limites das ações destinadas a reduzir o impacto dos agravos no cotidiano urbano e as respostas pautadas por rupturas no modus operandi, da omissão e convivência com as práticas autofágicas predominantes (JACOBI, 1999, p. 181).

com a afirmação, 26% concordam parcialmente, 5% não souberam responder, 1% discordam parcialmente e nenhum respondente marcou a resposta “discordo totalmente”.

Gráfico 16 – Resposta da Q18.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Análises sobre a pesquisa, assim como demais apontamentos finais serão abordados no capítulo 6, a seguir.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do trabalho que aqui se finda, pode-se realizar algumas constatações que dialogam com o objetivo geral do trabalho: realizar uma análise ampliada sobre o patrimônio cultural da colonização holandesa, com foco no patrimônio construído, suas principais características e políticas relacionadas. Como viu-se, ao longo do texto, o caráter da colonização holandesa ocorrida em Holambra conformou um novo fluxo de imigrantes holandeses no Brasil. A colônia de Holambra, amplamente apoiada pelos governos holandês e brasileiro, teve sua realização dirigida e altamente orientada nos anos posteriores ao pós-guerra, em que se estruturou mediante a centralidade política e social levada à cabo pela CAPH, entre os anos de 1948 e 1991, quando da emancipação da colônia.

A comunidade se caracterizou pela intensa religiosidade e moralidade católica, que, ao mesmo tempo, permitiu uma socialização gradual com o contexto brasileiro onde se inseriu, mas também, criou as condições para seu relativo isolamento de seu contexto cultural durante,

principalmente, seus primeiros 20 anos. Tal controle das relações sociais e políticas pela CAPH, em um modelo cooperativista, possibilitou a construção de uma paisagem de colonização holandesa no Brasil que apresenta diversas edificações residenciais, comunitárias, laborais, educacionais e religiosas diretamente expressivas da organização cultural da comunidade de holandeses agricultores, que, como se viu no capítulo quatro, apresenta conformidade estética e estrutural, diferenciando-se de seu entorno regional sobremaneira, como já também evidenciado por Abreu (1971), em vários trechos.

O “sucesso” econômico da comunidade foi possibilitado, ao longo desse período, devido ao cultivo e venda cooperativista de flores e plantas ornamentais, pelo conhecimento e técnicas introduzidas por esses imigrantes no Brasil. Foi, portanto, com a expansão do mercado de flores e plantas, sobretudo a partir da década de 1970, que Holambra deu início a uma abertura social e cultural mediante seu entorno regional.

Deste movimento, a partir de 1982, foi a Expoflora que passou a desenhar, de forma cada vez mais relevante, a dinâmica econômica, social e cultural da comunidade, com o advento do turismo, como um fator de importância econômica para a colônia.

Com a emancipação, o poder local exercido pela Cooperativa Agropecuária Holambra se desfez de forma obrigatória, dando espaço para a conformação de nova realidade local, desta vez gerida pela municipalidade. Este movimento, no entanto, gerou um afastamento da comunidade de holandeses da forma de poder local, que a partir disso, passou a se ausentar, em grande parte, das decisões políticas e administrativas da nova cidade de Holambra. Com o tempo, devido à inserção e relevância regional criada pelo setor de flores e plantas, as famílias holandesas passaram a se concentrar cada vez mais nas questões da produção, logística e venda desses produtos no mercado brasileiro. O caráter cultural da antiga colônia passou às mãos da municipalidade e do empresariado local, que passaram a operar tal caráter em razão da atração de turistas, através da tematização do ambiente cultural urbano. Além disso, a relativa segurança, tranquilidade e qualidade de vida que Holambra apresentou, criou as condições para se tornar um destino para moradia de um número cada vez maior de pessoas em busca de tais qualidades. Este movimento se caracterizou, em grande parte, pelo investimento privado em condomínios residenciais fechados de alto padrão, que representam atualmente um forte fator de desigualdade e segregação social e espacial.

Além disso, há de se colocar adicionalmente que, Holambra vem passando nos últimos anos por uma grave crise hídrica. O aumento populacional promovido por condomínios residenciais fechados, que em alguns casos, prometem a inclusão de mais 2000 ou até 4000 habitantes, somente em alguns condomínios, aliado ao aumento da produção de flores e plantas,

assim como da população turística flutuante, podem comprometer gravemente a disponibilidade hídrica em Holambra em poucos anos. Imobiliárias locais vendem rapidamente terrenos nesses condomínios, prometendo qualidade de vida, segurança e uma cidade limpa e organizada, charmosa e cheia de atrações e serviços, mas omite completamente a questão hídrica local para esses forasteiros. Se a economia de Holambra depende, intrinsecamente, da disponibilidade de água, a produção de flores e plantas apresenta grave risco de extinção, ou grande diminuição em alguns anos. Lembremos que quando os holandeses chegaram ao local, em 1948, a Fazenda Ribeirão localizava-se em uma região denominada “Deserto de Mogi”.

O caráter do desenvolvimento local, com a emancipação, deixou de ter um aspecto cooperativista, se concentrando cada vez mais na competitividade capitalista comercial. O passado cooperativista, de características marcadamente de origem holandesa, deu lugar a um neoliberalismo local que nasce globalizado. O passado “colonial” foi então realocado por ações de alguns atores locais e os bens culturais móveis tornaram-se musealizados pela criação do Museu Histórico de Holambra. Porém, os bens culturais imóveis da colonização holandesa foram deixados à revelia das ações individuais e municipais, que à princípio, não depositaram nessas edificações, a valorização histórica e cultural para sua preservação ao longo do tempo. A antiga CAPH, que se desmembra em 1972, em setores produtivos, atualmente, ainda localizada no antigo local de assentamento do grupo de imigrantes, passou a destruir os resquícios e as formatações da paisagem de imigração em razão de seu próprio desenvolvimento industrial. Concomitantemente, a Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra vem apresentando, ao longo das décadas, em suas gestões municipais quadrienais, políticas culturais e patrimoniais insuficientes para a salvaguarda desses bens culturais imóveis. Há, portanto, uma cisão bastante acentuada entre esses atores humanos e não-humanos quando o assunto a ser tratado é a memória da colonização holandesa na cidade de Holambra, uma vez que, as fachadas típicas e os produtos associados a essa cultura, parecem dar conta das demandas turísticas, repleta de um imaginário social superficial da cultura holandesa, também compartilhado pelos moradores locais.

Nesse sentido, observa-se, a partir dos dados coletados pela pesquisa de opinião pública, apresentados no capítulo cinco que, os moradores de origem holandesa e relacionada, mas também não holandesa e não relacionada, apresentam uma latência pela preservação destes bens culturais, apesar da também aprovação, pela maioria, em relação à continuação das fachadas holandesas em benefício ao turismo. Ao mesmo tempo, apesar do estudo demonstrar que diversas edificações da colonização estão sendo destruídas e descaracterizadas devido à ausência e ineficiência de políticas públicas municipais para a preservação, e seu estado de

preservação haver sido apontado como crítico pelo autor, a população mostrou-se amplamente satisfeita com a preservação delas.

Ou seja, pode-se afirmar que o poder público municipal, a população e a Cooperativa Agropecuária de Holambra e o Veiling Holambra, de forma geral, não reconhecem as edificações construídas durante a colonização holandesa, privadas e comunitárias, como de importância histórica e cultural para o município. Enquanto isso, as ações para o empresariamento do espaço urbano agem de forma a modernizar e tematizar de forma contínua a paisagem. Como conclusão, pode-se afirmar que, de forma geral, o necessário trabalho local com relação à memória e o passado da colonização holandesa é desprezado, com intuito ao esquecimento, sobressaindo somente o que não é conflituoso. Neste sentido, pode-se verificar o lugar conflituoso que o patrimônio cultural pode ocupar na atualidade.

Além das críticas ao modelo de preservação atualmente empregado em Holambra, este estudo contribui à compreensão do caráter da imigração no Brasil no pós-guerra, à diversidade formadora das culturas brasileira e paulista, e suas formas de expressão, aos estudos das interações entre Patrimônio Cultural e Turismo e finalmente, ao planejamento de ações futuras para identificação, educação e preservação do patrimônio cultural na cidade de Holambra.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Adilson. A. de. **A colonização agrícola holandesa no estado de São Paulo: Holambra I.** Originalmente apresentada como dissertação de mestrado. Série Teses e Monografias, n. 6. São Paulo: Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo, 1971.
- ANDRADE, José H. F. O Brasil e a OIR. In: **Ver. Bras. Polit. Int.** 2005, v. 48, 2005.
- BARRETTO, Margarida. **Turismo e Legado Cultural: As possibilidades do planejamento.** Campinas: Papyrus, 2000.
- BRAVO, André L. M. Z. Entre a hospitalidade a exclusão: o recebimento de refugiados europeus pelo Brasil no pós-guerra. In: Encontro Abri – Perspectivas sobre o poder em um mundo em redefinição, 6., 2017, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: ABRI, 2017. Disponível em: <https://www.encontro2017.abri.org.br/site/anaiscomplementares2?AREA=7>. Acesso em: 09 out. 2019.
- BORGES, Jorge L. O Aleph. São Paulo: Globo, 1973.
- BUENO, Alexandre Marcelo. **Representações discursivas do imigrante no Brasil a partir de 1945.** 2011. 352 f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- BÜTTENBENDER, Pedro L. **Fundamentos e estruturas do cooperativismo.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2009. 102 p. (Coleção educação à distância. Série livro-texto). ISBN 978-85-7429-759-0. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/186/Fundamentos%20e%20estrutura%20do%20cooperativismo.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 out. 2019.
- CAES, André L.; FILHO, Robson R. G. De Vargas a Dutra: Aspectos políticos e Econômicos do Brasil na década de 1930 e 1940. In: MONTES, L.; ANDRÉS, J. (org.). **1948: procesos, permanencias, tensiones y rupturas.** Barranquilla: Corporación Universitaria Americana, 2017. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=MllgDwAAQBAJ&lpg=PA17&ots=huiTGmh5w5&dq=eurico%20gaspar%20dutra&lr&hl=pt-BR&pg=PA25#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 09 nov. 2020.

CARVALHO, Vânia C. de. Cultura material, espaço doméstico e musealização. **Varia Historia**, vol. 27, n. 46, julho-dezembro, 2011, pp. 443-469. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Brasil. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/pdf/3844/384434839003.pdf>.

CASTRIOTA, Leonardo B. **Patrimônio Cultural**: Conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

DEKKER, Paul; PETER, Ester. *Depillarization, Deconfessionalization, and De-Ideologization: Empirical Trends in Dutch Society 1958-1992*. In: **Review of Religious Research**, v. 37, n. 4, JSTOR, 1996. p. 325–341. Disponível em:

www.jstor.org/stable/3512012. Acesso em: 04 out. 2019.

DREHER, M. N. O suíço Johann Jakob Von Tschudi (1818-1889) e suas leituras da América do Sul. **Estudos Ibero-Americanos**, 31 dez. 2012. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2012.s.12451>.

ESCOLA SÃO PAULO. **Edição comemorativa**: Especial de 70 anos. 2019. 58 f. Impresso. Holambra, 2019.

FENG, Haifa. *Agricultural development in the Netherlands: an analysis of the history of Dutch agricultural development and its importance for China*. Relatório de pesquisa em **Wageningen Economic Research**. Haia: *Agricultural Economics Research Institute*, 1998. Disponível em: <https://library.wur.nl/WebQuery/wurpubs/310367>. Acesso em: 28 jan. 2020.

GASTAL, Suzana. **Turismo, imagens e imaginários**. São Paulo: Aleph, 2005.

HEFLINGER JÚNIOR, José E. **Ibicaba**: O berço da imigração europeia de cunho particular. tradução alemão – português: Eva Maria A. Boeckh Haebisch, Everett Richter, Therezinha Azevedo Xavier Richter; tradução português – alemão: Rudolf Schhalenmüller e Christiane Maus Martins. Limeira, SP: Editora Unigráfica, 2007.

HERBERS, Raul G. **Cooperativismo e desenvolvimento de comunidade rural**: O caso da Holambra. 1989. 263 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1989.

HOFBAUER, Andreas. O conceito de “raça” e o ideário do “branqueamento” no século XIX – Bases ideológicas do racismo brasileiro. **Teoria e Pesquisa Revista de Ciência Política**. v. 1, n. 42. jan./ jul. 2003. Disponível em:

<http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/57/47>. Acesso em: 12 out. 2019.

HOLAMBRA EM FOCO. Imagens e Impressões de uma cidade. Publicado por Toekan Ltda e LC Líder Publicidade. Fotos de Roberto Scheid. Revista comemorativa. 36 p.p. 1998.

JACOBI, Pedro. Meio ambiente e sustentabilidade. **O município no século XXI: cenários e perspectivas**. Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM. Ed. Especial. São Paulo, p. 175-183, 1999.

JAGUARIÚNA no rumo da história. Coordenação e textos: Suzana Barreto Ribeiro.

Jaguariúna: **Secretaria de Educação de Jaguariúna**, 2008. ISBN 978-85-61999-00-1.

Disponível em: <http://www.jaguariuna.sp.gov.br/hotsites/casadamemoria/wp-content/uploads/2015/10/Jaguari%C3%BAAna-no-curso-da-hist%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: 07 out. 2019.

JANSSEN, C. W.; BOOL, H. J. **Senembah Maatschappij**, 1889-1939. Amsterdam: Senembah Maatschappij, 1939.

KNAAP, Anne Marie van der. Parte 2. In: WIJNEN, Cornelius. J. M; VAN DER KNAAP, Annemarie. **Holambra**: Cidade das Flores; tradução de Therezinha H. van der Geest. Holambra: Editora Setembro, 2012.

KOIFMAN, Fábio. **Imigrante Ideal**: o ministério da justiça e a entrada de imigrantes estrangeiros (1941-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

LAUSCHNER, R.,. Autogestão, Cooperativismo e Capitalismo. **Perspectiva Econômica**. vol. 12, n. 2, 36, São Leopoldo: Unisinos, 1982.

LIBÂNIO, Bruno. **Do cooperativismo ao corporativismo**: um estudo sobre a produção e comercialização de flores e plantas ornamentais em Holambra/SP. 2015. 37 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/136565>. Acesso em: 14 out. 2019.

LOUREIRO, Maria L. de Niemeyer M. Fragmentos, modelos, imagens: processos de musealização nos domínios da ciência. **DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação** v. 8. n. 2. abr. 2007. Disponível em:

https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/01/pdf_6672718581_0007554.pdf. Acesso em 31 out. 2020.

OLIVEIRA, Lucia L. **Nós e eles**: Relações culturais entre brasileiros e imigrantes. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

PEDRO, Antônio. **História do Mundo Ocidental**: Ensino médio. Volume único. São Paulo: FTD, 2005.

PERRIN, Nadine. *Une colonie hollandaise au Brésil: Holambra. Historique, organisation, enseignement.*, **Population**, v. 12, n. 2, 269-288, 1957. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/pop_0032-4663_1957_num_12_2_5499. Acesso em: 20 set. 2019.

PEREIRO, Xerardo. Patrimônio Cultural: o casamento entre patrimônio e cultura. **Revista dos Sócios do Museu do Povo Galego**, (2), pp. 23-41. 2006. Disponível em: http://home.utad.pt/~xperez/ficheiros/publicacoes/patrimonio_cultural/Patrimonio_Cultural.pdf. Acesso em 11 nov. 2020.

PETRONE, Pasquale; MOLITERNO, Sérgio. **GEO**. ed. 1. São Paulo: Editora Abril, 1971.

PILLAGALLO, Oscar; DIWAN, Pietra. O Brasil Rural: a ocupação do território. 1. ed. **Coleção Folha**: Fotos antigas do Brasil; v. 4). São Paulo: Folha de São Paulo, 2012.

PRETTO, Hermelina. M. O problema da escola brasileira numa comunidade holandesa de São Paulo. **Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 29-34, 1953. DOI: 10.11606/2179-0892.ra.1953.131252. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/131252>. Acesso em: 28 out. 2020.

RAFFAINI, Patrícia. T. Museu Contemporâneo e os Gabinetes de Curiosidades. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, S. Paulo, 3: 159-164, 1993. <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.1993.109170>.

REVISTA DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. ano VII. n. 4, dez. 1946. Trimestral. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/143030/3930>. Acesso em: 20 out. 2019.

REVISTA DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. ano VIII. n. 2. jun. 1947. Trimestral. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/143030/4642>. Acesso em: 20 out. 2019.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. ed. 3. São Paulo: Global, 2015.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, Pedro P.; PINSKY, Jaime. (Org.). **Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 13-24.

SANTOS, Amanda P. dos. A fundação do instituto nacional de imigração e colonização no segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954). In: **Cordis**. Dimensões do Regime Vargas, São Paulo, n. 18, p. 120-145, jan/jul. 2017. ISSN 2176-4174.

SCHALLENBERGER, Erneldo. Cooperativismo e Desenvolvimento Comunitário. **Revista Mediações**, Londrina, v. 8, n. 2, p. 9-26, jul/dez. 2003. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9066/7606>. Acesso em: 22 out. 2019.

SCHWAB, Natália T. [et al.]. **Como uma planta de gladiolo se desenvolve**. Santa Maria: UFSM, CCR, Programa de Pós Graduação em Agronomia, 2015. 23 p.: il.; 28 cm. Disponível em: http://coral.ufsm.br/phenoglad/images/Download/Resvista_Gladiolo.pdf. Acesso em: 22 out. de 2020.

SCHWARCZ, Lilian M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 95-131. 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 nov. 2019.

SILVA, Maria da Glória L. da. **Cidades turísticas: identidades e cenários de lazer**. São Paulo: Aleph, 2004.

SILVA, Vanessa de C.; BACHA, Carlos. J. C. Análise do funcionamento e da evolução das cooperativas de crédito rural no Brasil: de 1990 a 2005. **Pesquisa e Debate**, SP, volume 18, número 2 (32). pp. 197-222, 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/download/11799/8526>. Acesso em: 08 nov. 2019.

SMITS, Mari. **Holambra: Os primeiros anos difíceis de um pedacinho da Holanda no Brasil**. Nijmegen: Valkhof Pers, 2016. Disponível em: http://www.tulipana.org/images/PDF/HOLAMBRA_Portugues_V20161212.pdf.

SOUZA JÚNIOR, Angelo M. de. **O campo dos sonhos**: pequena contribuição à análise da dinâmica política de uma colônia holandesa: o caso de Holambra, SP. 1998. 110 f.

Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

UNESCO. **Recomendação de Paris**. 1972. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201972.pdf>. Acesso em: 30 out. 2020.

VAN DER KNAAP, Annemarie (org.). **Veiling Holambra**: 25 anos Klok: 1989-2014.

Holambra: Veiling Holambra, 2014. 183 pp.

VAN ZANDEN, Jan L. *The Economic History of the Netherlands 1914-1995*: A small open economy in the 'long' twentieth century, Routledge, 1998.

WIJNEN, Cornelius. J. M. Parte 1. In: WIJNEN, Cornelius. J. M; VAN DER KNAAP, Annemarie. **Holambra**: Cidade das Flores; tradução holandês-português de Therezinha H. van der Geest. Holambra: Editora Setembro, 2012.

Websites consultados

AMPARO (Município de). As origens: as duas fundações de Amparo. Website oficial da Prefeitura Municipal de Amparo (SP). **Coluna de Turismo**. Disponível em:

<http://www.amparo.sp.gov.br/turismo/as-origens-as-duas-fundacoes-de-amparo>. Acesso em: 05 maio 2020.

GEHEUGEN VAN NEDERLAND. Termo de busca: Holambra. Disponível em:

[https://www.geheugenvannederland.nl/nl/geheugen/results?query=\(cql.serverChoice+all+Holambra\)&page=1&maxperpage=36&coll=ngvn](https://www.geheugenvannederland.nl/nl/geheugen/results?query=(cql.serverChoice+all+Holambra)&page=1&maxperpage=36&coll=ngvn). Acesso 4 out. 2019.

HUF, Alyson. Capela centenária de Artur Nogueira está em ruínas. **Nogueirense**. Artur

Nogueira. Fev. 2017. Disponível em: <https://nogueirense.com.br/capela-centenaria-de-artur-nogueira-esta-em-ruinas>. Acesso em: 05 maio 2020.

PNUD. **Atlas Brasil**, 2010. Disponível em: <https://atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 14 out. 2019.

RADBOUD UNIVERSITEIT. Katholieke Nederlandse Boeren- en Tuindersbond. **Katholic Documentatie Centrum**. Disponível em: <https://www.ru.nl/kdc/@746503/pagina/>. Acesso em: 09 de out. 2019.

SEADE. Perfil dos municípios paulistas. Disponível em: <https://www.seade.gov.br/lista-produtos/>. Acesso em: 28 nov. 2020.

SUIÇOS DO BRASIL. **Johan Jakob von Tschudi**. Disponível em: <https://www.suicosdobrasil.org.br/johann-jakob-von-tschudi>. Acesso em: 13 out. 2019.

Legislações consultadas

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 12 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Brasília, DF, 16 de dezembro de 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm. Acesso em: 20 out. 2019.

HOLAMBRA (Município). **Decreto Nº 080 de 09 de dezembro de 1994**. Determina alíquotas de isenção de I.P.T.U. Holambra: Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 1994. Acesso em: 06 jun.

HOLAMBRA (Município). **Lei Complementar Nº 183 de 25 de abril de 2007**. Institui o Plano Diretor da Estância Turística de Holambra e dá outras providências. Holambra: Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 2007. Disponível em: <https://consulta.siscam.com.br/camaraholambra/arquivo?Id=11123>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

HOLAMBRA (Município). **Lei Ordinária Nº 141 de 02 de dezembro de 1994**. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Cultura e dá outras providências. Holambra: Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 2006. Disponível em: <https://consulta.siscam.com.br/camaraholambra/arquivo?Id=9381>>. Acesso em: 2 jun. 2019.

HOLAMBRA (Município). **Lei Ordinária Nº 563 de 10 de julho de 2006**. Dispõe sobre a proteção e preservação do patrimônio histórico, artístico, estético, paisagístico, arquitetônico,

arqueológico, documental, cultural e ambiental do município da estância turística de Holambra e dá outras providências. Holambra: Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 2006a. Disponível em:

<<https://consulta.siscam.com.br/camaraholambra/arquivo?Id=9807>>. Acesso em 2 de jun. de 2019.

HOLAMBRA (Município). **LEI Ordinária Nº 564 de 10 de julho de 2006**. Cria o Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Estância Turística de Holambra e dá outras providências. Holambra: Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 2006b. Disponível em:

<<https://consulta.siscam.com.br/camaraholambra/arquivo?Id=9810>>. Acesso em: 2 jun. 2019.

HOLAMBRA (Município). **Lei Orgânica da Estância Turística de Holambra**. Holambra: Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 2008. Disponível em:

<<https://consulta.siscam.com.br/camaraholambra/arquivo?Id=11120>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

HOLAMBRA (Município). **Plano Diretor Municipal de Turismo**. Institui o Plano Diretor de Turismo de Holambra e dá outras providências. Holambra: Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 2018. Disponibilizado via contato com a Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra.

SÃO PAULO. **Lei Nº 9.955 de 27 de abril de 1998**. Transforma em Estância Turística o Município de Holambra. São Paulo: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, 1998. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1998/lei-9955-27.04.1998.html>. Acesso em: 31 maio 2019.